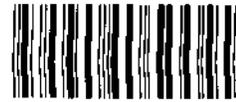


TCC/UNICAMP  
C165d  
IE/961



1290000981



TCC/UNICAMP C165d

**Julio César Insaurralde Cano**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO:  
Estudo de Caso do Município  
de  
São José dos Campos  
(1960 - 1985)**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP  
INSTITUTO DE ECONOMIA/IE**

**Campinas-Estado de São Paulo-Brasil  
1988**

*Urbanização - São José dos Campos  
São José dos Campos - Condições econ., - 1960-  
1985*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

"DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO:  
Estudo de Caso do Município de  
São José dos Campos (1960 - 1985)"

*Trabalho monográfico (versão final)  
apresentado na matéria CE - 851  
Monografia II, a cargo da Prof.  
D<sup>ca</sup> Lúcia Pimentel Teixeira, como  
requisito final para a obtenção do  
grau de Economista*

*Autor: Julio César Insaurrealde Cano*

*Orientador: Prof. Carlos Américo Pacheco*

*Banca: Prof. Waldir Quadros*

Apresentação e Defesa Oral  
Campinas, 24 de fevereiro, 1989

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Projeto de Pesquisa: "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO:  
Estudo de Caso do Município de  
São José dos Campos (1960 - 1985)"

2º Relatório (Final) para a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP -

Pesquisador: Julio César Insaurralde Cano

Orientador: Prof.Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Campinas, fevereiro 1989

"O sábio teme e se desvia do  
mal, mas o ignorante fica  
furioso e confiante em si  
próprio."

Provérbios, 14:16

*Cidadão do concreto,  
eu sou armado.  
Cidadão das madrugadas,  
eu sou boêmio.  
Cidadão das ruas,  
eu sou mendigo.  
Cidadão do asfalto,  
eu sou pivete.  
Cidadão civilizado,  
eu sou guerreiro.  
Cidadão do aço,  
eu sou máquina.  
Cidadão das filas  
eu sou burocracia.  
Cidadão da pressa,  
eu sou stress.  
Cidadão industrial,  
eu sou poluição.  
Cidadão da vida,  
eu sou do mundo  
em busca de sonhos.*

*"Argamassa" - Roraima Alves da Costa*

"Não sóis máquinas! Homens é o que sóis!"

CHARLES CHAPLIN

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	
CAPÍTULO I - Introdução .....	1
1. Natureza e Essência do Processo de Industrialização do Brasil .....	1
2. Considerações sobre a Especificidade da Indústria Paulista na sua Fase Pioneira .....	7
CAPÍTULO II - A História da Evolução Urbana de São José dos Campos .....	12
1. Antecedentes Históricos desde a Fundação até 1960 ....	12
2. Da Aceleração do Crescimento Industrial na Década de 60 Rumo à Ampliação e Sofisticação Tecnológica dos Anos 80 .....	24
CAPÍTULO III - Indicadores Econômicos .....	36
1. Dinâmica Demográfica do Período Recente 1970 - 1980 ..	39
2. Setor Primário - Agricultura e Pecuária .....	46

3. Setor Secundário - Indústria .....	56
4. Setor Terciário - Comércio e Serviços .....	63
<b>CAPÍTULO IV - Indicadores Sociais .....</b>	<b>69</b>
1. Saúde .....	72
2. Saneamento .....	84
3. Habitação .....	98
4. Transportes .....	108
<b>CAPÍTULO V - Considerações Finais .....</b>	<b>114</b>
Notas .....	125
Anexo - Mapas e Gráficos .....	146
Bibliografia .....	166

## APRESENTAÇÃO

O padrão de urbanização instaurado pelo capitalismo contemporâneo no Estado de São Paulo que, ao industrializar cidade e campo, deu origem a concentrações urbanas no interior do Estado, está inserido nas diretrizes formuladas pela órbita federal pós-64, que dizem respeito à modernização e à descentralização do país em todos os seus aspectos.

Houve descentralização? Sim e não. Sim, no espaço territorial do país, especificamente no espaço paulista. Não, quando se observa a natureza das concentrações industriais, centralizadas nos espaços territoriais de alguns municípios paulistas.

Efetivamente, na análise considerada acima, enquadra-se o município de São José dos Campos, cuja rede urbana nasceu da acumulação cafeeira e modificou-se pela acumulação industrial, ou seja, historicamente a formação e estruturação do seu espaço urbano processou-se dentro e pelo desenvolvimento capitalista.

Portanto, analisar a urbanização de São José dos Campos é analisar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro na sua frente mais avançada (o Estado de São Paulo), organizando e reorganizando a população e a produção no território, criando e recriando relações entre campo e cidade, relações entre cidades e relações entre as várias regiões do Estado.

Mesmo assim, o município é um exemplo diferente de aglomeração urbana numa região de menor importância agrícola dentro do Estado de São Paulo. O intenso desenvolvimento urbano ocorrido, fundamentalmente, nas décadas de 60 e 70 tem origem diversa, associada principalmente à sua atividade industrial. Assim, São

José dos Campos é a expressão mais clara de um novo tipo de urbanização cujo processo se deu na fase mais recente do capitalismo contemporâneo do Brasil. Esta fase, cujas características estão basicamente associadas ao ano de 1967, diz respeito ao segundo ciclo da industrialização pesada que desembocou no "milagre econômico" e às transformações decorrentes ocorridas no período, com a economia brasileira integrando-se mais decididamente à divisão internacional do trabalho em padrões modernos e, posteriormente, no auge do "milagre econômico", nos primeiros anos da década de 70, ao comércio internacional com suas moderníssimas atividades industriais e agrícolas.

O município de São José dos Campos, cuja industrialização anterior foi pouco expressiva mas com uma excelente situação em termos geográficos e de circulação regional, pode ser considerado atualmente como o centro urbano-industrial que melhor expressa a atualidade da industrialização contemporânea em termos da essência de sua estrutura e do tipo de empresa que domina o parque industrial local. Quanto às relações entre esse tipo de produção industrial, expresso localmente, e o centro urbano, em grande parte, por ela comandado, destaca-se a alteração radical na estrutura urbana originária com o surgimento de novos bairros e novos usos do solo, com ênfase na grande parcela do espaço ocupado por alguns estabelecimentos industriais (Johnson & Johnson e PETROBRÁS, por exemplo) nas últimas décadas, ao longo do eixo representado pela Rodovia Dutra e nos loteamentos populares e de classe média ligados a esse processo.

Essa ocupação industrial, dispersa ao longo da Dutra (basicamente em direção a Jacareí) e em lotes de dimensões variadas, não foi a única determinante da descontinuidade em relação à "mancha" urbana original: a área do CTA (500 alqueires ou

12.100.000 m<sup>2</sup>) e a natureza estrutural da área do "Banhado" também determinaram uma expansão urbana descontínua inclusive com um grande índice de ocupação da várzea. Considerando os elementos historicamente determinantes no direcionamento da expansão urbana local (Via Dutra, R.F.F.S.A., várzea) pode-se dizer que, atualmente, a maior tendência de expansão é em direção a Jacareí e, em menor grau mas já processando-se aceleradamente, ao distrito de Eugênio de Mello (como núcleo isolado) e Caçapava, circunstâncias que poderão, futuramente, ocasionar a metropolização e a conurbação nessa área do Vale do Paraíba. Atualmente, a grande proximidade com Jacareí já reflete as intensas relações entre as duas cidades, ilustradas pelo grande número de trabalhadores nas indústrias locais que residem em Jacareí. Em menor grau, este fato repete-se no caso de Caçapava e de Taubaté, definindo-se intensos fluxos migratórios diários ("migrações pendulares") entre as três cidades, centralizados por São José dos Campos.

Por outro lado, a par dos problemas atuais — decorrentes, em parte, do uso e ocupação desordenados do espaço local — apresentados pela cidade, como: déficit habitacional, precário serviço de transporte coletivo, etc., não seria de todo adequado enquadrar São José dos Campos na categoria das típicas cidades industriais satélites, pois ali, a uma estrutura industrial complexa e caracterizada pela presença de grandes indústrias, corresponde uma urbanização e uma estrutura urbana igualmente complexas, a exemplo de outros centros urbanos paulistas de médio porte que se desenvolveram aceleradamente nos últimos anos.

Finalmente, neste trabalho, de caráter descritivo e exploratório, nada tem que ser considerado como absolutamente conclusivo diante da complexidade do mundo contemporâneo. O que se

fez foi uma tentativa de se compreender, dentro de um município específico, as movimentações espaciais do capital e a sua heterogeneidade estrutural diferenciada no tempo e no espaço. A modesta contribuição deste trabalho que ainda assim é apenas um resumo das muitas e variadas posições sobre o que seja um processo de urbanização alerta àqueles que se preocupam com as questões públicas e sociais (como partes também integrantes do contexto do desenvolvimento econômico) no sentido de reexaminá-las profundamente.

## CAPÍTULO I

## CAPÍTULO - I. INTRODUÇÃO

### 1. Natureza e Essência do Processo de Industrialização do Brasil.

Para se compreender a essência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é importante observar a natureza da sua evolução industrial.

A indústria é a essência do desenvolvimento contemporâneo da economia brasileira, e neste contexto ela se insere no plano de um capitalismo tardio propriamente contraditório, no sentido de sua incapacidade de internalizar uma parcela significativa do excedente produzido pela economia agrário-exportadora. (1)

Sem dúvida a sutileza do caráter do processo de industrialização brasileira é notória. A origem deste processo está inserida no contexto da economia mercantil agrário-exportadora cafeeira e no próprio movimento histórico desta. Objetivando esta afirmação pode-se dizer que a gênese da economia industrial do Brasil articula-se, no decorrer do tempo, com os ciclos expansivos da economia agrário-exportadora cafeeira.

A economia agrário-exportadora alcança sua máxima expressão com a burguesia cafeeira, sendo esta a matriz social da burguesia industrial. O complexo econômico cafeeiro é o principal centro de acumulação de capital no Brasil e onde o desenvolvimento das relações inter-capitalistas é mais acelerado; aqui distin-

guem-se dois segmentos: um núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café) e um segmento urbano onde se desenvolveram atividades urbanas comerciais e de importação, serviços financeiros e de transportes. Este é o complexo capitalista cafeeiro do qual nasce, como um desdobramento, o capital industrial, e ao qual se subordina. (2)

Os movimentos cíclicos do setor exportador (auge e declínio) são importantes para analisar a captação de recursos por parte dos setores produtivos industriais. A grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise ou porque lhes remunerasse melhor, mas pelo contrário, num momento de auge exportador em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis extraordinários. (3) Durante as primeiras décadas deste século a industrialização nacional se dá num ritmo de expansão característica.

Na depressão dos preços externos do café, o Estado intervinha desvalorizando a taxa de câmbio, visando a defender assim as margens de lucro da cafeicultura; essa mesma medida se traduz em variações nos níveis relativos de preços externos e internos da produção industrial, aumentando-lhe a lucratividade. (4)

Sob outra ótica, o processo de desenvolvimento da economia industrial também poderia ser compreendido dentro da dinâmica do processo de substituição de importações, que é o resultado de estrangulamentos cíclicos do setor externo; posteriormente este seria um modelo típico de desenvolvimento das economias latino-americanas mais avançadas. A partir da grande depressão, a perda

de dinamismo do setor exportador é relevante, dando lugar a um esforço de reorientação da atividade econômica (substituição de importações por produção nacional, especialmente nas atividades industriais), assegurada pela reserva de mercado obtida através de proteção cambial e tarifária. (5)

Considerando a indústria nascente brasileira como resultado de um desenvolvimento capitalista prévio, pode-se afirmar então que a industrialização aparece como a última fase do período de transição capitalista.

A passagem à industrialização aparece como resultado de um complexo sistema de contradições sociais. As formas dominantes de luta política e ideológica, pela "industrialização" e pelo "desenvolvimento", teriam conduzido a obscurecer as verdadeiras ligações existentes entre a expansão cafeeira e a industrialização e a ressaltar, de uma forma unilateral, a simples ruptura entre economia primário-exportadora e indústria. (6)

Observando a periodização da indústria brasileira, pode-se afirmar que a sua fase "pioneira" foi um período marcado pelo "crescimento extensivo", ou seja, um crescimento numérico sem alterações na estrutura industrial. Como a expansão ou retração dos investimentos industriais eram condicionados indefectivamente pelos ciclos do complexo cafeeiro, logo a indústria cresceu à sombra deste complexo. O papel da indústria urbana pioneira foi o de pequeno produtor de bens de consumo assalariado, ocupando em seu crescimento dependente as faixas marginais do mercado de consumo urbano.

A industrialização no período pós-1940 demonstra que o ritmo e o tipo de crescimento industrial alteraram-se profundamente nas últimas décadas e que o sistema produtivo industrial cresceu como um todo. Durante e após os períodos da guerra, o Estado se caracterizou por uma ação deliberadamente industrializante, através de iniciativas que favoreciam a produção nacional (proteções tarifárias e cambiais). Esta atitude foi bem sucedida na intenção de alterar a estrutura industrial existente, já que se acrescentou ao parque industrial do país uma nascente indústria de bens intermediários (principalmente siderurgia pesada). Neste período observa-se também que o Estado, tomando para si o ônus financeiro de um tipo de empreendimento cujo investimento inicial exige um alto volume de capital com prazos longos de maturação (amortização lenta), acabou por transferir uma parcela da lucratividade geral do sistema ao conjunto das empresas privadas, ao dotar o parque industrial existente de matérias-primas semi-elaboradas e de bens intermediários básicos e insumos em geral a preços relativamente baixos. A tônica deste período foram, portanto, os investimentos estatais (principalmente os diretos na estrutura produtiva), os quais se tornaram importantes articuladores da dinâmica de expansão industrial. A estratégia do crescimento industrial se identificou com a acumulação do setor privado da economia, que seria potenciada pela transferência de parte do excedente, via preços subsidiados de bens e serviços produzidos pelas empresas estatais.

O processo de industrialização, após os anos 50 e de certa forma até nossos dias, se caracterizou por ser uma fase importante na qual o desenvolvimento econômico do Brasil passou por

profundas e radicais transformações, fundamentalmente qualitativas, no processo de industrialização. Este argumento reforça - se com a instalação e expansão repentinas dos setores industriais produtores de bens de consumo durável, reconhecidamente o setor típico da economia industrial brasileira contemporânea, face à sua grande capacidade de absorção de tecnologia. Em traços gerais, este período foi marcado pelos seguintes acontecimentos: elaboração de um conjunto de objetivos setoriais pelo governo JK (período 56/60), conhecido como Plano de Metas que, a partir de uma série de medidas de caráter econômico, procurou, e em grande parte conseguiu, dotar à nação de um moderno parque industrial produtor de bens de consumo durável e de bens de capital; de uma infra-estrutura (que na prática funcionou como subsídio) e de mecanismos de política financeira e fiscal que possibilitassem a implementação das metas. As principais iniciativas institucionais foram, sem dúvida, a abertura da economia aos investimentos estrangeiros produtivos em forma de empresas industriais (principalmente a automobilística, eletro-eletrônica e correlatas), a co-participação estatal em investimentos também produtivos, principalmente nas indústrias de bens intermediários básicos (siderurgia, refinação de petróleo, etc.) e os estímulos variados ao setor de bens de capital (máquinas e equipamentos), logrando assim alterar toda a estrutura industrial do país.<sup>(7)</sup> Portanto, a partir de meados dos anos 50, as atividades que passaram a comandar a acumulação industrial foram as produtoras de bens de consumo durável e de bens de capital, em termos de categorias de uso dos bens. Essa circunstância deveu-se a um extraordinário salto do setor manufatureiro, no que se refere a estoque de capital e diferenciação da estrutura produtiva.

Finalmente, o período da evolução da economia industrial que mais se analisará, face aos objetivos deste trabalho, é justamente o que abarca de 1960 até hoje,<sup>(8)</sup> por envolver questões relacionadas ao estágio atual da industrialização, tanto as referentes aos seus processos de expansão territorial, principalmente urbana, quanto às referentes a especificidade da atividade industrial do município que será objeto deste estudo.

## 2. Considerações sobre a Especificidade da Indústria Paulista na sua Fase Pioneira.

A indústria paulista como um todo, no seu estágio inicial, se "confunde" com a própria articulação, e posterior consolidação, do processo de industrialização na cidade de São Paulo.

As características do processo de industrialização, no início do século atual, estavam baseadas na pouca expressividade do parque industrial, no tocante à sua estrutura produtiva (presença dominante das chamadas indústrias "tradicionais"), às relações inter-industriais, à absorção de tecnologia, à produtividade e à mão-de-obra ocupada. Os limites da auto-expansão do parque industrial eram restritos na medida em que o crescimento industrial tinha um movimento dependente, ou seja, encontrava-se intimamente ligado à lógica própria da acumulação de capital e dos investimentos da produção agrário-mercantil-exportadora.

Este período pode ser descrito como o de um crescimento tipicamente cíclico, já que as parcelas do capital, em geral dirigidas aos investimentos urbanos e, entre estes, os industriais, dependiam das oscilações temporais da taxa de lucro do complexo cafeeiro. Logo, as disponibilidades cambiais para importação de máquinas e matérias-primas e, principalmente, as parcelas de capital destinadas a investimentos, como os da construção civil e instalação ou ampliação de plantas industriais, eram determinadas pelos níveis de lucratividade do complexo cafeeiro.

O crescimento industrial, portanto, se deu "à sombra" (9)

do setor agro-exportador; conseqüentemente, a expansão do parque fabril brasileiro na época pode ser classificada como tipicamente "horizontal".<sup>(10)</sup> Esta é a fase do predomínio das indústrias produtoras de bens de consumo assalariado ou não durável.

Observando este quadro de integração do crescimento industrial com o complexo cafeeiro, conclui-se que será no Estado de São Paulo - o centro econômico mais importante do país, quanto às atividades relacionadas com este setor, que a dinâmica do processo de industrialização será mais intensa. Assim, a cidade de São Paulo, já no início do século XX, desponta como o centro urbano em que o parque fabril de indústrias tradicionais encontrará as condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento. Este fato explica-se pela importância que adquire a cidade como centralizadora do capital mercantil, oriundo da atividade cafeeira e das atividades comerciais e, além disso, por centrar geograficamente os fluxos de transporte ferroviário entre o interior cafeeiro paulista e o porto exportador.

Além de concentrar vantagens ausentes na maioria dos centros urbanos da época (início do século XX), a cidade de São Paulo tinha se tornado, desde a segunda metade da década de 1880, o principal centro urbano de atração para os imigrantes estrangeiros (principalmente italianos, espanhóis e portugueses) que, em grande número, se dirigiram tanto para as fazendas de café do interior paulista, empregando-se como colonos, como para a capital do Estado de São Paulo, constituindo-se em mão-de-obra para a indústria nascente e, em alguns casos, até como pequenos empreendedores no próprio setor fabril.

Considerando-se as limitações de recursos financeiros e a pouca competitividade do setor secundário nascente, decorrente da fraca produtividade industrial, fica relativamente evidente a preferência das unidades industriais por localizações intra-urbanas.<sup>(11)</sup> Tal preferência explica-se pelo fato de que, nos primeiros anos do século XX, uma cidade como São Paulo representava para a atividade industrial a possibilidade de rebaixamento de custos de produção encontrado: na facilidade de obtenção de energia elétrica, no sistema ferroviário, na presença maciça de força de trabalho disponível, na proximidade do porto (para importação de matérias-primas e equipamentos) e na própria existência de antigas indústrias, vitais para a realização de relações inter-industriais. Além disso, deve-se destacar a relevância do mercado consumidor representado pela cidade<sup>(12)</sup>, fundamental a um parque fabril produtor de bens de consumo assalariado simples e, por conseguinte, sem condições de arcar com altos custos de transporte, além de não contar com um mercado nacional integrado e totalmente articulado. Estes são, sinteticamente, os elementos presentes na origem da concentração industrial na cidade de São Paulo.

Este comportamento localizacional das indústrias pioneiras paulistanas pareceria ser próprio de todo processo de industrialização em seu estágio inicial, referido a grandes centros urbanos servidos por uma rede de ferrovias. A preferência pelas áreas próximas aos centros urbanos devia-se principalmente a uma busca constante de redução nos custos de transporte, em particular o ferroviário, e a uma busca pela proximidade do mercado de consumo. Constata-se então que, as vias férreas, no futuro, teriam um importante papel na definição dos futuros distritos indus-

triais, já mais distantes das áreas centrais.

Em uma instância posterior, deve-se destacar que a perda do poder de influenciar na localização das instalações industriais por parte das vias férreas, se deu em decorrência da preferência das unidades industriais pelos eixos rodoviários como, por exemplo, a Via Dutra; tal preferência pela Via Dutra tem que ser considerada como um fato mais ou menos óbvio, levando-se em conta a sua importância no contexto do Sudeste Brasileiro, região altamente industrializada, especialmente no "triângulo" representado pelas três metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Por conseguinte, a importância desta rodovia está dada no fato de que ela liga as duas maiores regiões industriais do país (São Paulo e Rio de Janeiro), além de articular-se razoavelmente com as regiões produtoras de produtos básicos e intermediários (região mineira).

Finalizando, pareceria que as características do parque fabril paulistano nos primórdios (início do século XX) do processo de industrialização do Brasil, refletem uma tendência de certa maneira universal, das fases iniciais do desenvolvimento industrial em áreas intra-urbanas de médio ou grande porte. Neste período, a atividade industrial encontra-se sumamente ligada à estrutura urbana <sup>(13)</sup>, definindo usos específicos de um espaço que se relaciona não apenas, estruturalmente, aos outros setores da economia (especialmente o comércio) mas também, fisicamente a eles, tal é o grau de associação espacial entre tais usos dentro da cidade.

A concentração do setor industrial no território paulista, em particular na cidade de São Paulo, deve ser entendida, portanto, como um fenômeno ligado às profundas transformações por que passou o desenvolvimento capitalista do país no decorrer do tempo.

## CAPÍTULO II

## CAPÍTULO - II. A HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### 1. Antecedentes Históricos desde a Fundação até 1960.

A região do Vale do Paraíba teve o início de seu desenvolvimento no século XVIII, por ter sido passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais durante a época da mineração. Mais tarde, observa-se uma atividade agrícola com uma relativa pujança, já que durante a 1ª metade do século XIX a região foi a principal produtora de café do Estado, respondendo em média por 70% do total estadual nesse período (1820 - 1860).

Em meados do século XVIII, com a diminuição das atividades de mineração e com o surgimento de caminhos de acesso mais fácil para Minas Gerais e Rio de Janeiro, os municípios do Vale perderam sua relativa importância e, somente no século XIX, com o ciclo dinâmico do complexo cafeeiro escravagista, a região teve um novo impulso. No período 1850/60 a produção de café representou cerca de 65% do total estadual, sendo nesta fase a região de maior população do Estado. Em 1872 o Vale contava com 25% da população do Estado e São José dos Campos estava entre os 25 municípios estaduais de maior população, todos com mais de 10 mil habitantes.

As origens da cidade de São José dos Campos se remontam a 1564, com a criação da Aldeia de São José do Rio Comprido (pelo Padre Jesuíta José de Anchieta), cuja função seria a de re-

ceber os indígenas transferidos de São Paulo de Piratininga; em 1767 o aldeamento foi transformado em Vila, passando a denominar-se Vila de São José do Paraíba. Em 1836, os registros da Vila mostram que haviam sido colhidos naquele ano 9 mil arrobas de café, cujo cultivo havia sido iniciado em 1830. Em 1864 a Vila foi elevada à categoria de cidade, e em 1871 recebeu a sua denominação definitiva - São José dos Campos. O primeiro Censo Demográfico Oficial do País data de 1872, registrando no município uma população total de 12.998 habitantes (11.753 "homens-livres" e 1.245 escravos). Em 1877 chega à cidade o primeiro comboio da Estrada de Ferro (Central do Brasil). Em 1890, o segundo Recenseamento Geral do País registra um total de 18.884 habitantes no município. Apesar desse crescimento em relação ao último censo, o município atravessa um período de relativa estagnação econômica iniciada aproximadamente em 1875, devido principalmente à decadência da cultura cafeeira, que foi motivada: pelo esgotamento das terras de melhor qualidade, que foram submetidas a um regime de exploração intensivo, acabando por restringir as eventuais alternativas econômicas; pela abolição gradual da escravidão no país; e pela instalação massiva de imigrantes europeus em outras regiões mais dinâmicas (no planalto do Estado). Assim, a partir desta análise pode-se dizer que o crescimento populacional regional diminuiu constantemente (a partir de 1872), distanciando-se cada vez mais dos valores do Estado, e contribuindo para se chegar a uma taxa de crescimento populacional regional negativa entre 1920/40 (-0,27%). Embora também seja possível afirmar que a sub-região de São José dos Campos, se não apresentou quase nenhum crescimento, também não teve sua população diminuída.

A ausência de estímulos ao incremento da divisão social do trabalho que caracterizaria a economia escravista acarretaria, por outro lado, uma vida urbana muito pouco significativa quando comparada à do Oeste Paulista.

Agora, duas expressões tradicionais são evidências de exploração intensiva da terra, a "paisagem lunar" do Vale do Paraíba e a caracterização de suas urbes como cidades mortas. (14)

Portanto, é na decadência do café (a produtividade se mostrava muito baixa) na região e, em especial, no município que devem ser buscadas explicações para o crescimento populacional das cidades, visto que é aí que vai concentrar-se o grosso das populações rurais. (15) Esse processo foi acentuado com a substituição dos cafezais; por pastagens, principalmente, e produtos agrícolas como milho, feijão, mandioca, fumo e cana, cujos índices de ocupação de mão-de-obra e de produtividade são bem menores. Em que pese a estagnação relativa frente ao Oeste Paulista, ainda assim, no caso de São José dos Campos, as melhorias observadas na cidade nos primeiros anos do século atual (energia elétrica em 1909, o abastecimento de água em 1911 e telefone em 1912), teriam sido resultantes da importância adquirida pelas cidades devido à perda do dinamismo rural. (16)

Este processo possibilitou que, nessa época, as cidades da região passassem a receber as suas primeiras indústrias, ligadas à fase pioneira do crescimento industrial, por que passava o país, que, além de corresponder à ação de condicionamentos de ordem geral, refletiu, também, a atuação de fatores específicos à

região. Assim, deve-se notar que com a decadência da cafeicultura, os capitais, dela oriundos, teriam ficado mais disponíveis para outras formas de aplicação e que, com a abolição da escravatura, e pelo fato da criação de gado exigir um pequeno volume de trabalhadores rurais, refluíu para os centros urbanos uma mão-de-obra, se bem que desqualificada, em disponibilidade e de baixo preço. Além disso, a situação geográfica privilegiada do Vale do Paraíba, entre as duas primeiras cidades do país - São Paulo e Rio de Janeiro - e as facilidades de comunicação, ampliadas com a construção da Estrada de Ferro do Brasil (antiga Dom Pedro II), foram fatores marcantes e decisivos na somatória de condições favoráveis à origem e evolução da indústria no Vale do Paraíba, que se fazia em progressão crescente. (17)

Mas, com relação a São José dos Campos, especificamente, o município ficou prejudicado, isto em decorrência da ausência de estímulos à vida urbana visto que, mesmo no período áureo da economia cafeeira regional, seu centro urbano não se constituiu num pólo regional importante, isto devido a seu relativamente fraco dinamismo na cafeicultura, quando comparado ao de outros municípios da região. Assim, os estímulos à vida urbana foram inicialmente capitalizados por Taubaté e Jacareí, recebendo estas cidades a grande parcela das fábricas que se instalam na região à época da passagem do século XIX ao XX, principalmente estabelecimentos voltados aos produtos alimentares e têxteis. Esta relativa marginalização do município face ao crescimento industrial regional do período, é ilustrada pelo Censo Demográfico Oficial de 1920, que acusa uma população total de 30.681 habitantes, sendo que das pessoas ocupadas - segundo o censo representavam 8.167 - 78,0 %

ainda dedicavam-se à agropecuária e apenas uma pequena parte à indústria (433 pessoas). Os resultados desse Censo indicavam, também, que muitos dos habitantes que deixaram o Vale rumaram para outras regiões do Estado onde o café prosseguia avançando.

Sem dúvida, o ano de 1920 é o marco para se começar a analisar as origens da indústria em São José dos Campos. Fatores de toda natureza contribuíram para o crescimento industrial no município, e para sua constituição como um centro industrial dinâmico de médio porte dentro do grande anel industrializado do interior paulista. Como já foi dito: alguns desses fatores dizem respeito à própria situação geográfica da região de que São José dos Campos faz parte; outros, específicos, relacionam-se a iniciativas, geralmente oficiais, sejam ao nível municipal, estadual, ou até mesmo federal; e, finalmente, outros estão relacionados ao próprio papel de atração que indústrias exercem sobre outras indústrias, dando ao dinamismo do crescimento um ritmo de certa forma auto-sustentado. Não é suficiente, por conseguinte, analisar a evolução do parque industrial no município, tomando-se apenas as determinações gerais do processo de industrialização brasileira, visto que este dá-se de forma visivelmente concentrada nos grandes centros, e que, quando se descentraliza, não o faz aleatoriamente num dado espaço. Portanto, é necessário considerar os determinantes em todos os níveis, o que leva a observar minuciosamente as particularidades próprias do município e as conexões existentes entre elas e as condições gerais. (18)

O crescimento industrial, que havia se iniciado precariamente em fins do século passado, com algumas unidades ligadas

principalmente aos setores de vestuário, construção ou à circulação (ferrarias e selarias), prosseguiu nos primeiros anos deste século com o surgimento de outras indústrias de transformação de matéria-prima.

Agora, é na década de 1920 que esse processo de crescimento industrial começa a tomar uma forma positiva que irá fomentar de certa maneira, a instalação de unidades industriais nas décadas seguintes. De fato, no ano de 1925, instala-se uma das maiores empresas do Vale do Paraíba em São José dos Campos, a "Tece-lagem PARAHYBA S.A.". Fazendo um parêntese pode-se dizer que no se-tor primário regional, no ano de 1920, o segmento dinâmico estava representado pela produção de leite, com aproximadamente 21% do total estadual (ainda hoje o Vale é um dos principais fornecedo-res para a área metropolitana do Estado). Com a construção da ro-dovia São Paulo-Rio de Janeiro iniciada em 1922 (que se chamaria Washington Luiz), pensou-se que este fato poderia significar um novo alento para o setor primário regional como um todo, mas a crise econômica, que viria logo a seguir, afetou muito o Vale do Pa-raíba e, certamente, levou-o a uma erradicação quase total das últi-mas plantações de café.

A década de 1920 se não é expressiva em termos da quantidade de indústrias instaladas, o é, em termos qualitativos, na medida em que, nesse período, ocorreram processos que acabaram por repercutir no crescimento industrial do país e do próprio mu-nicípio. A nível municipal destaca-se um fato que merece ser res-saltado, que é a edição de um decreto-lei pela Prefeitura Municip-al em 1920, concedendo incentivos fiscais e oferecendo gratuita-

mente terrenos para a instalação de indústrias, desde que com mais de 100 operários. Atraída em parte por tais benefícios é que, em 1925, instalou-se no município a "Tecelagem PARAHYBA S.A." (entrando em funcionamento em 1926), à qual foi concedida, pela Prefeitura, isenção de impostos por 25 anos.<sup>(19)</sup> Ao seu lado, inicia-se a montagem das primeiras cerâmicas do município.

Dois outros fatos, ligados à infra-estrutura, tornaram o município viável à localização de novas unidades industriais que resultariam num primeiro incentivo a uma vida urbana mais significativa. O primeiro deles diz respeito à inauguração da Via Washington Luiz, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, em 1928. O segundo foi a incorporação da empresa local de força e luz pela LIGHT-Serviços de Eletricidade S.A., que passou a fornecer ao município eletricidade gerada pela sua usina de Cubatão (anteriormente a eletricidade era gerada no próprio município), integrando-o assim à rede geral da capital paulista. A construção do aeroporto local e a ligação com a capital por ônibus regulares, em 1928, são outros fatos relacionados à infra-estrutura geral que tiveram repercussões positivas para o município nesta década.

A década de 1930, marcada por profundas transformações na economia brasileira (entre elas, as ligadas à crise mundial generalizada de 1929 e dos anos subseqüentes), caracterizou-se no município por uma interrupção no ritmo de instalações de novas fábricas. Uma exceção a ser ressaltada é a representada pela instalação da Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos Ltda. (1935), acompanhando assim, a crescente importância da região do Vale do Paraíba como "bacia" leiteira. Além desses aspectos, ainda

destaca-se na década, a transformação do município em Estância Climática (1935), vinculando-o mais diretamente ao governo estadual, o qual passava, a partir daí, a nomear os seus prefeitos e a canalizar para o mesmo recursos financeiros especiais. A cidade passa a ser conhecida pelo seu clima, capaz, segundo autoridades sanitárias, de receber hospitais voltados à cura de tuberculosos. As poucas atividades industriais que se instalam estão concentradas no segmento cerâmico ou na indústria de derivados do leite. O Recenseamento Demográfico de 1934, uma das primeiras indicações da população urbana dos municípios do Estado, aponta, neste sentido, uma população de cerca de 9 mil pessoas no núcleo urbano de São José dos Campos, enquanto - para efeito comparativo - os mesmos números para Taubaté e Guaratinguetá são, respectivamente, 21.800 e 19.900 habitantes.

A década de 1940 diferencia-se da anterior, tanto em termos do número de indústrias instaladas quanto por uma primeira diversificação do parque industrial. Neste período registra-se a instalação de 3 fábricas, sendo uma do ramo de Química (Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis S.A. - 1946) e duas de Produtos Alimentares (em 1944, a Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A., e em 1943, Incocafé - Ind. e Com. de Café Ltda.). A instalação de uma grande indústria química (setor econômico intermediário) - a Rhodia em 1946 - inicia, assim, o processo de diversificação da estrutura industrial (esta indústria dedicou-se à produção de fios sintéticos - rayon). Em 1947 dá-se início à construção do Centro Técnico de Aeronáutica - CTA, em terreno doado pela Prefeitura e pelo Estado; este será um fato bastante expressivo para o município e que influirá decisivamente no futuro perfil industrial do mesmo.

O Censo Demográfico Oficial de 1940, acusa uma população total de 36.279 habitantes, com uma PEA de 12.489. O Censo Industrial registra para o município 45 estabelecimentos industriais, empregando 2.034 pessoas.

A década de 1950, e especialmente o ano de 1950, representa um marco significativo no processo de crescimento industrial do município. Ela foi marcada por uma série de fatos de natureza diversa, todos eles de grande repercussão no desenvolvimento local como um todo. Em primeiro lugar, um fato ligado à infraestrutura de transporte regional, é o representado pela construção da Rodovia Dutra, inaugurada em 1950, constituindo-se na primeira ligação do município às duas grandes metrópoles do Sudeste por uma rodovia asfaltada. O segundo fato, de natureza diversa, mas de grande significado, foi a edição de decreto municipal concedendo isenções fiscais à instalação de indústrias para um período de 5 a 10 anos, de acordo com o número de empregados (de 30 a 500) e segundo o valor dos investimentos. É fácil perceber a estreita correlação entre a concessão de incentivos por parte da Prefeitura local e a construção de rodovias, em 1928, ligada à inauguração da Via Washington Luiz (hoje Estrada Velha Rio-São Paulo) e, em 1950, ligada à construção da Via Dutra. Ambas as iniciativas, ao que tudo indica, revelam uma certa compreensão pelos governos locais de que a privilegiada situação geográfica do município deveria ser explorada. Pareceria que esses estímulos de origem local não devem ser diluídos nas considerações de ordem mais geral como, por exemplo, relacionar o crescimento industrial do município unicamente ao "extravasamento do parque industrial paulistano".<sup>(20)</sup>

Ainda nessa década, consolidam-se as bases daquilo que mais adiante denominar-se-á "complexo tecnológico-industrial-aeroespacial" no município, com a transferência para a área do CTA do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA (até então funcionando no Rio de Janeiro).

As repercussões das políticas econômicas durante os anos 50 são bem mais claras no município em questão. Assim, no período 1950/55 são instaladas 6 indústrias de médio e grande porte: 2 ligadas ao ramo dos Minerais não Metálicos (Cerâmica Weiss S.A., em 1952, e Pré-Moldados-DIP, do CTA, em 1950), 1 ligada ao ramo de Material de Transporte (Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva Ltda.), 1 ligada ao ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação (Ericsson do Brasil Com. e Ind. S.A., em 1954), 1 ligada ao ramo Diversos (Johnson & Johnson S.A., em 1953, fabricante de produtos farmacêuticos e de higiene pessoal) e 1 do ramo Editorial e Gráfica (Jornal "O Valeparaibano" Ltda., em 1953). Já em 1955, portanto, o município possuía uma estrutura industrial relativamente diversificada, com a presença de indústrias pertencentes aos três setores industriais: Tradicional, Intermediário e Dinâmico.

O período 1956/60 atesta uma acentuação no ritmo de instalações. Diferencia-se do anterior em termos qualitativos, já que registra uma predominância de novas fábricas ligadas ao ramo de Material de Transporte, fato que se relaciona com a grande ênfase dada pelo Plano de Metas a esse ramo industrial. São instaladas 5 grandes fábricas: 1 fábrica do ramo Têxtil (Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S.A., em 1956, fabricante de fios e algodão),

1 do ramo Metalúrgica, 2 do ramo Material de Transporte (General Motors do Brasil S.A., em 1959, e Eaton Corporation do Brasil, em 1957; ambas ligadas à indústria automobilística) e, finalmente, uma grande fábrica do ramo de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido (São Paulo Alpargatas S.A., em 1960).

O Censo Demográfico Oficial de 1950 aponta para o município uma população total de 44.804 habitantes, sendo 15.919 habitantes a população economicamente ativa e desta, 5.302 (33,3%) dedicados às atividades do setor secundário. O Censo Industrial de 1950 aponta para o município um total de 65 estabelecimentos industriais. O Censo Demográfico Oficial de 1960, aponta uma população total de 77.533 habitantes, sendo 23.478 habitantes a população economicamente ativa, e desta, 8.105 pessoas (34,5%) se dedicam às atividades do setor secundário. Como se pode observar, foi grande o crescimento demográfico durante a década de 50, além do que, manteve-se alta a participação do secundário no emprego gerado, o que atesta a grande inter-relação entre o crescimento econômico comandado pelas atividades do setor secundário e o crescimento urbano e econômico do município. Além disso, observa-se que é grande a preponderância da população urbana em relação à rural no final da década de 50 (a taxa de urbanização em 1960 era de 73,4%). O Censo Industrial de 1960 revela que o município já contava naquele ano com 72 estabelecimentos industriais. No período de 1950 a 1960, a taxa de crescimento da população urbana esteve em torno de 7,9% a.a. (ao ano).

Finalizando, pode-se dizer que o exame do cadastro industrial do município, que aponta as datas de instalação das em-

presas, esclarece ainda mais o significado destes anos da década de 1950. Ao lado de alguns estabelecimentos de menor porte, instala-se no município um conjunto expressivo de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Uma análise das principais indústrias do município é capaz de indicar uma estrutura com um grau de concentração elevado, onde o peso da grande empresa - em sua maioria de capital estrangeiro - é muito superior às médias estaduais. A estas empresas vieram somar-se, posteriormente, as iniciativas governamentais no segmento aeronáutico e no refino de petróleo. As décadas seguintes reforçam o processo de crescimento econômico municipal conduzido pela eficiência empresarial, a produtividade econômica e o alto nível tecnológico do setor industrial de São José dos Campos, cujas taxas de crescimento continuavam elevadas e ininterruptas; e também mostram o acompanhamento paralelo do crescimento urbano, o qual começa a transformar a antiga e pacata cidade do interior paulista num centro urbano onde vão se reproduzir os mesmos problemas sociais, que afetam a capital do Estado, de: poluição (neste caso, do rio Paraíba), saneamento, habitação, transporte coletivo, saúde, etc.

Começará, assim, a deteriorização do antigo padrão de vida, decorrente do abrupto, intenso e progressivo processo de urbanização.

## 2. Da Aceleração do Crescimento Industrial na Década de 60 Rumo à Ampliação e Sofisticação Tecnológica dos Anos 80.

Continuando o seu processo industrial, agora estruturalmente irreversível sob certos aspectos, o município de São José dos Campos entra na década de 1960, caracterizada por um grande impulso no ritmo de crescimento industrial, mantendo, a exemplo da anterior, a tendência à diversificação da estrutura, mas já apresentando claramente elementos de uma certa especialização setorial, com a predominância dos setores de bens intermediários e de consumo durável sobre os outros. Define-se aí o perfil mais característico do parque industrial local, mostrando o seu lado mais significativo. Registra-se para o período a instalação de 21 empresas industriais de importância. É, sem dúvida, a maior inflexão para cima do ritmo de crescimento, desde o início do processo.

A exemplo da década de 1950, a de 1960 deve ser examinada em dois sub-períodos, visto a existência de uma série de diferenciações entre eles quanto ao crescimento industrial. O período 1961/65 acusa a instalação de 7 fábricas: 1 do ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação (Amplimatic S.A. Ind. e Com., em 1964), 1 do ramo de Material de Transporte (Sociedade Aerotec Ltda. Componentes Aeronáuticos), 1 do ramo Mobiliário (Móveis HS Ltda., em 1961), 2 do ramo de Química (1 delas, a Indústria Matarazzo de Fibras Sintéticas S.A., em 1964, produzindo fios de nylon) e 2 do ramo de Produtos Alimentares (Café Beira Mar Ltda., em 1961, e Granja Itambi S/C Ltda., em 1965). É notório o pouco desempenho do ritmo de instalações nesse período, visto que

representa apenas 33,3% do total das indústrias instaladas durante toda a década. Dois fatos podem ser indicados como as prováveis causas desse fenômeno. Em primeiro lugar, é sabido que o país vivia no período uma grave crise econômica (1962-1967) responsável por uma retração nos investimentos em geral. (22) Em segundo, ao lado dessa crise, o período foi também marcado por uma série de fatos de ordem político-institucional a nível federal (breve governo e renúncia de Jânio Quadros, governo de João Goulart e golpe de Estado em 1964, com a tomada do poder pelos militares) que influenciou decisivamente no ritmo de investimentos industriais, particularmente com relação ao grupo das grandes empresas estrangeiras, invariavelmente descontentes com os rumos da política nacional no período imediatamente anterior a 1964.

O período 1966/70, ao contrário do anterior, registra um verdadeiro surto industrial no município. São instaladas 14 fábricas, sendo 2 do ramo de Minerais não Metálicos, 2 do ramo de Mecânica, 2 do ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, 2 do ramo de Material de Transporte (entre elas, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER, em 1969), 1 do ramo de Produtos Alimentares, 1 do ramo Diversos (Avibrás - Ind. Aeroespacial S.A., começou a instalação em 1965), e 4 do ramo Metalúrgica. Tratou-se, como se vê, de um crescimento generalizado (em toda a estrutura), com predominância dos setores mais dinâmicos (as indústrias de bens intermediários básicos e de bens de consumo durável), tendência esta já manifestada anteriormente.

O grande surto industrial do período deve ser explicado por uma série de fatores de naturezas distintas. A nível nacio

nal, destaca-se a significativa mudança nos rumos políticos do país após o golpe militar de 1964. Como é sabido, a partir daí, o regime que se instala no país será marcado indiscutivelmente por um forte centralismo político e econômico, presente em todas as esferas da vida social. Como parte de sua estratégia global, definiu um "modelo sócio-econômico", cujas bases assentavam-se: no arrocho salarial; na opção deliberada por uma economia aberta às regras do capitalismo internacional, e por isso mesmo, nas facilidades de toda ordem aos investimentos estrangeiros; na retirada de apoio (subsídios e incentivos fiscais) aos pequenos produtores rurais nacionais; e, finalmente, num rígido controle das forças que pudessem se contrapor a esse modelo. Assim, com o advento de um período de "garantias" e "tranqüilidade" aos investimentos, a economia retoma já em 1968 o seu crescimento, definindo o período 1968/1973 como o chamado "milagre econômico", vistos os altos índices alcançados pelo conjunto das atividades econômicas. (23)

Um outro fato de natureza diversa, que teve alguma participação nesse surto industrial, está ligado ao desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, qual seja, a duplicação da Via Dutra em 1967, ao longo da qual localizam-se em grande maioria as novas unidades industriais do município.

Finalmente, em 1969, com a criação da EMBRAER, por decreto presidencial, consolida-se o corpo principal do complexo tecnológico - industrial-aeroespacial. Essa empresa passa a centralizar as atividades industriais relacionadas à aviação civil e militar no país, contando com o apoio técnico do CTA, ITA e de um conjunto expressivo de empresas voltadas à produção de componen-

tes aeronáuticos, tais como Aerotec, Neiva, Avibrás, e outras menores, de apoio. A EMBRAER é fruto das atividades do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do CTA, que, desde há alguns anos, vinha desenvolvendo o primeiro avião construído no país, o bimotor "Bandeirante", cujo vôo inaugural se dá no ano de 1968. Em 1969, a Sociedade Aerotec Ltda., entrega ao Ministério da Aeronáutica os primeiros exemplares do modelo "Uirapuru" para treinamento de pilotos militares. Em 1969, constituída legalmente, a EMBRAER anuncia um programa de produção que prevê uma média de 200 aviões por ano, a serem vendidos tanto para uso civil como militar, no país ou no exterior. Em 1970, a empresa inicia também a construção de aviões de uso agrícola, em convênio com o Ministério da Agricultura. (24)

Esse setor do parque industrial do município, aqui denominado complexo tecnológico - industrial - aeroespacial, envolve uma série complicada de operações industriais e para-industriais. (25) Assim, tendo no CTA (que em 1971 passou a denominar-se Centro Técnico Aeroespacial) o principal suporte tecnológico, (26) que, por sua vez, tem no governo (através do Ministério da Aeronáutica e órgãos estatais de financiamento) o seu principal impulsionador, as unidades produtivas envolvidas, sejam na construção de aviões de usos variados, (27) sejam no desenvolvimento de foguetes, satélites ou armamentos, acabam por constituir-se num parque industrial bastante avançado e relativamente autônomo em relação ao conjunto maior das empresas industriais do município. E isto por várias razões, dentre elas o fato de estarem operando com atividades diretamente ligadas ao governo central (ao contrário da maioria das empresas cujas sedes encontram-se, por

exemplo, na capital paulista) e, além do mais, por estarem desenvolvendo atividades consideradas como pertencentes à área própria da chamada "segurança nacional". Soma-se à indústria aeronáutica a produção de armamentos terrestres, posteriormente, pela ENGESA (carros de combate, canhões leves, etc.) e estará definido no município, além do complexo aeroespacial, também um verdadeiro parque industrial bélico. Assim, o Brasil consegue ingressar no seleto grupo de países que investem significativamente na produção de armamentos bélicos para a exportação.

Também, dois outros fatos ligados às administrações estadual e municipal podem ser relacionados entre aqueles que certamente contribuíram para a continuidade do dinamismo industrial no município. Ao nível estadual, trata-se da criação das 10 Regiões Administrativas no Estado de São Paulo, em 1969, sendo escolhida a cidade de São José dos Campos como sede da região do Vale do Paraíba. (28) Este dado não só atesta a já indiscutível liderança regional do município (quanto a dinamismo econômico e crescimento populacional) como também acaba por centralizar as políticas regionais do governo para a região. Ao nível local, trata-se de um decreto da Prefeitura local, em 1970, concedendo incentivos fiscais pelo prazo de 10 anos (isenção do imposto territorial e de serviços) às indústrias que ali desejarem instalar-se. Tudo leva a crer que este fato seja relacionado à repercussão total das diretrizes contidas no I PND, que apontam a necessidade da "descentralização industrial", vistos os problemas de congestionamento das áreas metropolitanas e às iniciativas do próprio governo estadual (que por sua vez passa a considerar as diretrizes a nível nacional), tais como a própria criação das Regiões Administrat

tivas e a criação do Grupo de Descentralização Industrial. (29)

O Recenseamento Geral Oficial de 1970 registra para o município uma população total de 148.332 habitantes, com um crescimento de 91,3% em relação a 1960. Dos 47.530 de população economicamente ativa (32%), estão 21.093 empregados no setor secundário (44,3% da PEA) e 17.786 na indústria de transformação. Três aspectos a destacar: o crescimento total da população, a predominância da população urbana sobre a rural (89,3%) e, por último, o grande crescimento da parcela da população economicamente ativa empregada no setor secundário (44,3%), bastante superior ao índice de 1960 (34,5%).

O seguinte período a examinar-se, dentro da evolução do crescimento industrial no município, vai de 1970 a 1977. Nesses 7 anos são instaladas um total de 23 fábricas (37,3% de todo o parque industrial), cuja maior intensidade se dá no sub-período 1970/75 com a elevação das taxas de investimentos, restando apenas 4 para o sub-período de 1976/77 (em 1976, a Ethicon S.A., a Neu Aerodinâmica Ind. e Com. Ltda., a Elevadores Kone Ltda., e a Petybon S/C Ind. Alimentícia). Do total instalado, chama a atenção de imediato, a predominância dos ramos de Metalúrgica e Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, com a instalação de 7 fábricas e 6 fábricas, respectivamente, todas no sub-período 70/75, entre elas: em 1970, a National do Brasil Ltda. e a Eluma S.A., esta passando, em 85, o controle acionário à Bundy Tubing do Brasil Ind. e Com. Ltda.; em 1972, a Kodak Brasileira Com. e Ind. Ltda.; em 1973, a Philips do Brasil Ltda., a Hitachi Indústrias S.A., a ENGESA-Engenheiros Especializados S.A. e a Metalúr-

gica Fiel, que, em 1985, passa a ser Mannesmann-Fiel; em 1974, a National Componentes Eletrônicos do Brasil Ltda; em 1975, a Mcquay do Brasil Ind. e Com. Ltda. Seguem-se mais 3 do ramo de Química, 3 do ramo de Produtos Alimentares, 2 do ramo de Editorial e Gráfica, 1 Diversos (Produtos Cirúrgicos) e 1 do ramo de Minerais não Metálicos (entre elas, em 1975, a Indústria Monsanto S.A. e a CUTRALE Agro-Industrial Ltda. e, em 1971, a Concretex S.A.). Como se pode observar, permanece de forma bastante acentuada o processo de consolidação de um parque industrial com predominância dos chamados setores dinâmicos da estrutura industrial. Desta forma, cada vez mais essa estrutura aproxima-se com a existente na Grande São Paulo, com as indústrias de bens de consumo durável e intermediários básicos e as de bens de capital liderando a economia industrial, seguidas pelas ligadas ao setor tradicional (bens de consumo assalariado ou não durável).

Tomando-se o critério de auge e desaceleração no ritmo de crescimento da indústria de transformação, tem-se que em termos globais a nível nacional, o período 1962/1967, marcado como já se viu, por uma forte retração nos investimentos industriais, será caracterizado como de desaceleração, já que a indústria registra aí um crescimento global na produção de apenas 2,7%, bastante abaixo do período anterior, 1955/1962, caracterizado como de grande dinamismo na produção, cuja taxa de crescimento alcança 11,3%. O período 1968/1973 é marcado por uma acentuada retomada do crescimento, registrando a melhor performance da indústria de transformação no país, com uma taxa de crescimento de 13,3%. Esses excelentes resultados, por sua vez, devem-se ao desempenho principalmente dos bens de consumo durável, com um cres-

cimento de 23,6%, seguido pelos bens de capital, com 18,1%. Seguem-se os bens intermediários (13,5%) e os bens de consumo não durável (9,4%).

Por outro lado, são igualmente expressivas as taxas de investimento fixo na indústria de transformação, entre 1967 e 1969, apresentando uma forte aceleração. Assim, as taxas de investimentos são positivas para todos os setores, com um índice global de 17,7%, com grande destaque para o ramo Mecânica, com 41,0%, cujos resultados, evidentemente, far-se-ão sentir nos anos seguintes. (30)

Portanto, um dos segmentos de tempo que se tomou para analisar a evolução industrial de São José dos Campos (1970/1977), em particular no sub-período 1970/1975 (nesse sub-período a taxa de crescimento anual do valor da transformação industrial do município atingiu 21,1%, contra 10,9% no sub-período de 1975/1980), corresponde, grosso modo, a uma fase de grande dinamismo da indústria de transformação do país, liderado particularmente por aqueles ramos mais dinâmicos, notadamente aqueles relacionados à fase contemporânea do processo de industrialização brasileira (consolidado a partir do Plano de Metas). Essa inflexão para cima no crescimento industrial do país como um todo, repercutirá decisivamente na evolução da indústria do município, com ênfase acentuada justamente nos setores que apresentaram grande desempenho a nível nacional.

Alguns fatos de ordem administrativa, como os ocorridos no final da década anterior (criação das Regiões Administrati

vas e concessão de incentivos fiscais pela Prefeitura local), e um outro, de nível estadual, a criação do Escritório Regional de Planejamento - ERPLAN do Vale do Paraíba (1971), com sede no município, estão intimamente relacionados com a necessidade, a nível oficial, de uma atuação centralizada (principalmente de planejamento) compatível com a importância que São José dos Campos adquire no contexto da industrialização em território paulista.

O ritmo de crescimento da cidade também pode ser avaliado pela dimensão das taxas de crescimento da população urbana: 7,9% a.a. na década de 1950, 8,8% a.a. na década de 1960 e 7,6% a. a. nos anos setenta. Em menos de trinta anos, a contar do início dos anos cinquenta, a fisionomia do município se altera radicalmente, com a formação de um centro urbano-industrial dos mais importantes do Estado e do País.

A década de 80 também foi significativa na instalação qualitativa de grandes indústrias: em 1980 instala-se a Refinaria Henrique Lage da PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A. do ramo de Química e a Brasmecânica Ind. e Com. Ltda. do ramo de Mecânica; em 1982 a ORION S.A., do ramo de Borracha, a Amplimatic Telecomunicações S.A., do ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicações e a TECTRAN- Tecnologia de Transporte, do ramo de Mecânica; e, em 1986, estava instalando-se a ÓRBITA - SISTEMAS AEROSPACIAIS do ramo Diversos. Assim, o complexo pólo industrial, associado à pesquisa espacial e à alta tecnologia, representado por São José dos Campos, passa a ser considerado como um dos mais avançados do Brasil.

O crescimento da indústria pode ser dimensionado pelos indicadores da transformação industrial e do emprego. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento do valor da transformação industrial do município atinge 15,9% a.a. O volume do emprego da indústria de transformação medido pelo censo de estabelecimentos, passa, no mesmo período, de 15.645 para 41.250 empregados, com uma taxa de crescimento de 8.8% a.a.. Números extremamente elevados e uma taxa significativamente mais alta que o crescimento da população urbana no período (7,6%).

Chama a atenção o tamanho dos estabelecimentos, muito acima das médias estaduais. No seu conjunto, seu tamanho médio aponta para cerca de 110 empregos/estabelecimento, no ano de 1986. Em particular, os setores mais modernos apresentam valores ainda maiores. A indústria Química indica 394 empregos/estabelecimento; a de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, 425; o ramo Diversos, 955; o Têxtil, cerca de 1.312; e o de Material de Transporte alcança 1.451 empregos para cada indústria. Para o ano de 1980, o número de estabelecimentos com mais de 1.000 pessoas ocupadas respondia por cerca de 76,5% do total do emprego. O conjunto das empresas com mais de 500 empregados abarcava, por outro lado, 90,0% de todo o emprego industrial.

Informações disponíveis para 1977 apontam que as oito maiores empresas da cidade empregavam cerca de 26.176 pessoas, praticamente 60% do total do emprego industrial, com uma média, por estabelecimento, de mais de 3.200 empregos. (31)

O significado desses números estão retratados na compo-

sição setorial do conjunto do emprego urbano, em que metade da PEA não agrícola se apresenta ligada ao setor secundário. Entre 1970 e 1980, com o ritmo mais acentuado do crescimento da indústria, o peso do secundário aumenta no conjunto do emprego. Quando inclui-se a atividade agrícola, estes números indicam que o conjunto do secundário passa de 44,4% para 47,1% do total da PEA. Mais da metade dos novos empregos estão neste setor,<sup>(32)</sup> e o peso isolado da indústria de transformação atinge 37,3% do total do emprego, um número bem acima do valor médio do Estado, que é de 29,5%, no mesmo ano.

Em 1982, as indústrias extratoras de produtos minerais eram em número de 12 com 143 pessoas ocupadas; em 1984, eram 10 estabelecimentos com 99 pessoas; em 1985, eram 12 com 105 pessoas; e, em 1986, eram 13 com 140 pessoas. As indústrias de transformação em 1982 eram em número de 432, com 52.379 pessoas ocupadas; em 1984, eram 415 estabelecimentos, com 51.565 pessoas; em 1985, eram 473 com 52.747 pessoas; e, em 1986, eram 527 estabelecimentos ocupando 59.038 pessoas. Observa-se assim o expressivo desempenho da indústria de transformação de 1985 para 1986, tanto no ritmo de instalação de novos estabelecimentos como no aumento significativo do pessoal ocupado. Para se ter uma idéia adicional, em 1986, São José dos Campos foi o sexto do Estado em arrecadação de ICM e, sozinho, foi responsável por 5% das exportações brasileiras.<sup>(33)</sup>

Finalmente, malgrado o fato de que a produção industrial, que se desenvolve em São José dos Campos, não possa ser caracterizada como tipicamente complementar da cidade de São Paulo, em

termos da produção "strictu sensu", ela representa, contudo, um prolongamento da natureza da produção industrial paulistana. (34)

Por isso mesmo, ela manifesta, contraditoriamente, dois aspectos dos processos de crescimento industrial e urbanização contemporâneos: uma diversificação da produção industrial - acompanhada de uma crescente concentração: do capital das empresas, da gestão e do poder, e uma ampliação do espaço urbanizado sob o comando da produção industrial, acompanhada de uma coesão cada vez mais acentuada no interior desse mesmo espaço.

### CAPÍTULO III

### CAPÍTULO-III. INDICADORES ECONÔMICOS

Neste capítulo enfoca-se uma análise descritiva da atividade econômica em São José dos Campos, definindo o perfil da atividade econômica.

A Região do Vale do Paraíba, na qual se insere o município, é um conjunto de espaços diferenciados do ponto de vista ambiental, topográfico e de organização sócio-econômica de suas unidades constitutivas, o que reflete as grandes disparidades estruturais entre São José dos Campos e os outros centros urbanos da região. Esta situação se repete quando se considera a sub-região de São José dos Campos cujo desenvolvimento se enquadra na fase mais recente da industrialização e onde, também, se observa uma especialização setorial e um certo desequilíbrio, embora menor, na importância relativa dos centros urbano-industriais que a compõem, principalmente no que se refere ao número de estabelecimentos industriais e ao valor da produção.

As transformações industriais mostram-se espacialmente concentradas, na medida em que aparecem predominantemente relacionadas ao município de São José dos Campos, onde se observa a predominância do setor dinâmico (bens de consumo durável e bens de capital), em termos de pessoal ocupado e de valor da produção. Como se vê, a indústria municipal carrega traços de particularidades, em que o destaque maior é a presença de grandes empresas voltadas para o mercado nacional ou para exportação.

Quanto ao setor primário, comenta-se aqui a sua evolução recente, destacando o peso que adquire a pecuária leiteira e a sua reduzida importância para o conjunto do emprego no município. Nos anos recentes, chama-se a atenção para as discretas transformações que a urbanização tem implantado sobre o mundo rural, com uma certa diversificação de atividades, bem como a evolução da atividade de reflorestamento.

Quanto ao terciário local - fortemente influenciado pelo crescimento industrial - destaca-se tanto a "modernidade", que se evidencia na década, quanto um certo atraso relativo. Os principais aspectos do setor terciário dizem respeito, basicamente, a uma tendência de crescimento mais acentuada do emprego urbano dentro da economia do município, isto devido, em parte, ao peso que adquire a classe média local, a qual traz consigo um novo - e diversificado - padrão de consumo, processando uma elevação no número de estabelecimentos e de pessoas ocupadas no comércio.

A velocidade e a magnitude do crescimento industrial e seus efeitos inter-setoriais não deixam de se manifestar sobre o "modus vivendi" urbano. Assim, a análise da atividade econômica em São José dos Campos auxilia a entender as transformações ocorridas na cidade, no período em questão, dentro de um contexto mais amplo, cujo objetivo central é compreender a natureza da urbanização a nível local, levando em consideração que a grande parte dos problemas urbanos e sociais derivam-se do seu movimento intenso e, em parte, também do dinâmico processo de crescimento industrial ocorrido no município.

TABELA 1: Índices Populacionais de São José dos Campos (1950 - 1980).

ANOS	POPULAÇÃO		TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO %		TAXAS DE URBANIZAÇÃO %		
	total	urbana	total	urbana	São José dos Campos	Vale do Paraíba	Estado-SP
1950	44.804	26.600	3,3 a.a. (40-50)	6,6 a.a. (40-50)	59,4	45,4	52,6
1960	77.533	56.882	5,6 a.a. (50-60)	7,9 a.a. (50-60)	73,4	60,0	62,8
1970	148.332	132.482	6,7 a.a. (60-70)	8,8 a.a. (60-70)	89,3	74,2	80,3
1980	287.513	276.901	6,8 a.a. (70-80)	7,6 a.a. (70-80)	96,3	86,9	88,6

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos (1950 - 1980).

NOTA : Projeção da FSEADE : o ritmo de crescimento da população urbana estimado para o período 1980 - 1990 é de 5,2% a.a.

Antes, contudo, de visualizar os grandes traços que marcam as especificidades de cada setor econômico, torna-se imperativo fazer uma rápida caracterização da dinâmica demográfica local do período recente.

## 1. Dinâmica Demográfica do Período Recente 1970 - 1980.

A fisionomia de São José dos Campos alterou-se profundamente em menos de trinta anos, com a estruturação de um centro urbano-industrial dos mais importantes. Nas últimas 3 décadas o município teve o maior crescimento populacional entre as sedes regionais do Estado de São Paulo, com uma média anual de 6,4%, praticamente duplicando seu número de habitantes a cada 10 anos; bem acima do segundo maior índice de crescimento populacional do Estado, nesse período, que foi o de Campinas (a 2ª metrópole paulista) com 5,0 % . No mesmo período, a população urbana do município cresceu a uma média anual de 8,1%, taxa superior à observada para a população total, sendo este um dado importante para mostrar o acentuado processo de urbanização vivido pela cidade. Em função disto, de 1950 para 1980 as diferenças entre as taxas de crescimento da população urbana e da população total foram diminuindo, com uma queda progressiva no ritmo de crescimento da população urbana, refletida também na taxa de crescimento urbano estimada para o período 1980 -1990, que deve registrar 5,2% a.a.. As taxas de urbanização de São José dos Campos observadas em 1950, 60, 70 e 80 ficaram sempre acima das taxas do Estado de São Paulo e da Região do Vale do Paraíba, mostrando mais uma vez a liderança do crescimento urbano da cidade a nível regional. A Tabela 1 é elucidativa em relação às questões colocadas acima.

A Tabela 1 torna mais clara a afirmação do explosivo crescimento urbano ocorrido fundamentalmente a partir de 1960, década em que se observa uma taxa de crescimento urbano de 8,8% a.a.,

a maior para o município nos últimos anos.

Quaisquer que sejam as razões para os aumentos populacionais, especialmente os aumentos da população urbana, observados nas últimas décadas, sem dúvida que entre elas estará a intensidade do fluxo migratório destinado ao município. A análise do comportamento do crescimento populacional de São José dos Campos mostra um crescimento vegetativo de 64,50% e um crescimento migratório de 35,50%, no período 1970 -1980. Nesses anos, o saldo migratório líquido absorvido por São José dos Campos foi de 71.051 pessoas, o que corresponderia a 47,9% da população total da cidade em 1970. Para a década de 80, as projeções indicam um número absoluto de migrantes bem superior, embora com uma porcentagem relativa à população total de 1980 inferior à encontrada para a década passada. A intensidade do fluxo migratório dirigido a São José dos Campos pode ser sentida quando se vê, na Tabela 2, a evolução crescente da participação populacional do município na população total da Região do Vale do Paraíba, entre 1950 e 1980, mais ainda quando se descarta a hipótese de que índices de fertilidade elevados tenham sido a razão dos aumentos populacionais de São José dos Campos. Em 1980 a população total de São José dos Campos correspondia a mais de 1/4 da população total da região.

Além da dimensão absoluta elevada dos saldos migratórios, a análise da composição interna desses fluxos indica alterações consideráveis na dinâmica demográfica de São José dos Campos. Desde a década de 50, o município se constituiu no principal pólo migratório da Região do Vale do Paraíba, absorvendo populações originárias da própria região, assim como do litoral norte

paulista e do sudeste mineiro. Em 1970, dos 74 mil residentes na cidade a menos de 10 anos, com local de nascimento em outra cidade, cerca de 87% (64.380 residentes) haviam tido seu último domicílio em outros municípios do Estado ou no Estado de Minas Gerais. Durante a década de 70 este processo modifica-se, no sentido em que o município adquire a conotação de um centro de atração migratória mais amplo. O percentual de residentes não naturais a menos de 6 anos sobre a população total que, em 1970, foi de 24,2% passou para 24,8% em 1980. Neste ano as maiores porcentagens correspondentes foram de alguns municípios localizados na Região de Campinas como, por exemplo, Sumaré, com 27,2% e Campinas, com 25,2%, e alguns localizados na Grande São Paulo. Como se vê, o índice de São José dos Campos não ficou muito atrás desses números, inclusive ficou acima de outros municípios de porte significativo, como Limeira, com 23,3% e Sorocaba, com 21,0%. Com relação aos residentes não naturais a menos de 10 anos, em 1980 não apenas se eleva o número para 101.987 residentes como também cresce simultaneamente o percentual de migrantes originários do Nordeste e do Estado do Paraná, como mostra a Tabela 3.

Em 1980, como revela a Tabela 3, o percentual de não naturais com último domicílio no Estado de São Paulo ou no de Minas Gerais reduz-se para 70,6%, o elevado índice observado de migrantes de Minas Gerais (incluindo Espírito Santo), deve-se a que São José dos Campos está próximo à fronteira mineira, além de que, historicamente, a Região do Vale do Paraíba foi sempre um centro de atração de migrantes provenientes do Estado vizinho. O índice de migrantes nordestinos que, em 1970, era de 2,6% passa para 7,4% em 1980, sendo este o maior percentual das sedes regionais do inte

TABELA 2: Participação Populacional de São José dos Campos na População Total da Região do Vale do Paraíba (1950-1980).

ANOS	POPULAÇÃO		Participação da população total de São José dos Campos na população total da Região do Vale do Paraíba. %
	Região do Vale do Paraíba	São José dos Campos	
1950	456.225	44.804	9,82
1960	578.220	77.533	13,41
1970	786.653	148.332	18,86
1980	1.133.387	287.513	25,37

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos (1950 - 1980).

TABELA 3: São José dos Campos - Participação dos Residentes Não Naturais que migraram a menos 10 anos, segundo local de domicílio anterior, no Total de Residentes Não Naturais (1980).

Total de Residentes	Participação no total segundo local de domicílio anterior %							
	SP	MG	PR	R.Nordeste	RJ	R. Centro Oeste	SC	R.Norte
Não Naturais em São José dos Campos.		e					e	
		ES					RS	
101.987	49,2	21,4	11,9	7,4	5,5	1,2	0,6	0,3

FONTE: FSEADE.

Obs: SP - São Paulo Região Nordeste  
 MG e ES - Minas Gerais e Espírito Santo Região Centro Oeste  
 PR - Paraná SC e RS - Santa Catarina e Rio Grande do Sul  
 RJ - Rio de Janeiro Região Norte

rior do Estado (o índice de Campinas ficou em 5,0%), só perdendo para a Baixada Santista. Esta migração de pessoas domiciliadas no Nordeste para São José dos Campos é muito significativa, sobretudo para uma cidade do interior, porque tradicionalmente este é um fluxo dirigido à capital paulista, ou às regiões de seu entorno. Da mesma forma, mesmo considerando que a migração de origem no Paraná é elevada para qualquer cidade de porte médio e grande do Estado, o índice registrado em 1980 para São José dos Campos (11,9%) é muito significativo, dada sua localização geográfica, ou seja, bem afastada da fronteira paranaense.

Finalizando, pode-se dizer que os contingentes migratórios de Minas Gerais, do Paraná e do Nordeste, e mesmo os do Estado de São Paulo, são muito elevados, o que permite afirmar que a intensificação e diversificação desse movimento migratório mostra que São José dos Campos passa a desempenhar um papel que ultrapassa o de um pólo de atração regional, com correntes migratórias que vão além de seu "hinterland" imediato.

## 2. Setor Primário - Agricultura e Pecuária\*

### A - Histórico Estrutural:

Em São José dos Campos, constataram-se grandes transformações econômicas nos últimos tempos, com sérias repercussões no setor primário, principalmente no que se refere ao decréscimo progressivo da população rural que, de 40,6% da população total em 1950, passou para 3,7% em 1980, e à sua reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra. Essas transformações estão estreitamente relacionadas ao próprio processo de desenvolvimento econômico brasileiro que acentuou, dentro do setor secundário, a participação da indústria de transformação - a qual já reciclava seu próprio dinamismo - na geração da renda e do emprego, com o objetivo de conquistar e, posteriormente, integrar todo o mercado nacional, dando-lhe assim uma tônica mais dinamizadora. (35)

Para se entender este processo e as suas repercussões é necessário fazer um parêntese para dar lugar a uma análise histórica mais aprofundada. Efetivamente, São José dos Campos participou ativamente da fase de expansão inicial da cafeicultura escravista no Estado de São Paulo na primeira metade do século XIX; posteriormente, dentro do mesmo ciclo expansivo, atraiu, mas não efetivamente, imigrantes para suprir as necessidades de mão-de-obra na produção agrícola do café, já nos marcos da economia cafeeira capitalista, a partir da introdução do assalariamento. Nes-

---

\*Entende-se aqui como o conjunto das atividades relacionadas à criação de todo tipo de animal útil ao homem.

se período, a expansão cafeeira no território paulista e a dinâmica de acumulação, que impõe a progressiva ampliação da lavoura no Estado, provocam uma transformação nas características estruturais do município e da Região do Vale do Paraíba, como um todo. A estagnação econômica que afetava basicamente todo o Vale deslocou o movimento da cafeicultura para regiões mais dinâmicas, como o oeste paulista - onde as terras virgens, crescentemente disponíveis pelas "visionárias" ferrovias, ofereciam elevada produtividade física e econômica, levando consigo o fluxo migratório (agora em maior escala) e parte da mão-de-obra rural residente nas antigas regiões escravistas. (36)

As crises econômicas e as diferenciações inter e intra-regionais levaram, portanto, à decadência da lavoura cafeeira em São José dos Campos e sua região. No entanto, surgem no município novas formas de produção rural lideradas pela pecuária, especialmente a leiteira (37), que foi a atividade econômica substitutiva na ocupação do solo, provocando a redução da área coberta com lavouras; mas a sua menor expressão comercial e seus mais baixos níveis de demanda de mão-de-obra provocaram, em parte, o empobrecimento e o despovoamento da área rural em direção às áreas urbanas onde se verificava, no início do século XX, um processo inicial de instalação das primeiras unidades industriais. Posteriormente, o esgotamento das terras de melhor qualidade, submetidas a um regime de exploração intensivo, acabariam por acelerar a deterioração da produção agrícola do município, sendo isto mais notório com a finalização da crise dos anos 30, onde as eventuais alternativas de atividade rural mais produtiva ficaram restritas à formação de pastagens para a atividade pecuária.

Até aqui, toda esta caracterização foi feita em função de fatores externos e não de acordo com as estruturas geradas internamente em São José dos Campos. Efetivamente, isto leva a pensar numa tendência inversa, onde as modificações nos quadros demográfico e do trabalho rural devem ser atribuídas às transformações urbano-industriais pelas quais passou o município, a partir da década de 30, e que se tornaram mais significativas a partir de 1950. As transformações urbano-industriais refletiram-se, sem dúvida, na distribuição espacial da população e atuaram como um fator de modificação, tanto na composição interna da população como na estrutura econômica de São José dos Campos.

A localização estratégica do município - no eixo SP/RJ e próxima a Minas Gerais - e o surgimento de novos centros urbano-industriais na região (38), foram fatores decisivos na "nova" organização do espaço agrário municipal que se voltou para uma produção mais diversificada, embora ainda dirigida para a produção leiteira tendo em vista um mercado consumidor seguro. Mesmo assim, não evitou que, no período de 1970 a 1980, se tenha chegado a um decréscimo da população rural de -3,90%.

#### B - Atual Estrutura da Atividade Primária:

São José dos Campos apresenta um setor primário muito diferente de outros municípios paulistas, dadas as suas características de conformação urbano-industrial no eixo SP - RJ da Via Dutra, das condições do relevo (nota-se uma topografia bem acidentada que vai da Serra da Mantiqueira ao Vale do Paraíba), do

clima temperado (relativamente homogêneo durante o ano), dos solos (que apresentam problemas de conservação, embora estejam entre os melhores da Região do Vale do Paraíba), e mesmo do seu passado cafeeiro. O médio-alto vale, sub-região na qual está inserido o município, é atualmente a área fisicamente mais favorável, a nível regional, para o desenvolvimento das atividades agrárias.

A área de São José dos Campos corresponde a 111.800 Ha. ou 1.118 Km<sup>2</sup>, 88,77% pertence à zona rural. Nos triênios de 69-71 a 79-81, a maior parte dessa área era destinada às pastagens (75.020 Ha), com predomínio das naturais (72.600 Ha), enquanto que as lavouras não atingiam a 5% do município. (39) Na pecuária, do triênio de 69-71 ao de 79-81, o rebanho de gado de corte passou de 9 mil para 10 mil cabeças e o leiteiro estacionou em 40 mil cabeças; a suinocultura regrediu de 16 mil para 7 mil animais (40), enquanto que a criação e engorda de frangos passou de 110 mil para mais de 1 milhão de aves, e o número de poedeiras passou de 517 mil para 650 mil aves. (41)

O que chama a atenção na análise do setor primário local é a introdução progressiva, de 1960 até o presente, de atividades induzidas pela urbanização, acelerada e crescente, e que tiveram um relativo sucesso, como: a horticultura, a floricultura, a fruticultura e a avicultura (basicamente, criação de aves para corte). Estas são atividades de elevado valor comercial mas não são grandes geradoras de emprego. No seu desenvolvimento pesam, principalmente, dois fatores: a localização de São José dos Campos entre as duas grandes metrópoles do país e a existência de outros centros urbano-industriais, o que garante a absorção de toda essa

produção. Assim, o crescimento da cidade acaba por orientar um conjunto de atividades primárias básicas.

Atualmente, entre as principais culturas do segmento agrícola básico existentes no município, destaca-se a rizicultura que cobre as várzeas do Paraíba, seguem-se o milho, a cana-de-açúcar, o feijão e a batata inglesa, mas todas são culturas sem expressividade comercial devido às reduzidas áreas cultivadas. A característica do setor primário de São José dos Campos está centrada no sub-segmento da pecuária leiteira (correspondente a 11% do rebanho do Estado), mas o seu impacto sobre a vida urbana é muito reduzido, fazendo-se notar pelos aspectos negativos da redução absoluta da população domiciliada no campo, como mostra a Tabela 1.

A pecuária leiteira tem conseguido padrões de produtividade mais elevados sobretudo a partir da década de 70, devido, em parte, à gradativa capitalização desta atividade, com a substituição de pastagens naturais, com os estímulos à diferenciação do trabalho e com o incremento da transformação industrial de laticínios, observando-se assim que a agroindústria em São José dos Campos também tem um bom desempenho. (42)

Informações sobre o segmento produtor de laticínios, no sub-setor agroindustrial de carnes e laticínios, permitem deduzir que, embora sua dispersão seja visível por todo o Estado, a região tende a concentrar um percentual elevado do total estadual. É importante ressaltar que embora o número de pequenos produtores de leite e derivados seja expressivo em São José dos Cam

# CEDOC/IE/UNICAMP

TABELA 1: São José dos Campos - Pessoal ocupado no Setor Primário segundo local de domicílio (1970 - 1980).

---

	1970	1980	Tx. de Crescimento %
Pessoal ocupado no			
Setor Primário	4.115	3.314	-
Quantidade do P.O.			
em domicílio urbano	980	1.356	3,3
Quantidade do P.O.			
em domicílio rural.	3.135	1.958	-4,6

---

FONTE: FIBGE.

pos, a maior parte da produção é realizada em estabelecimentos especializados - que introduzem inovações tecnológicas, investindo assim na modernização das atividades rurais - ao contrário do que acontece com a maior parte da produção do país, ganhando significação a presença de grandes empresas, com evidente destaque regional para a "NESTLÉ", a qual investe na verticalização das suas atividades empresariais. (43)

Isto dá o matiz da política agrária do país pós - 64 cujo modelo favorece até hoje os grandes latifúndios e estabelecimentos agroindustriais - fortes concentradores da renda e da terra - e que, por terem economias de produção mais elevadas, estão em condições de criar excedentes para a exportação, os quais são interessantes para a União, no sentido de entrada de divisas para atenuar o déficit da balança de pagamentos. Assim, uma reforma agrária que garanta terra para todos aqueles que queiram trabalhá-la, que expanda as fronteiras agrícolas, que desaproprie as terras não produtivas e especulativas, e que incentive os pequenos e médios produtores através de assistência técnica e financeira e do apoio à organização de cooperativas rurais, se torna inviável tanto política como, em consequência, economicamente, dentro desse contexto. (44)

Outra atividade importante, em termos comerciais, dentro do sub-setor agrícola, e crescentemente significativa dentro do setor primário municipal na última década, diz respeito ao reflorestamento ocupando basicamente as áreas próximas da Serra da Mantiqueira, esta atividade tem um índice de emprego de mão-de-obra muito baixo e está assentada sobre uma estrutura de trabalho temporário, a estes problemas somam-se os derivados da exaustão do solo

e da redução das áreas de matas naturais. No triênio de 79 - 81 as plantações de eucaliptus atingiam 2.230 Ha. (no triênio de 69 - 71 1.300 Ha) e a de pinus atingia 110 Ha.

Uma média trienal centrada no ano de 1980 aponta a utilização das terras, em números relativos, pelos segmentos do setor primário municipal: mais de 70% do território é utilizado pela pecuária <sup>(45)</sup>, quase 5% está coberto por lavouras, cerca de 2% destina-se ao reflorestamento e aproximadamente 8% está coberto com matas naturais.

A modernização tecnológica <sup>(46)</sup> no setor primário de São José dos Campos tornou-se uma realidade nas últimas décadas se bem que não acompanhou o ritmo de outras regiões paulistas. Um indicador desta modernização foram as crescentes despesas de 1950 a 1970, com mudas e sementes, adubos e corretivos, alimentação e tratamento de animais, e com uso de rações suplementares e de controle sanitário (medicamentos); esta última, vinculada fundamentalmente à pecuária leiteira, é a que teve os maiores índices de crescimento dentro do total de despesas. Outro indicador é a análise dos índices de mecanização que revelou uma tendência para o aumento gradual de utilização de tratores no período 1950 - 70 (de 0,51 tratores por 100 Ha, em 1950, passou-se para 3,66 tratores por 100 Ha, em 1970), no tocante ao emprego de arados, estes também têm acusado um incremento, verificando-se que, no período 1950 - 70, o aumento neste tipo de mecanização foi muito significativo, quase que dobrando (de 3,97 arados por 100 Ha, em 1950, passou-se para 6,16 arados por 100 Ha, em 1970).

O pessoal ocupado no setor primário em relação ao total da PEA municipal caiu de 8,7%, em 1970, para 3,1%, em 1980. Essa diminuição progressiva da participação da mão-de-obra rural ocorreu, em parte, para dar lugar à modernização tecnológica no setor primário (47) mas está principalmente relacionada com as mudanças verificadas na utilização da terra, como o aumento das áreas de pastagens em detrimento das áreas de lavouras. (48) Portanto, sendo a pecuária bovina a atividade principal do setor primário de São José dos Campos, especialmente a pecuária leiteira, o emprego de mão-de-obra não poderá tender a aumentar, visto que esta é uma atividade que não apresenta grande capacidade de criação de novos empregos; acrescenta-se que a modernização que se vem processando na pecuária leiteira constitui-se em um dos fatores de não absorção de mão-de-obra. Apenas nas limpezas de pasto torna-se necessária a requisição de maior contingente de trabalhadores rurais, porém num curto período do ano. Essa sazonalidade de demanda de pessoal rural, contribui para a existência de uma força de trabalho de reserva na cidade, ou mesmo, em áreas contíguas e municípios vizinhos. (49)

A modernização tecnológica do setor primário de São José dos Campos mostra um maior emprego, nas últimas décadas, de máquinas modernas e insumos avançados na tentativa de melhorar os níveis de produtividade; agora, os índices de mecanização observados podem ser altos a nível regional mas, a nível do conjunto do Estado, são baixos. Essa modernização não corresponde a mudanças estruturais concretas (como por exemplo, a melhoria das condições de vida no meio rural decorrente de uma atividade primária dinamizadora) que possam definir o setor primário municipal como tecnologicamente

mente mais modernizado quando comparado a outros municípios cuja base econômica é fundamentalmente o setor primário.

A própria realidade econômica da cidade poderia explicar este processo ocorrido nas últimas décadas, na medida em que São José dos Campos se firma cada vez mais como importante centro industrial do país e na medida em que torna-se uma restrição a exigüidade de solos propícios ao desenvolvimento de uma atividade primária modernizada e dinamizadora.

### 3. Setor Secundário - Indústria.

Sem dúvida, a marca característica de São José dos Campos se estabelece no setor secundário, principalmente com a indústria de transformação, que é capaz de estruturar um crescimento urbano com poucos similares no Estado, e que ganhou impulso a partir da década de 50, devido aos estímulos provocados pela construção da Via Dutra, a instalação do Centro Técnico Aeroespacial no município e a implantação do Plano de Metas no governo JK. <sup>(51)</sup> Esse impulso da atividade industrial nos anos 50 pode-se confirmar, em parte, observando-se as datas de instalação das empresas, fundamentalmente as de grandes empresas estrangeiras.

Os principais investimentos industriais realizados em São José dos Campos por indução direta e/ou indireta da União, essencialmente se referem à:

a. Implantação do Complexo Aeronáutico (centrada na EMBRAER) <sup>(52)</sup> para fins civis e militares, associando-se a este a indústria de material bélico.

b. Instalação de outra Refinaria de Petróleo da PETROBRÁS. Estas indústrias - além das outras indústrias Químicas que se beneficiaram com a Refinaria da PETROBRÁS - pertencem a ramos com grande poder articulador junto ao setor industrial como um todo, e que detêm uma expressiva concentração da produção.

A indústria de São José dos Campos apresenta uma estrutura muito avançada, em comparação às indústrias da própria Região do Vale do Paraíba e das outras regiões paulistas, com grande

peso nas indústrias fundamentalmente produtoras de bens de consumo durável e bens de capital, vindo a seguir as de bens intermediários básicos. A modernidade do parque industrial local se torna evidente quando se vê a diferenciação interna de cargos e funções, própria das grandes empresas (característica esta de suas plantas fabris) e os investimentos com pesquisas realizados pelas suas indústrias em conjunto com o CTA e o INPE.

Analisando a nível do Brasil em geral, um ramo do setor da indústria de bens intermediários, especificamente a "Petroquímica" (que foi implantada mais solidamente na primeira metade dos anos 70, continuando-se, assim, com o processo de substituição de importações em sua fase final) pode-se afirmar que "acomodou", os interesses do Estado com os do grande capital privado estrangeiro e nacional. Isto veio a reforçar o processo de estruturação industrial com um grau de concentração elevado e onde o peso da grande empresa - em sua grande maioria de capital estrangeiro - é muito superior às médias estaduais.

Esse processo, em parte, foi descrito no item 2 do capítulo II deste trabalho, onde se fez uma descrição mais detalhada do caráter industrial do município. Naquela ocasião chamou-se a atenção para a evolução do parque industrial de São José dos Campos. Aqui se dará mais atenção à natureza da estrutura industrial, fundamentalmente a um aspecto dessa estrutura que é sumamente revelador das especificidades do desenvolvimento do município: a elevada presença de grandes empresas na indústria de transformação local associada a uma concentração expressiva do capital.

O elemento que define a natureza da estrutura industrial do município é o expressivo monopólio do capital, concentração que é decorrente da presença de um número significativo de grandes empresas industriais em São José dos Campos.

A Tabela 1 expressa quantitativamente esse processo, apresentando alguns indicadores das 8 maiores empresas industriais, as quais foram selecionadas basicamente pelo número de empregados e pelo valor das vendas, de acordo com informações proporcionadas pelas mesmas para o ano de 1977. Dessas 8 empresas, 5 são multinacionais ou de capital estrangeiro (uma no ramo de Material de Transporte, uma no ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, uma no ramo Diversos, uma no ramo de Metalúrgica e uma no ramo de Química), e 3 são de capital nacional (uma estatal no ramo de Material de Transporte e duas privadas no ramo Têxtil).

Considerando-se uma classificação da indústria em 3 setores pela qual segue-se uma distribuição das indústrias segundo um critério histórico, ou seja, segundo a própria evolução da industrialização, assim, o setor Tradicional refere-se à primeira fase da indústria (têxteis, minerais não metálicos, produtos alimentares, etc.), marcada pela produção de bens de consumo não durável; o setor Intermediário refere-se a uma 2ª fase, com o advento da indústria pesada, de base (siderurgia, química pesada, etc.); e o setor Dinâmico refere-se à última fase da industrialização, marcada pelo desenvolvimento das "indústrias de ponta", em que predominam os bens de consumo durável e bens de capital (material de transporte, eletro-eletrônica, petroquímica, máquinas e equipamentos, etc.), todas elas caracterizadas por um forte poder de

Tabela 1:

## SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - ALGUNS INDICADORES DAS OITO MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS.

(1977)

Empresa	Setor	Ramo	Data de Fundação (no município)	Nº de Empreendidos	Dimensões m <sup>2</sup>		Valor das Vendas em Cr\$ (1976)	Mercados de Consumo
					Terreno	Área Construção		
GENERAL MOTORS	Dinâmico	Material de Transporte (Bens de Consumo Durável)	1959	8.940	2.668.205	403.413	2.839.894.033,00	Brasil, USA, Europa, América do Sul
EMBRAER	Dinâmico	Material de Transporte (Bens de Consumo Durável)	1969	4.370	1.161.619	111.013	1.292.239.859,00	Brasil, USA, Europa, Ásia, África América do Sul
ERICSSON	Dinâmico	Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação (Bens de Consumo Durável)	1954	2.989	683.636	111.732	3.166.358.512,61	Brasil, América do Sul
JOHNSON & JOHNSON	Dinâmico	Diversos (Bens de Consumo Durável e Não-Durável)	1953	3.283	931.081	67.171	1.715.683.120,00	Brasil, América do Sul
METAL. FIEL - MANNESMANN	Intermediário	Metalúrgica (Bens Intermediários Básicos)	1973	1.534	1.531.777	41.948	337.015.644,00	Brasil, África do Sul, Costa Rica Argentina
RHODIA	Intermediário	Química (Bens Intermediários)	1946	1.182	897.927	66.777	763.385.300,00	Brasil, Uruguai, Peru
KANEBO	Tradicional	Têxtil (Bens de Consumo Não-Durável)	1956	1.525	262.155	66.699	514.914.246,13	Brasil, USA, RFA, Bélgica, Itália, França, Dinamarca, Irlanda, Polônia, Canadá, Nigéria, Nicarágua, Hong-Kong
TECELAGEM PARAHYBA	Tradicional	Têxtil (Bens de Consumo Não-Durável)	1925	2.353	358.162	65.762	323.048.586,00	Brasil, USA, África do Sul, Canadá, Áustria, Suécia, Israel, Bolívia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Paraguay, França, Venezuela, Alemanha
				26.176 (59,6%)			10.952.000.000,00 (85,2%)	

Fonte: Questionários respondidos PM-SJC.

influência sobre todo o conjunto da atividade industrial.<sup>(53)</sup> Portanto, de acordo com esta classificação, pode-se dizer que todos os setores industriais estão presentes nesta amostra: o dinâmico com 4 empresas, o intermediário com 2 empresas e o tradicional também com 2 empresas.

Sem dúvida, sobressaem as 4 grandes empresas do setor dinâmico, sendo 2 do ramo de Material de Transporte, 1 de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, e 1 do ramo Diversos. Este é o setor que comanda o processo de acumulação de capital do setor privado industrial.

A maioria das indústrias instalou-se na fase de maior dinamismo do processo de industrialização nacional e municipal, ou seja, nos últimos 30 anos. O início da penetração do capital estrangeiro produtivo em larga escala se deu basicamente na década de 50, num processo de multi-localização das unidades produtivas, já que, simultaneamente, instalaram-se plantas industriais na Grande São Paulo (sede e fábrica principal) e em São José dos Campos (fábrica filial), este fato configura uma clara estratégia empresarial das multinacionais<sup>(54)</sup> e não um simples processo de "descentralização industrial", induzido por "deseconomias de aglomeração"<sup>(55)</sup> ou por "políticas governamentais".

A "idade" da maioria das empresas, e dada a modernização da indústria local, pressupõe um histórico de várias ampliações em suas capacidades produtivas que lhes significou rapidamente uma sólida liderança no setor secundário municipal.

As dimensões físicas dessas empresas indicam o que se poderia chamar de "gigantismo". Isto dá uma idéia de um dos traços da indústria moderna, o progressivo processo de "horizontalização física" das plantas fabris, que se deve não apenas à escala de produção destas indústrias, logo implicando na necessidade de enormes áreas físicas internas e externas, mas também e fundamentalmente, à natureza do próprio planejamento interno dessas empresas, sempre traçado em termos de médio e longo prazos e numa perspectiva de constante ampliação da capacidade produtiva, tendo em vista os desempenhos econômicos.

Quanto ao número de empregados, a análise dos valores individuais e globais evidencia o processo de concentração, já que as 8 empresas, juntas, são responsáveis pelo emprego de 59,6% do total da força de trabalho industrial de São José dos Campos (43.921 pessoas), sendo que as 2 empresas do ramo de Material de Transporte empregam 30,3% desse total, e o setor dinâmico, com suas 4 empresas juntas, emprega 42,0%. (56) Entre as outras unidades industriais deve-se destacar uma Têxtil, a mais antiga da cidade, que tem uma linha bastante diversificada de produtos.

O processo de concentração tem mais ênfase quando se analisa o valor das vendas. Em conjunto, as 8 empresas são responsáveis por 85,2% do total das vendas industriais do município, sendo que apenas 2 delas pertencentes ao setor dinâmico (uma de Material de Transporte e a outra de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, ambas estrangeiras) totalizam 46,7% das vendas totais.

Entre todas, deve-se destacar a empresa, já citada, de equipamentos de telecomunicações que apresenta um elevado valor de vendas em relação ao número de empregados, superando em muito as outras empresas locais; isto explica-se pelo comportamento deste ramo de Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação, relativamente cartelizado, que responde menos agressivamente frente ao crescimento do mercado, portanto, suas altas taxas de acumulação são mais uma resposta ao crescimento rápido do próprio mercado deste ramo do que uma tentativa de conquistar terreno às suas rivais. (57)

De qualquer forma, a constatada supremacia das indústrias produtoras de bens de consumo durável e de bens de capital (58), pode ser explicitada por 3 fatores fundamentais: a grande escala de produção, o alto valor unitário dos produtos vendidos e o nível tecnológico avançado.

Para finalizar, a escala dos mercados atingidos pelas 8 empresas (59) vem configurar os seus desempenhos quanto aos outros indicadores, caracterizando-as como grandes empresas, não apenas com relação ao conjunto das indústrias locais, mas como a manifestação local de um modelo econômico de industrialização brasileiro, fundamentalmente concentrador e monopolista, dentro do contexto do próprio desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

#### 4. Setor Terciário - Comércio e Serviços.

A desproporção entre a atividade do setor secundário, especialmente a indústria de transformação, e o conjunto da vida econômica de São José dos Campos não se reflete apenas no setor primário local, está presente, também, no setor terciário, embora em condições bem diferentes das que prevalecem entre o secundário e o primário. A essência destas distorções deriva do peso que assume a atividade industrial de transformação no município.

Mesmo observando-se um crescimento e diferenciação acelerados, entre 1970 e 1980, das atividades do terciário municipal, com ritmos mais elevados em alguns sub-ramos - ditos mais modernos - que a própria indústria local, seu peso relativo é significativamente menor que em outras cidades do Estado, sobretudo em centros regionais da mesma importância, evidenciando-se, assim, um atraso, inclusive em relação ao crescimento observado na rede urbana local.

Considerando a Tabela 1, chama a atenção o crescimento da participação, no total da população economicamente ativa (PEA), dos ramos de comércio de mercadorias, de prestação de serviços, de transportes e comunicações e de atividades sociais. Agora, tomando-se o conjunto do terciário, ou apenas os ramos citados, encontram-se relações significativamente menores que as médias estaduais. Para cada emprego no secundário local tem-se, em 1980, cerca de 1,0 emprego no terciário, enquanto, que na média estadual, este valor é de 1,3. Para os 4 ramos selecionados, o mesmo número é de 0,85 no

**Tabela 1: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - PEA DO SETOR TERCIÁRIO POR RAMO DE ATIVIDADE (1970 - 1980).**

Ramo e sub-ramo de atividade	Anos	1970 (Pessoas em geral)	1980 (Pessoas de 10 anos ou mais)	Taxa de Crescimento %
<b>* Comércio de Mercadorias</b>		3.808	11.065	11,3
Comércio de Artigos Pessoais		2.794	8.412	11,7
Comércio de Veículos, Acessórios, Máquinas, Combustíveis e Lubrificantes		578	1.914	12,7
Comércio Ambulante		407	584	3,7
Comércio de Matérias Primas e Atividades Auxiliares		29	155	18,2
<b>* Prestação de Serviços</b>		6.998	16.079	8,7
Serviços de Hotelaria e Alojamento		157	547	13,3
Serviços de Higiene Pessoal e Alimentação		1.102	2.741	9,5
Serviços de Confecção e Conservação de Vestuários		705	1.176	5,2
Serviços de Recuperação e Conservação de Aparelhos e Veículos		598	1.404	8,9
Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios		46	825	33,5
Serviços Técnicos e Profissionais		324	1.443	16,1
Emprego Doméstico Remunerado		3.919	6.914	5,8
Outros Serviços Pessoais		147	1.029	21,5
<b>* Transportes e Comunicações</b>		1.485	4.297	14,1
Transportes Urbanos e Rodoviários		1.145	3.424	11,6
Outros Serviços de Transportes		230	172	-2,9
Comunicações		110	701	20,3
<b>* Atividades Sociais</b>		2.960	7.660	10,0
Serviços de Esporte, Cultura, Diversão, Rádio e T.V.		230	383	5,2
Serviços Comunitários e Assistenciais		86	596	21,4
Serviços de Saúde Pública e Previdência		191	924	17,1
Serviços de Saúde Particular		846	1.947	8,7
Ensino Público		1.237	2.497	7,3
Ensino Particular		370	1.313	13,5
<b>* Administração Pública</b>		4.072	7.379	6,1
Administração Pública		1.116	5.833	18,0
Segurança Pública e Defesa Nacional		2.956	1.546 *	-6,3
<b>* Outras Atividades</b>		2.122	4.776	8,5
Serviços de Crédito e Capitalização		192	1.980	26,3
Administração e Comércio de Imóveis		383	866	8,5
Outros		1.583	1.930	2,0
<b>Total Setor Terciário</b>		21.445	51.256	9,1
<b>TOTAL PEA</b>		47.530	109.265	

**Nota:** \* Este valor não representa especificamente uma queda em relação ao período anterior, certamente mudaram os critérios para a tabulação estatística das pessoas ocupadas no sub-ramo de Segurança Pública e Defesa Nacional de São José dos Campos.

**Fonte:** Instituto de Economia/Unicamp - Tabulações Especiais - Censo Demográfico (1970 - 1980).

município, enquanto que para o Estado, a relação atinge o valor de 0,99.

Estes indicadores são importantes porque apontam também para uma tendência interna de crescimento mais acentuada do emprego urbano no terciário que na atividade do secundário. Sem dúvida que a consolidação de um setor secundário moderno, diversificado e com uma tecnologia avançada decorrente, em parte, da associação com a pesquisa local, traz consigo uma diferenciação interna de cargos e funções próprias de grandes empresas. Isto reforça a constituição de uma estrutura social complexa, com peso elevado das classes médias que reclamam cada vez mais o desenvolvimento do comércio e de serviços locais. Além disso, os serviços tendem a ser impulsionados pelo setor secundário para dar apoio à produção, sendo uma consequência da própria complexidade, principalmente, da estrutura da indústria de transformação e do conjunto de características próprias de um centro regional.

Assim, criam-se condições para um crescimento mais acentuado do emprego em vários sub-ramos do setor terciário, fenômeno que intensifica as circunstâncias presentes na década de 1970, como atesta, aliás, a evolução recente do município. Novamente, a Tabela 1 mostra claramente o crescimento dos sub-ramos de serviços comunitários e assistenciais, e os de saúde pública e previdência, além daqueles sub-ramos decorrentes do crescimento da classe média local durante a década de 70, como os sub-ramos do comércio em geral, o sub-ramo de hotelaria e alojamento, o de manutenção e conservação de edifícios, o de saúde particular e o próprio emprego doméstico remunerado, sendo que este último tem uma

taxa de crescimento bastante alta para uma cidade do interior paulista.

Em função da importância da renda sobre o desenvolvimento do terciário, é interessante observar as rendas médias do município, respectivamente às demais cidades do Estado. Assim, as informações disponíveis para o ano de 1980, acerca dos rendimentos médios dos cidadãos das principais cidades paulistas, indicam que a renda média da PEA masculina de São José dos Campos (4,5 salários mínimos - SM) é inferior, apenas - em ordem decrescente - às de Santos (o maior índice, com 5,9 SM), São Caetano, São Bernardo do Campo, Capital, Santo André e Campinas, e igual à renda média de Araçatuba; no entanto, a renda média da PEA feminina local (2,1 SM) perde só em ordem decrescente - para às da Capital (o maior índice, com 2,8 SM), São Caetano, Campinas e São Bernardo do Campo, e iguala-se às rendas médias de Piracicaba, Araraquara e Bauru. O mesmo fenômeno se repete, aliás, quando se analisa a participação do segmento de acima de 10 salários mínimos na renda das pessoas; aqui, São José dos Campos (7,7% de participação) só fica abaixo - em ordem decrescente - de Santos (o maior índice com 11,3% de participação), São Bernardo do Campo, São Caetano, Capital e Campinas. A participação percentual das pessoas por rendimento (salário mínimo - SM), de um total de 126.054 pessoas, tinha, em 1980, a seguinte distribuição no município: de 0 a 1 salário mínimo (SM), 20,1% das pessoas correspondia a esta faixa; de 1 a 3 SM, 43,6%; de 3 a 5 SM, 17,4%; de 5 a 10 SM, 11,2%; e acima de 10 SM, 7,7% das pessoas se enquadrava nesta faixa salarial. No mesmo período, a renda familiar de São José dos Campos tinha a seguinte distribuição dentro do total de famílias existen-

tes: de 0 a 2 SM, 16,21% das famílias (10.813 famílias); e acima de 5 SM, 46,02% (30.697 famílias). Aqui, o município fica na décima posição dentro do Estado, abaixo de São Caetano (o maior índice, com 64,5%), Santos, São Bernardo do Campo, Santo André, Capital, Campinas, Jundiaí, Americana e Piracicaba, respectivamente em ordem decrescente.

Sem dúvida, o comércio teve um bom desempenho de 1970 a 1980; nesse período, o número de estabelecimentos passou de 1.020 estabelecimentos comerciais para 1.492, e o número de pessoas ocupadas no comércio saltou de 3.243 pessoas a 8.776<sup>(60)</sup>. Assim pode-se observar que houve um aumento no tamanho médio dos estabelecimentos comerciais, refletindo uma tendência geral do Estado, como mostra o quadro abaixo.

	<u>1970</u>	<u>1980</u>
Nº de estabelecimentos comerciais	1.020	1.492
pessoal ocupado	3.243	8.776
<u>Nº pessoas ocupadas</u>	3,2	5,9
estabelecimento		

Esses estabelecimentos maiores significam em um maior número de assalariados - como se observa no crescimento do número de pessoas ocupadas por estabelecimento no período; isto é reforçado pelo desempenho dos outros sub-ramos do terciário, onde se observa que o que menos cresce é o comércio ambulante.

Em São José dos Campos se fazem presentes diversas lojas de departamento que têm uma atuação nacional. Ao lado de 3 Shopping Centers, de pequeno e médio portes, foi inaugurado, em

1987, um quarto Shopping Center, com 54 mil m<sup>2</sup> de construção (50 mil m<sup>2</sup> de área externa) e 250 estabelecimentos, voltado para um comércio de dimensão regional, tendo em vista a sua localização às margens da Via Dutra, e criando novos empregos para 2.500 pessoas. São 234 estabelecimentos de porte pequeno, como: lojas, restaurantes, lanchonetes, boutiques, magazines, cinemas, etc.. Sem dúvida, o impacto e a perplexidade causados na população e nos meios empresariais do município e da região foram significativos (61).

Estes novos estabelecimentos do setor terciário vieram somar-se, às 23 agências bancárias, aos 39 restaurantes, aos 20 hotéis, e a algumas redes de supermercados (como por ex., "Jumbo Eletro" e "Pão de Açúcar", ambos do mesmo grupo empresarial) existentes em 1986. No mesmo período observa-se a existência de um estabelecimento de comércio atacadista de médio porte, o "Paiol", (62) do grupo empresarial holandês "MAKRO", existente também em Sorocaba, Bauru e São José do Rio Preto.

Finalmente, continuando com o relativo dinamismo observado neste setor - o qual foi responsável, em 1980, pela criação de 49,5% dos novos empregos urbanos - anuncia-se a construção, em breve, de uma unidade da cadeia "CARREFOUR". É bem provável que os novos censos econômico e demográfico apreendam as transformações ocorridas e as em curso, apontando para um aumento, ainda mais significativo, para as ocupações do setor terciário, ao longo dos anos 80.

## CAPÍTULO IV

#### CAPÍTULO-IV. INDICADORES SOCIAIS

Nas cidades brasileiras, a questão social se refere, basicamente, a uma situação estrutural que mantém um contingente populacional privado, relativa ou absolutamente, do conjunto de bens e serviços necessários para um padrão mínimo de qualidade de vida digna e condizente a determinado momento da história. As condições de vida dos estratos mais carentes da sociedade se agravam com a degradação do meio ambiente que passa, basicamente, pela questão habitacional e de saneamento básico. Sem dúvida, esta seria, também, uma situação de marginalização política do indivíduo, não só pela pobreza, como também pelo cerceamento de seu acesso à justiça e à cultura. Assim, os "direitos do cidadão", garantidos pela Constituição, são um conceito vago e abstrato, limitado, inefectivamente, pela estrutura sócio-econômica.

Poder-se-ia dizer que essa situação estrutural tem dois determinantes: o primeiro é decorrente do processo histórico do desenvolvimento econômico e social do país e que se relaciona à questão da heterogeneidade estrutural que permeia a estrutura produtiva, as relações sociais e políticas da sociedade; e o segundo, relativo aos tempos atuais, é evidenciado a partir da industrialização pesada (a montagem das indústrias de bens de capital, de bens de consumo durável e de bens intermediários básicos), a principal responsável pelo acelerado processo de urbanização brasileira que culminou com o "caos" urbano do fim da década de 60.

Em traços gerais, a herança histórica dessa sociedade

diz respeito a um Estado Conservador, administrativamente mal adaptado aos interesses do desenvolvimento e que pouco fez para melhorar as condições de vida da camada inferior da população e, também, à ausência de uma participação política de vários dos segmentos componentes da sociedade.

A urbanização acelera-se tanto pelo atraso da agropecuária quanto pela sua modernização. A partir dos anos 50, amplia-se o êxodo rural e os fluxos migratórios nacionais rumo a regiões mais dinâmicas como o Estado de São Paulo (só na década de 70, o Estado recebeu um saldo líquido de 3 milhões de novos migrantes), onde as atividades econômicas eram comandadas pela industrialização.

Em que pese o intenso crescimento industrial e o dinamismo dessas economias, as cidades paulistas, como São José dos Campos, assistem à evolução de um quadro social progressivamente crítico, com o aumento progressivo dos fluxos migratórios nacionais em direção ao Estado, especialmente de pessoas pobres. Isto provoca um drástico crescimento das demandas sociais, potencializando, ainda mais, os processos indicadores de favelização, insalubridade, analfabetismo, sub-nutrição, precário serviço de transporte coletivo, explosivo déficit habitacional, etc. Mesmo o esforço permanente de ampliar a oferta de serviços públicos e da infra-estrutura urbana vê-se prejudicado pela intensidade e a forma particular que assume o crescimento das cidades.

Estas exigências são decorrentes não apenas do maior contingente populacional mas, também, de necessidades colocadas por um padrão de vida urbano que se modifica intensamente, com a

emergência de novos hábitos de consumo e de indispensáveis serviços e equipamentos de uso coletivo, por vezes ofertados a custos crescentes e, quase sempre, a cargo do setor público que encontra dificuldades crescentes para seu atendimento, inclusive em função do estrangulamento financeiro em que se vê comprometido.

Vários são os indicadores que podem retratar esta questão. Para São José dos Campos se escolheu, neste capítulo, quatro aspectos das demandas sociais: saúde, saneamento, habitação e transporte, por serem estes os que mais sentiram os efeitos das transformações processadas no seu espaço urbano.

## 1. Saúde

As condições de saúde em São José dos Campos foram analisadas com base em dois aspectos: a. o exame dos indicadores de saúde, tais como: a mortalidade geral, a mortalidade infantil e as causas de óbitos infantis. b. a disponibilidade de serviços hospitalares, tais como: leitos hospitalares gerais, leitos hospitalares especializados, centros de saúde e prontos-socorros.

### a. Indicadores de saúde:

O coeficiente de mortalidade geral é indicador da intensidade com que se verificam os óbitos numa dada população. A Tabela 1 mostra que no município os coeficientes decresceram - embora sejam números relativamente altos quando comparados aos de outros municípios da região - no período de 1963 a 1984. Sem dúvida, a tendência geral é de uma queda acentuada da mortalidade.

TABELA 1: São José dos Campos - Coeficiente de Mortalidade Geral (Proporção entre o nº de óbitos da população em geral e um total de um mil habitantes).

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970*	1971	1972	1973	1980*	1984**
12,95	10,54	10,07	9,88	9,20	9,46	9,48	9,30	9,11	8,02	8,59	6,52	5,67

FONTE: DEESP - Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

\* FIBGE - Censos Demográficos(1970-1980).

\*\* FSEADE - Perfil Municipal.

Obs: Até 1969 os dados são apresentados por ocorrência, a partir de 1970 são apresentados por residência.

---

O coeficiente de mortalidade infantil constitui-se num dos melhores indicadores do nível da saúde de uma população porque é sumamente sensível às condições sócio-econômicas desfavoráveis, às carências nas condições sanitárias e à falta de recursos assistenciais. A Tabela 2 mostra que em 1963 a mortalidade infantil em São José dos Campos era muito alta, já que atingia mais de 100 óbitos por 1.000 nascidos vivos <sup>(63)</sup>; de 1964 a 1973 a mortalidade infantil variava entre 50 e 70 óbitos/1.000 nascidos vivos, sendo classificada como alta. Comparativamente, em 1970, o coeficiente de mortalidade infantil do Estado de São Paulo era de 84,34 óbitos/1.000 nascidos vivos. A partir de 1980 até 1984, a mortalidade infantil foi classificada como relativamente baixa visto que era inferior a 50 óbitos/1.000 nascidos vivos, atingindo-se o melhor índice em 1983 com 23,07 óbitos por 1.000 nascidos vivos. Comparativamente, em 1980, o coeficiente do Estado foi de 51,21 óbitos/1.000 nascidos vivos e, em 1984, o coeficiente foi de 44,99. A modo de ilustração podem-se citar as doenças que, na década de 70, mais causaram a morte de menores de um ano: doenças infecciosas e parasitárias, as perinatais, as do aparelho respiratório e os acidentes mal definidos. Observa-se, claramente, nessa época, a presença de doenças relacionadas à precária infra-estrutura urbana da rede de água e esgoto, e à deterioração das condições do ar, em razão da progressiva poluição industrial; além disso, chama a atenção a presença dos acidentes mal definidos que seriam decorrentes de deficiências na assistência médica e nos serviços hospitalares mal aparelhados ou insuficientes.

TABELA 2: São José dos Campos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (Proporção entre o nº de óbitos de crianças menores de um ano e um mil crianças nascidas vivas).

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970*	1972	1973	1977**	1980*	1981**	1982**	1983**	1984**
111,87	97,32	93,05	99,72	89,28	86,99	96,26	83,92	90,74	72,92	50,91	45,73	25,41	25,57	23,07	30,14

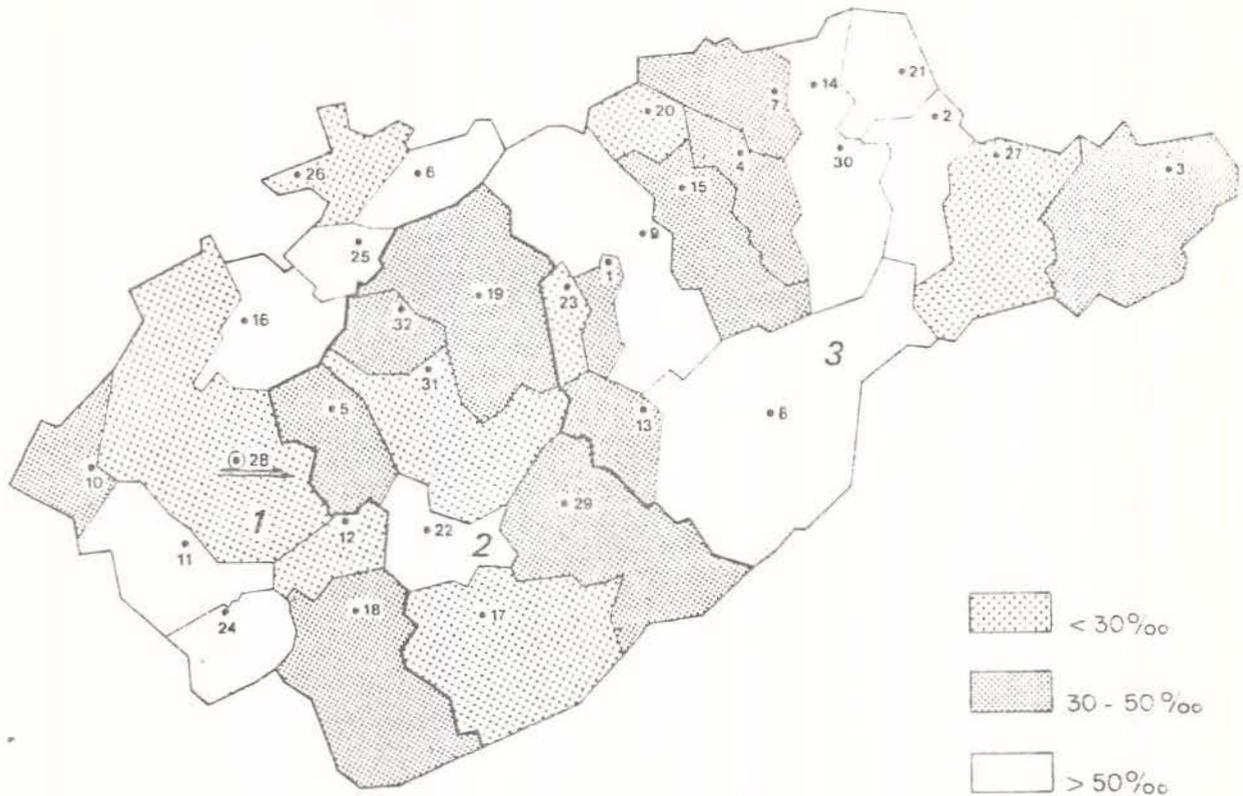
FONTE: DEESP.

\*FIBGE - Censos Demográficos (1970 - 1980).

\*\*FSEADE - Perfil Municipal.

Obs: Até 1969 os dados são apresentados por ocorrência, a partir de 1970 são apresentados por residência. (ver também o mapa a seguir).

## Região do Vale do Paraíba

Taxas de mortalidade infantil por município (%)  
1981-1982

## 1. Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratê
- 11. Jacareí
- 12. Jambuí
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraibuna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

## 2. Sub-região de Taubaté

- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

## 3. Sub-região de Guaratinguetá

- 1. Aparecida
- 2. Areias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

FONTE: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Movimento do registro civil. 1981-1982.

TABELA 3: São José dos Campos - Taxa de Mortalidade Infantil Pro-  
porcional (Proporção de óbitos de crianças menores de 1  
ano e o total de óbitos da população em geral).

---

1960	1963	1970	1980
34,15	35,19	32,98	19,20

---

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos (1960 - 1980),

Considerando as taxas de mortalidade infantil proporcional no período de 1960 a 1984 (em 1960 o coeficiente era bastante acentuado, superior a um terço do total de óbitos gerais, e São José dos Campos estava entre os municípios paulistas de maior índice), elas mostram expressiva diminuição atingindo, em 1980, quase a metade das registradas em 1960 e 1963, como mostra a Tabela 3. As obras de saneamento e o aumento da rede hospitalar, especialmente no período 70 - 80, sem dúvida contribuíram para esta melhoria.

b. Disponibilidade de serviços hospitalares:

A proporção de leitos hospitalares é um dado indicativo da capacidade hospitalar que não expressa a qualidade dos serviços prestados. No entanto, usualmente, o padrão mínimo adotado é de 5 leitos por 1.000 habitantes para os leitos gerais e de 3 leitos por 1.000 habitantes para os leitos especializados, totalizando-se, assim, um padrão mínimo geral de 8 leitos para cada 1.000 habitantes.

Deve-se admitir que existe maior mortalidade nas classes econômicas mais carentes, mas uma análise dentro desse contexto torna-se restrita no momento em que os dados referentes à proporção de leitos pagos e gratuitos, de que dispõem as unidades hospitalares, são insuficientes.

A Tabela 4 mostra em São José dos Campos a situação crítica de leitos gerais por mil habitantes que foi se agravando ao longo do tempo, observando-se, em 1974, o melhor índice que se

reduziu a praticamente menos da metade em 1985. (64)

TABELA 4: São José dos Campos - Coeficiente de Leitos Hospitalares Gerais (nº de leitos hospitalares gerais para cada mil habitantes).

1970*	1974**	1978	1980*	1981	1982	1983	1984	1985
3,30	4,90	3,30	2,50	2,80	2,80	2,50	2,40	2,30

FONTE: FSEADE - Perfil Municipal.

\* FIBGE - Censos Demográficos (1970 - 1980).

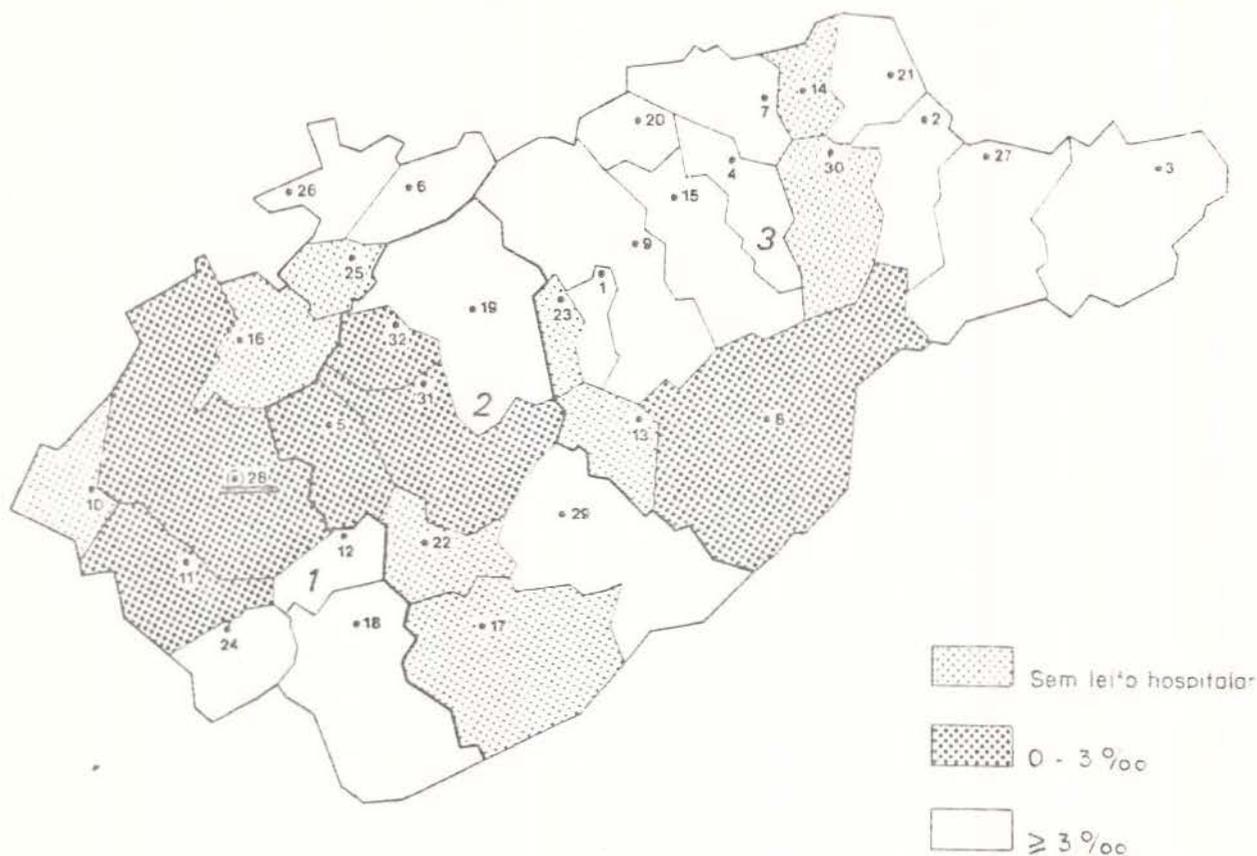
\*\* DEESP.

Obs: Ver também o mapa a seguir.

Para os leitos especializados, a Tabela 5 mostra a mesma situação anterior, se bem que, talvez, mais preocupante, já que de 1980, onde o percentual era maior que o de leitos gerais, o mesmo reduziu-se a menos da metade em 1985.

Considerando-se o número de Centros de Saúde e de Pronto-Socorros, a Tabela 6 mostra que houve pequenas variações no período de 1980 - 85 o que denota um ritmo de crescimento lento - especialmente nos 3 últimos anos desse período - de novos investimentos dirigidos ao aumento destas unidades básicas de saúde. Deve-se ressaltar que o ideal, em termos das condições de atendimento, é que qualquer cidadão, quando acometido por algum mal ou sintoma, seja medicado próximo ao seu lugar de residência.

## Região do Vale do Paraíba

Leitos hospitalares gerais (por 1.000 habitantes)  
1982

## 1. Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratá
- 11. Jacareí
- 12. Jambéiro
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraíbauna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

## 2. Sub-região de Taubaté

- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

## 3. Sub-região de Guaratinguetá

- 1. Aparecida
- 2. Areias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

TABELA 5: São José dos Campos - Coeficiente de Leitos Hospitalares Especializados (nº de leitos hospitalares especializados para cada um mil habitantes),

1980	1981	1982	1983	1984	1985
2,6	2,5	2,0	1,9	1,9	1,0

FONTE: FSEADE - Perfil Municipal.

TABELA 6: São José dos Campos - Nº de Centros de Saúde e de Prontos-Socorros  
por tipo.

Anos		1980	1981	1982	1983	1984	1985
<b>Centros de Saúde e</b>							
<b>Prontos-Socorros</b>							
Centros de Saúde por tipo	CSI/CSII/CSIII	-/-/-	1/-/1	1/-/1	1/-/1	1/-/1	1/-/1
	CSE/PAS/TOTAL	-/-/-	-/-/2	-/-/2	-/-/2	-/-/2	-/-/2
Prontos-Socorros	Públicos	-	-	3	3	3	3
	Privados	4	4	3	4	3	3

FONTE: FSEADE - Perfil Municipal.

A modo de ilustração se tem que, em 1985, o total de leitos chegava a 1.266, 847 leitos gerais e 419 leitos especializados. No mesmo ano, contava-se com 6 Hospitais Gerais e 5 Hospitais Especializados, entre estes, um Psiquiátrico. (65)

Em grandes traços, a situação da saúde, em 1987, indicava que mesmo tendo São José dos Campos 3 postos de saúde, a carência do atendimento médico/assistencial fica evidente pelas filas do INAMPS que continuavam extensas. Esta situação, deve-se, em parte, a que São José dos Campos é um pólo regional de saúde para as regiões do Litoral Paulista e do Sul de Minas Gerais, o que acaba agravando o gerenciamento do serviço de saúde pública feito, atualmente, pelo poder público municipal. (66)

As atribuições, de toda Prefeitura que gerencia seu sistema de saúde, devem referir-se: (67)

a. às atividades de prescrição referentes ao controle e vigilância do meio ambiente e do ambiente de trabalho, incluindo inspeção a fábricas, projetos agro-industriais, ou seja, a locais de trabalho em geral; b. às atividades de saúde pública vinculadas à higiene dos alimentos, uso de substâncias tóxicas e todos elementos químicos, físicos e biológicos capazes de gerar dano à saúde; c. às atividades de prevenção ligada aos indivíduos e grupos de indivíduos incluindo a educação em saúde, planejamento familiar, imunizações, ações para controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e mentais; d. às ações de cuidado médico-ambulatorial, hospitalar e odontológico, de nível básico, pelo menos; e. à vigilância e combate a endemias e epidemias; f. à vigilância e controle do uso de medicamentos e de outras subs-

tâncias e materiais de consumo médico - sanitário; g. à dispensação de medicamentos ; assistência farmacéutica. Em síntese, essas atribuições devem colocar-se ativamente dentro do espaço urbano e não como simples integrantes de uma política de saúde municipal - associando-se com uma distribuição de renda mais justa.

Finalizando, poder-se-ia dizer que o acelerado crescimento econômico e urbano não trouxe grandes benefícios para a área da saúde como um todo; no entanto, houve avanços na diminuição da mortalidade infantil, em parte, graças ao controle de doenças endêmicas, às medidas sanitárias, à ampliação dos conhecimentos sobre medicina preventiva e aos avanços tecnológicos nas áreas de farmacologia e quimioterapia, nas últimas décadas; e, nos últimos anos, graças aos programas de saúde pública, à vigilância e epidemiológicas das doenças imunoprevisíveis (sarampo, pólio, etc), à disseminação dos serviços de saúde e ao saneamento básico. Efetivamente, a diminuição da mortalidade infantil não está associada a uma suposta "melhoria" na situação sócio-econômica das populações, especialmente daquelas de baixa renda, pelo contrário, devem-se criar e consolidar programas que visem à melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais das populações mais carentes para que estas tenham um acesso maior ao que se refere ao melhor atendimento médico. São três os fatores primordiais que devem começar a ser mais considerados na área de saúde: as campanhas educativas sobre nutrição, o nível de instrução escolar básico e o nível de renda das famílias.

## 2. Saneamento.

A principal questão a ser discutida nesta seção é se o crescimento urbano acelerado e ininterrupto observado em São José dos Campos a partir dos anos 60 - tornando-se desordenado e caótico no final da década - foi acompanhado de sistemas de abastecimento de água e de condições sanitárias adequadas.

Um fato constatado é que em outros centros urbanos - com peculiaridades similares às de São José dos Campos - os sistemas de água e esgoto são insuficientes no momento em que o crescimento urbano se processa de forma desordenada, agravando, assim, a problemática do saneamento. Esse crescimento urbano diz respeito, basicamente, ao progressivo aumento da população urbana que dá uma idéia da magnitude das atuais e futuras necessidades referentes ao saneamento básico.

Se, de um lado, a água é um dos recursos principais para a atividade industrial, sendo, portanto, de grande importância em termos econômicos; por outro, analisando-se a mesma questão do ponto de vista social, conclui-se que deficiências de abastecimento significam o comprometimento da saúde dos segmentos integrantes da sociedade.

A evolução da qualidade de vida em São José dos Campos, sobretudo a partir dos anos 60, reflete a dificuldade crescente do setor público em ampliar a oferta de serviços ao ritmo em que cresce a população local. O crescimento das periferias e o aumento re-

lativo dos custos adicionais da nova infra-estrutura problematizam, assim, a extensão dos serviços. Como se verá, em que pese a cobertura crescente dos serviços, o número absoluto de não atendidos permanece praticamente constante nos últimos anos.

Os estratos mais pobres da população brasileira vivem, principalmente, nas periferias, nos extremos das cidades onde, em parte, o consumo de água, teoricamente, seria menor, dadas as necessidades mais modestas e os costumes mais simples que caracterizam esses estratos. Estender a rede de água e esgoto até esses locais torna-se oneroso, do ponto de vista econômico, já que aqui o consumo realmente tende a ser menor quando não existem indústrias próximas incorporadas à rede.

A falta de uma rede de saneamento básico adequada é, em muitas aglomerações urbanas, a causa principal da propagação de doenças transmissíveis como cólera, febre tifóide, disenteria, hepatites infecciosas, etc. Se examinada a incidência destas doenças segundo as faixas de renda, muito provavelmente esta seria maior nas faixas de população com renda mais reduzida.

A relação existente entre a mortalidade infantil e a falta de água tratada é, também, uma realidade em muitas cidades, assim como a relação entre as grandes epidemias ou endemias e a contaminação dos sistemas de água.

Portanto, o saneamento, dentro de uma perspectiva social, é um problema de saúde pública que, com o "inchaço" urbano das cidades e a problemática decorrente deste, merece, cada vez

mais, a atenção das diferentes esferas públicas engajadas no planejamento urbano.

a. São José dos Campos e o saneamento a nível estadual e regional:

Em 1960 a Região do Vale do Paraíba tinha 41,75% dos seus domicílios ligados à rede de água, proporção que aumentou para 56,99%, em 1970, e para 75,93%, em 1980; enquanto que a rede de esgoto, embora também apresente um aumento na proporção de domicílios com esse tipo de serviço, atingiu valores menores, 32,24%, em 1960, 36,55%, em 1970, e 64,12%, em 1980.

Com relação ao Estado de São Paulo, pode-se afirmar que, em 1960, 41,38% dos seus domicílios estavam ligados à rede de água, proporção que aumentou para 58,56%, em 1970, (68) e para 82,36%, em 1980. Observa-se aqui que o Vale do Paraíba, a partir de 1970, começou a ter índices de atendimento abaixo das médias estaduais, chegando a registrar o mais baixo índice de atendimento estadual. Quanto à rede de esgoto região ficou acima das médias estaduais registradas em 1960 (28,12%), em 1970 (22,96%) e em 1980 (55,49%).

No início dos anos 70, a totalidade dos equipamentos de água e esgoto, existentes no Vale do Paraíba, estruturavam-se, fundamentalmente, nas áreas urbanas centrais, não atingindo sequer as periferias.

Por outro lado, a análise dos dados da região, nas dé-

cadascas de 60, 70 e 80, mostra uma relação significativa entre a queda dos índices de mortalidade infantil e o aumento do número de domicílios ligados às redes de água e esgoto. Nos anos 80, no entanto, a existência de índices de mortalidade infantil estaria associada a outros fatores que sobre ela incidiriam com maior peso, como o nível médio da renda familiar.

Durante a década de 70, até 1980, os dados revelam o grande esforço, a nível estadual, para melhorar a cobertura do serviço de água. (69) Se esta melhora está, basicamente, concentrada na Capital e nos demais municípios da Grande São Paulo (como mostra a Tabela 1), no interior estes avanços também são importantes. Em particular, em São José dos Campos, dado o ritmo de crescimento populacional.

Voltando ao ano de 1970, a média de domicílios urbanos do Estado de São Paulo atendidos pela rede de esgotos foi, aproximadamente, de 28%, considerando-se uma taxa de urbanização estadual, nesse mesmo ano, de 80%. Assim, foram cinco - entre estes São José dos Campos - os municípios de porte significativo que, no mesmo período, ficaram abaixo da média estadual nesse atendimento, no entanto, as carências mais agudas, nesse serviço, concentravam-se nos municípios de menor porte populacional e urbano, assim como de incipiente dinâmica econômica.

Não constitui uma surpresa o fato de que, em 1970, São José dos Campos tenha ficado abaixo da média estadual de domicílios urbanos atendidos pela rede de esgotos já que, no interior, o Vale do Paraíba registrava, novamente, os mais baixos índices de

TABELA 1: Diferenças entre a Taxa de Urbanização e a Porcentagem de Domicílios cobertos pela Rede de Água.

Municípios	1970 (%)	1980 (%)
São Paulo - Capital	34,8	9,7
Guarulhos	65,2	16,7
Osasco	74,5	16,7
Santo André	26,8	8,4
São Bernardo do Campo	16,1	10,3
São José dos Campos	16,5	12,9
Jundiaí	22,2	7,9
Limeira	11,8	9,6
Barretos	14,3	12,4
Ribeirão Preto	6,4	5,3
São Carlos	8,2	6,4
Araçatuba	16,6	13,1

FONTE: Instituto de Economia - UNICAMP, (1987).

atendimento.

Durante a década de 70, os índices de cobertura da rede de esgotos melhoraram, em termos absolutos, para vários municípios - entre eles São José dos Campos. O avanço no atendimento foi maior no Oeste do Estado e no Vale do Paraíba, entre outras regiões.

Também neste aspecto-novamente levando-se em consideração o intenso crescimento populacional e urbano no período - pode-se afirmar que foi significativa a melhoria em termos quantitativos, no entanto, a carência desse serviço continua bastante aguda. (ver o mapa a seguir)

b. A problemática do saneamento em São José dos Campos:

A problemática do saneamento, no município, deve ser equacionada a partir da identificação de sua capacidade para atender a área, das necessidades de saneamento e da rede existente. Através deste balanço, concluir-se-á sobre o déficit de atendimento, caso exista, e sobre as possibilidades de atenuá-lo.

Concebendo-se o saneamento dentro de uma perspectiva social, surge, de início, um indicador fundamental para sua análise - a população total e urbana: a necessidade de saneamento, a população a ser servida, a passível de ser atendida de acordo com a capacidade física e financeira da área, etc.

A posição dos indivíduos e grupos na estrutura social



- ESGOTO SEM TRATAMENTO
- ▲ SISTEMA DE CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA
- DIVISA ESTADUAL
- DIVISA MUNICIPAL
- SEDE DE MUNICÍPIO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

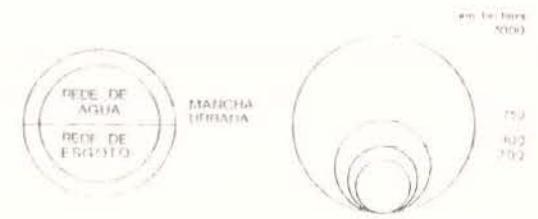
Secretaria de Economia e Planejamento

SEP/CAR

# PLANOS REGIONAIS

PLANO REGIONAL DO MACRO-EIXO

## CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NA MANCHA URBANA



FONTE: MANCHA URBANA - TERRAFOTO - 1971  
 REDE DE SANEAMENTO - SARESP E SAAP - 1978



ESCALA  
 DATA  
 1978

é, também, um aspecto importante do problema já que mostra necessidade e capacidade diferenciadas de apropriação do serviço de saneamento. Existem, também, necessidade e consumo diferenciados de água e esgoto quando se considera não só a apropriação domiciliar como, também, as apropriações industrial, comercial, etc.

A SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, sociedade anônima mista de capital aberto, é a empresa de saneamento que coordena o atendimento de água e esgoto em São José dos Campos, atuando, também, a nível regional. (70)

Observando a Tabela 2, sobre a evolução do número de ligações de água e esgoto, nota-se claramente o aumento em valores absolutos, das ligações de água encanada e da rede de esgoto. No entanto, percebe-se a defasagem histórica do número de ligações da rede de esgoto em relação ao número de ligações de água encanada que é, em parte, decorrente da crescente especulação imobiliária com as terras urbanas nas últimas décadas, a qual processou o intenso crescimento físico da cidade (aumentam os vazios urbanos e as distâncias das periferias em relação à infra-estrutura da rede de saneamento básico) que recria, assim, faixas da população não atendidas. Esse crescimento físico da cidade, traduzido em custos crescentes, torna problemático o investimento na ampliação da infra-estrutura da rede de saneamento básico. (71)

Mesmo não se tendo dados quanto à intensidade de utilização da água por tipo de apropriação, em centros urbano-industriais, como São José dos Campos, faz-se necessária, por não dizer obrigatória, a medição do consumo industrial de água que, teoricamente, sabe-se significativo e crescente em ritmo acelerado, mes-

TABELA 2: São José dos Campos - Evolução do nº de Ligações de Água e Esgoto (1977 - 1987).

Nº DE LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO		
ANOS	ÁGUA ENCANADA	REDE DE ESGOTO
1977 (1)	29.536	14.541
1978 (2)	33.136	19.875
1980 (2)	42.621	24.865
1981 (2)	48.931	33.738
1982 (2)	52.686	37.943
1983 (2)	56.204	40.401
1984 (2)	59.498	43.372
1985 (2)	63.192	47.410
1986 (3)	68.542	-
1987 (1)	70.584	51.865

FONTE: (1) SABESP; março, 1987, setembro 1987.

(2) FSEADE; vários anos.

(3) Prefeitura Municipal de São José dos Campos - PMSJC, 1986.

mo considerando que algumas indústrias do município possuem seu própria sistema de abastecimento. Quanto maior for o número de indústrias servidas pela rede pública maior será o consumo "per capita" da cidade. Em muitos casos, o consumo industrial de água ultrapassa amplamente o consumo domiciliar e é ele, muitas vezes, o que determina a dimensão das instalações de abastecimento. (72)

A análise da relação entre os domicílios atendidos e o total de domicílios permanentes, conforme tipo de abastecimento de água e de escoamento de águas servidas, apresenta um panorama mais amplo considerando-se, também, uma série temporal mais significativa. A Tabela 3 mostra: o aumento no número de domicílios ligados à rede de água com a conseqüente redução no número de domicílios com poços ou nascentes e, também, a evolução positiva de domicílios ligados à rede de esgoto - diminuindo a defasagem existente entre o atendimento da rede de água e o da rede de esgoto - e a queda significativa no número de domicílios com fossas sépticas de 1970 a 1980.

TABELA 3: São José dos Campos - Domicílios Permanentes Atendidos Conforme Tipo de Abastecimento de Água e Tipo de Escoamento das Águas Servidas (1970 - 1983).

Anos	Total de Domicílios Permanentes (em Nº absolutos).	Domicílios ligados à rede de água (canalização interna e externa). %	Domicílios com poços ou nascentes. %	Domicílios sem nenhum desses tipos de abastecimento de água. (nº absolutos)	Domicílios ligados à rede de esgoto. %	Domicílios com fossas sépticas. %	Domicílios sem nenhum desses tipos de escoamento de águas servidas. (nº absolutos)
1970 <sup>(1)</sup>	27.828	72,8	19,7	2.080	26,1	23,1	14.144
1972 <sup>(2)</sup>	31.000	*	5,5	*	34,9	19,7	14.050
1974 <sup>(2)</sup>	37.890	*	8,6	*	38,9	37,0	9.140
1976 <sup>(2)</sup>	41.340	85,8	6,1	3.360	49,3	28,9	9.030
1977 <sup>(2)</sup>	44.940	81,5	6,9	5.210	51,2	24,6	10.850
1979 <sup>(2)</sup>	52.300	83,2	6,3	5.460	65,5	15,8	9.790
1980 <sup>(1)</sup>	63.003	83,4	2,7	8.757	72,7	11,0	10.270
1983 <sup>(2)</sup>	74.330	90,4	2,0	5.660	75,1	12,3	9.370

FONTE: (1) FIBGE, Censos Demográficos (70 - 80).

(2) Prefeitura Municipal de São José dos Campos, PMSJC.

Obs.: A taxa de crescimento dos domicílios permanentes entre 70 e 80 foi de 8,5%.

\* Nesses anos a Prefeitura tabulava, juntamente, os domicílios com canalização externa e os domicílios com canalização interna e externa, não se podendo fazer uma apreciação estatística coerente.

Mesmo considerando-se que alguns desses indicadores encontram-se abaixo dos valores alcançados, em 1980, para municípios de porte similar a São José dos Campos, a extensão desses serviços de saneamento básico representa um investimento significativo em infra-estrutura urbana. É evidente que as condições de saneamento melhoraram com a abrupta ampliação da rede de água e esgoto desde 1970, cuja cobertura percentual se deu em ritmo crescente, acentuando-se as melhorias nos anos 80, embora persistam inúmeros problemas.

Efetivamente, os números absolutos de domicílios não atendidos pelas redes de água e esgoto permanecem altos e quase não se reduzem. É na avaliação desses números que o fenômeno da "arrebentação urbana", característico das décadas de 70 e 80, se evidencia; mais ainda se se levar em conta os custos crescentes desses atendimentos.

O número de domicílios não servidos por água encanada passa de 7.562, em 1970, para 10.458, em 1980; as residências não ligadas à rede geral de esgoto, entre 1970 e 1980, passam de 20.572 para 17.200. Pareceria que na década de 70 a prioridade, no que se refere a saneamento básico, foi o atendimento de esgoto.

Com relação à qualidade da água, uma pesquisa da Prefeitura mostra que, em 1979, 8,3% das famílias reclamavam do excesso de cloro, percentual que elevou-se a 14,3% em 1981.

São José dos Campos é uma área de grande dinamismo urbano com a expansão de instalações industriais onde se observa a ne

cessidade de fontes de água cada vez mais abundantes que, geralmente, descobrem-se distantes do próprio núcleo urbano. As dificuldades de abastecimento tornam-se maiores pelo fato das águas superficiais (Rio Paraíba e os ribeirões Sinimbura, Cambuí e Buquira, basicamente o corpo receptor do esgoto do município) estarem sendo contaminadas pelos esgotos residenciais<sup>(73)</sup> e industriais (principalmente pelo esgoto doméstico, o qual é o maior poluidor local da qualidade da água). No que se refere aos esgotos sanitários, como os lançamentos em sua maior parte são feitos "in natura", os recursos hídricos funcionam como diluidores e assimiladores das cargas poluidoras. Em um município industrializado, como São José dos Campos, o problema da poluição dos seus mananciais (o rio Paraíba, o rio Jaguari e as águas subterrâneas aproveitadas através de poços profundos de cerca de 200m.) se agrava no momento em que a cidade serve-se diretamente do Rio Paraíba<sup>(74)</sup> (a captação de água provém deste, fundamentalmente) o qual, atualmente, está com um elevado grau de poluentes devido à falta de tratamento mais efetivo nos esgotos. Este rio, já em anos anteriores, vem sofrendo problemas crônicos de poluição (intensificada com a participação dos efluentes líquidos industriais), e a situação torna-se crítica com a repetição desses mesmos erros no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, torna-se inviável a proteção unilateral da qualidade do manancial senão se inclui o controle das atividades na Bacia do Paraíba como um todo.

Na região do Vale do Paraíba, a qualidade das águas superficiais apresenta trechos críticos, próximos às áreas de intensa urbanização e industrialização, como entre Jacareí e São José dos Campos. Os rios urbanos de São José dos Campos encontram-

-se com baixos níveis de oxigênio dissolvido e sazonalmente anaeróbios, já havendo se processado sensíveis modificações na flora e na fauna originais. (75)

A qualidade das águas subterrâneas do município é, de modo geral, boa (para fins doméstico, industrial e de irrigação), a exceção de alguns aproveitamentos feitos de forma inadequada ou nas proximidades da ocupação urbano-industrial mais intensa. A concentração de sais totais, em especial, é baixa. (76)

Finalmente, é necessária uma legislação mais efetiva para a utilização racional dos recursos hídricos visando, além de ao equilíbrio do meio ambiente, a garantir o abastecimento de água adequado a todas as faixas da comunidade.

### 3 - Habitação.

Antes de introduzir a questão habitacional de São José dos Campos, faz-se necessário colocar um panorama a respeito do que foi a política habitacional brasileira institucionalizada a partir de 64, cujas características não são muito diferentes das atuais, nos anos 80.

A centralização e controle, em mãos da União, dos mecanismos de financiamento (FGTS, cadernetas de poupança e capitais públicos e privados) para o programa habitacional tornou-os inadequados à obtenção da equidade social já que a incidência dos juros e da correção monetária sobre os fundos disponíveis para esse programa impediu o acesso, a estes últimos, das populações de baixa renda, ficando limitado o alcance do programa, mesmo em conjunturas econômicas favoráveis. A inadequação do programa manifestou-se agudamente na recessão do início dos anos 80, quando as altíssimas taxas de inflação e de juros se sobrepuseram à redução do salário real e à diminuição do nível de emprego. Assim, até para as faixas médias da população, a casa própria se converteu em um objetivo inatingível dando uma mostra da séria crise no setor habitacional.

A consequência da centralização do poder de decisão política e do controle sobre os recursos financeiros e órgãos institucionais, na esfera federal, traz, também, a impotência dos municípios para implementar seus próprios programas habitacionais, com isso, o mesmo padrão distorcido das políticas habitacionais federa

is se reproduzem, inclusive, em muitas cidades do interior paulista que contariam com condições econômicas e sociais mais favoráveis.

A saída para este impasse estrutural foi a privatização da política habitacional; um bom exemplo é a COHAB que, apesar de ter sido constituída especialmente por recursos públicos municipais, nos seus órgãos diretivos estão presentes os segmentos do capital imobiliário local que procuram maximizar seus interesses, muitas vezes em detrimento do interesse da comunidade. Com esta medida favoreceu-se a especulação urbana valorizando-se o capital da construção civil e o loteador.

Finalmente, uma característica, comum à área habitacional e aos demais setores envolvidos no processo de urbanização, diz respeito à sua não integração e à ausência de uma política de desenvolvimento urbano destinada, na sua essência, a melhorar a qualidade de vida de todos os segmentos pertencentes à sociedade.

Dadas essas quatro características básicas da política habitacional, a decorrência foi seu reduzido grau de efetividade no período 65 - 84, em particular nos anos 80, com o agravamento da crise econômica e o decorrente quadro recessivo, desembocando num crescente déficit habitacional. A crise habitacional refletiu-se com intensidade nas precárias condições de moradia das populações mais carentes, com as conseqüências biológicas e morais que dela decorrem.

No caso de São José dos Campos, para se chegar a um



déficit habitacional de aproximadamente 30 mil moradias<sup>(77)</sup> no ano de 1987 foram vários os fatores influenciantes tanto físicos como sócio-econômicos, entre eles podem ser citados:

- a. os intensos fluxos migratórios rural-urbano e urbano-urbano, sejam estes locais, intra-regionais ou inter-regionais, que aceleraram o processo de urbanização e o ritmo de crescimento populacional do município;
- b. a concentração de renda em detrimento de uma distribuição de renda mais eqüitativa entre as pessoas;
- c. a indústria da construção civil local, atrasada quando comparada ao moderno parque tecnológico-industrial de vanguarda visto que, em parte, pouco se tem feito de pesquisas na área da construção civil;
- d. a política habitacional pós-1964, centrada na União, totalmente carente de racionalidade e que culminou na crise do sistema financeiro de habitação nos anos 80, afetando a efetiva e real garantia de linhas de crédito para a população de baixa renda;
- e. a influência "problemática" das grandes indústrias que ocupam grandes áreas de terrenos próximos ao centro;
- f. o crescimento dos vazios urbanos (afora os vazios impostos pelas condições naturais, como o "Banhado" - depressão que forma a várzea do Rio Paraíba - ou pela extensão das áreas institucionais - como as ocupadas pelo CTA e pela PETROBRÁS), crescimento esse comandado pelo capital imobiliário especulativo quando da valorização em ritmo crescente e progressivo das áreas centrais.

O rápido crescimento demográfico da cidade aliado ao processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, comandado pela especulação imobiliária, induziu uma horizontalização que

fez surgir bairros de insuficiente infra-estrutura, cada vez mais distantes<sup>(78)</sup>, onde iriam se estabelecer as populações relativamente pobres evidentemente prejudicadas, no que se refere a equipamentos urbanos coletivos, por essa periferização e pela existência de grandes interstícios urbanos representados pelos vazios naturais e institucionais. Ao mesmo tempo, a maior diferenciação social e o crescimento dos segmentos médios e de altas rendas é simultâneo à ampliação da oferta de imóveis de maior valor unitário, com uma vertiginosa verticalização das regiões mais valorizadas e de melhor infra-estrutura.

A qualidade da habitação pode ser indiretamente aferida em função de sua influência na determinação do estado de saúde física e psicológica da população, para assim cumprir-se seu papel de interação sadia entre seus moradores no seio da família e, a partir daqui, emanar-se para toda a sociedade. Para São José dos Campos essa qualidade poderia ser analisada, através dos dados sobre infra-estrutura urbana, na Tabela 1, a qual mostra a evolução da cobertura domiciliar do serviço público nos anos de 1970 e 1980.

**TABELA 1: São José dos Campos - Habitação e Infra-estrutura Urbana.**

Anos	Total de Domicílios Permanentes	Domicílios com rede geral de água		Domicílios com rede de esgoto		Domicílios com iluminação elétrica	
		Nº absolutos	%	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
1970	27.828	20.266	72,8	7.256	26,1	22.355	80,3
1980	63.003	52.545	83,4	45.803	72,7	60.042	95,3

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos (1970 - 1980).

TABELA 2: São José dos Campos - Domicílios com Iluminação Elétrica  
(1970 - 1983).

Anos	Domicílios →	Total de Domicílios Permanentes	Domicílios com Ilu- minação Elétrica	%
1970*		27.828	22.355	80,3
1974		37.890	33.450	88,3
1976		41.340	36.657	88,5
1977		44.940	39.330	87,5
1979		52.300	48.750	93,2
1980*		63.003	60.042	95,3
1983		74.330	70.590	95,0

FONTE: Prefeitura Municipal de São José dos Campos -

Pesquisa de Instrumentação (1972/1983) .

\*FIBGE - Censos Demográficos (1970/1980).

Obs: Ver o mapa da página seguinte.

Percebe-se, claramente, que para todos os serviços públicos houve melhorias de 70 a 80, sendo que o serviço de energia elétrica tem uma melhor cobertura, historicamente crescente como mostra a Tabela 2, comparativamente aos serviços de água e esgoto. Esta seria uma situação de melhoria da qualidade de vida, no que se refere à moradia, da população local na década passada. Mas, deve-se lembrar que, qualitativamente, é em centros urbanos de porte como São José dos Campos que os problemas habitacionais tornam-se graves para as populações de faixas de renda mais baixa (inclusive na Tabela 1 nota-se que são elevados os números absolutos de domicílios não atendidos) já que não se pode esquecer que, nesses, a população rural é menor e a favelização é mais típica.



- GERAÇÃO
- HÍDR. CESP
  - HÍDR. OUTRAS EMPRESAS
  - ▨ TÉRMICA CESP
- TRANSMISSÃO
- ESTAÇÕES
- TERMINAL CESP
  - SUB-ESTAÇÕES
  - ▨ CESP
  - ▩ OUTRAS EMPRESAS
  - DE CONSUMIDOR
- LINHAS/TENSÃO EM KW
- - - - - EM CONSTRUÇÃO
  - 500/460
  - 230/138
  - 88 / 69



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Economia e Planejamento

SEP/CAR

# PLANOS REGIONAIS

PLANO REGIONAL DO MACRO EIXO

ENERGIA ELÉTRICA



DATA  
1978

Contraditoriamente ao que se poderia esperar, é justamente nesses centros urbanos - de maior crescimento econômico, principalmente industrial - que os problemas sociais se tornam mais graves. Na realidade, para se fazer uma análise mais concreta, é necessário que se disponha de mapas da rede de serviços públicos (distribuição de água, esgoto e eletricidade) para distinguir os domicílios providos e os não providos desses serviços dentro das faixas de renda caracterizadas pelos bairros.

A Tabela 3 mostra a condição de ocupação dos domicílios, auxiliando na compreensão do quadro habitacional e nas condições de acesso à moradia. A redução do percentual de casas próprias na década de 70 evidencia a dificuldade das condições de financiamento para sua aquisição, frente ao elevado crescimento populacional da cidade, embora um percentual apresente crescimento para 1983.

**TABELA 3: São José dos Campos - Condição de Ocupação por Tipo de Domicílio (1970 - 1983).**

Anos	Domicílios →	Alucados. %	Próprios. %	Outros. %	Total de Domicílios Permanentes.	
1972	9.230	29,8	20.810	67,1	960 3,1	31.000
1974	10.950	28,9	24.780	65,4	2.160 5,7	37.890
1976	12.090	29,2	26.200	63,4	3.050 7,4	41.340
1977	14.140	31,5	26.410	58,8	4.390 9,7	44.940
1979	17.440	33,3	30.330	58,0	4.530 8,7	52.300
1983	21.640	29,1	47.390	63,8	5.300 7,1	74.330

**FONTE:** Prefeitura Municipal de São José dos Campos - Pesquisa de Instrumentação (1972 - 1983).

**Obs:** A taxa de crescimento de domicílios permanentes entre 1970 e 1980 foi de 8,5%.

Um fato que chama atenção neste quadro habitacional é a evolução da participação do apartamento na natureza da habitação: em 1972, era de 1,9%; em 1977, 5,8%; em 1979, 8,6%; e em 1983, 10,4%; sendo este um indicador da urbanização verticalizada da cidade - no final da última década - já comentada anteriormente e que se processa, especialmente, na área central provocando o congestionamento do espaço e dos equipamentos coletivos.

Outro indicador muito importante, porque mostra o caráter da urbanização e os problemas que ela tem colocado, é o número de moradores por domicílio.

**TABELA 4: São José dos Campos - Número de Moradores por Domicílio (1970 - 1980).**

Anos	Nº de moradores por domicílio	
	Total	Urbano
1970	5,1	4,8
1980	4,5	4,6

**FONTE:** FIBGE - Censos Demográficos (1970 - 1980).

Como se observa na Tabela 4, mesmo que tenha acontecido uma queda, de 1970 a 1980, no número de moradores por total de domicílios e por domicílio urbano, o município apresenta, em 1980, a maior relação moradores por domicílio entre todas as cidades médias do Estado, inclusive considerando-se as cidades de maior porte da Grande São Paulo. O que se agrava ao levar-se em conside

ração, de um lado, o fato da intensa urbanização de São José dos Campos ter reduzido, frente a outros centros regionais do Estado, o tamanho médio familiar, e de outro, que a oferta de moradias esteve concentrada no atendimento dos segmentos médios e altos da população na forma de apartamentos como comentado anteriormente.

Uma avaliação da relação entre o crescimento populacional e o conjunto das residências, excluídos os apartamentos, mostra uma pequena redução, entre 1972 e 1983, mantendo-se números absolutos elevados durante o período. De forma similar, o número médio de pessoas por domicílio, mesmo levando-se em consideração o menor peso das faixas de maior densidade, não apresenta uma redução significativa. É certo, dada a crise generalizada do sistema financeiro de habitação, que esta situação tenha se agravado após 1983.

Mesmo assim, é considerável o acréscimo da oferta de imóveis, nestes anos. Entre 1970 e 1980 o número de domicílios particulares se multiplica por 2,3 e são concluídos doze conjuntos habitacionais: Monte Castelo e Vila Lúcia, que estão mais próximos do centro; Planalto, Tatetuba, Intervale, Integração e Parque das Américas que, juntos, formam um grande conjunto próximo da Via Dutra (frente à Bundy Tubing do Brasil) e relativamente perto do centro; Cidade Vista Verde, que é um grande conjunto perto da Via Dutra (ao lado da PETROBRÁS); Torrão de Ouro, que está bem afastado do centro (perto da área dos fundos do CTA); Jd. Satélite, que se encontra longe do centro (atrás da Alpargetas e quase ao lado do CTA); o Jardim das Flores, que está perto do distrito de Eugênio de Mello; e o Vale dos Pinheiros, que está localizado a noroeste do

centro, não muito próximo

A forma particular da expansão da oferta de imóveis, com a verticalização dos imóveis das faixas de renda mais alta (se bem que os Conjuntos Habitacionais Intervale, Integração e Parque das Américas também são verticalizados) e a horizontalização dos imóveis populares em bairros afastados, acentua ainda mais o problema habitacional, porque a ela está associada outra característica geral das cidades médias paulistas neste período: a ampliação das áreas vazias no meio urbano. Essa última agravada, ainda mais, pelo desempenho especialmente problemático da malha urbana de São José dos Campos.

#### 4 - Transportes.

O sistema de transportes nas cidades brasileiras, relativamente aos padrões internacionais, distingue-se por um lado, pela preponderância do transporte individual e, por outro, pelo maior peso das frotas de ônibus na composição do transporte coletivo. No caso das maiores cidades paulistas, inexistem os modos de grande capacidade (metrô e trens urbanos) e o transporte coletivo baseia-se exclusivamente nas frotas de ônibus.

O transporte individual em São José dos Campos cresceu excepcionalmente, tomando-se em conta o licenciamento de veículos de 1960 a 1985. Em 1960 o número de veículos licenciados era de 1.508; em 1965, 3.365; em 1970, 7.514; em 1975, 23.387; em 1980, 44.886; e em 1985 eram 64.953 os veículos licenciados. <sup>(79)</sup> Observando esse crescimento em relação ao número de veículos por mil habitantes tem-se que, em 1960, eram 19,4 veículos/mil habitantes; em 1970, eram 50,7; em 1980, eram 156,1; e, em 1985, eram 173,4 veículos/mil habitantes. Essa ampliação do uso do transporte individual poderia ter agravado as condições do transporte coletivo, sendo aquele um sintoma do crescimento da participação dos segmentos médios na distribuição de renda do município (a relação nº de habitantes por veículo reduz-se mais de 3 vezes entre 70 e 85, passando de 19,7 para cerca de 5,8).

Sem dúvida que a ampliação desmesurada da população e da área urbana e a existência de vazios urbanos conduziram ao crescente aumento dos custos dos transportes em São José dos Campos,

especialmente daquele efetuado pelas frotas de ônibus. No momento em que as empresas não podiam repassar nem arcar com esses custos crescentes, as deficiências começaram a mostrar-se em toda sua plenitude. Uma pesquisa da Prefeitura Municipal, de 1981, mostra as opiniões das famílias quanto aos motivos de insatisfação, entre outros, com relação ao transporte coletivo: 74,5% das famílias apontaram os poucos horários; 16,9% apontaram o trajeto inadequado; 20,6% apontaram as irregularidades nos horários; 13,1% apontaram os pontos mal localizados; 10,9% apontaram os pontos distantes; e só 6,2% apontaram os veículos em más condições. A modo de ilustração, pode-se dizer que, em 1983, 84,1% das famílias se dirigiam com mais freqüência, utilizando condução individual ou coletiva, à área central da cidade.

A zona urbana de São José dos Campos localiza-se ao sul do município, e estende-se, ao longo da Via Dutra, no sentido sudoeste - nordeste, num total de 24 Km. de rodovia, sendo este o eixo dominante e onde se apresentam graves interferências já que a Via Dutra tem atualmente uma função de via urbana para o município, acarretando difíceis condições de tráfego (40 mil veículos por dia em média passavam, em 87, por esse trecho da Via Dutra) para o transporte coletivo.<sup>(80)</sup> O segundo eixo mais significativo da área urbana é no sentido sul - norte, próximo ao lado sudoeste, com um comprimento total de 21 Km, dos quais 8 Km. estão ao sul da Via Dutra, região que carece em grande extensão de infra-estrutura (as vias não são pavimentadas, e dependem fundamentalmente do transporte coletivo). Na região norte, os bairros na sua maioria não são dotados de pavimentação, apresentam ladeiras íngremes e de difícil circulação para os veículos de transporte coletivo, e seus

habitantes dependem fundamentalmente deste tipo de transporte. Também na região leste, a maioria dos bairros carece de infra-estrutura urbana, as vias não são pavimentadas, existem vários loteamentos ainda não ocupados e a população depende do transporte coletivo para ir ao trabalho, à escola, etc. (81)

Se por um lado o carregamento das linhas de transporte coletivo é função do desenvolvimento urbano dos bairros do entorno das linhas, por outro, pode-se concluir que, a partir de um determinado carregamento, um corredor de circulação das linhas passa a ser indutor de uso do solo. Existe, portanto, uma inter-relação indutor-induzido entre o desenvolvimento urbano e um setor da cidade, e a malha de transporte.

A atual política municipal, no que corresponde ao limite da zona urbana, está formulada no sentido de não permitir sua expansão, definindo a utilização do solo em todo o município e fixando o contorno junto às atuais áreas urbanizadas, evitando, deste modo, o crescimento desordenado, e trazendo como benefício imediato a redução dos investimentos em infra-estrutura urbana, tais como: pavimentação de vias, redes de água, esgoto, luz e, principalmente, transporte coletivo.

Atualmente é de 3 o número de empresas que atuam no serviço público de transporte urbano: Real, Capital do Vale e São Bento, todas pertencentes a um mesmo grupo empresarial. A frota total de ônibus urbanos de São José dos Campos é de 206 unidades para uma população de, aproximadamente, 432.300 habitantes; diariamente, 186.000 pessoas utilizam o transporte coletivo, ou seja, 903

peças por veículo/dia útil. A idade média da frota é de 4,81. A evolução anual do número de passageiros e quilômetros rodados é crescente, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1: São José dos Campos - Evolução Anual do Número de Passageiros e Quilômetros Rodados (1985-1987).

	85	86	87
Passageiros	43.800.000	52.420.000	57.200.000
Km. rodados	1.370.000,00	1.450.000,00	1.580.000,00

FONTE: Prefeitura Municipal de São José dos Campos - PMSJC.

Portanto, considerando essa Tabela 1, a média de passageiros/mês foi: 3.650.000 em 85, 4.368.333 em 86 e 4.766.667 em 87; a média de Km/mês foi: 114.167 em 85, 120.833 em 86 e 131.667 em 87, isto se deve, em parte, à extensão das linhas: a mais extensa (a rural) tem 61,00 Km. de ida e volta e a mais curta (uma das linhas urbanas do centro) tem 6,00 Km. de ida e volta mas com uma frequência de 10 em 10 minutos. A frequência da linha rural é de 4 vezes ao dia.

Atualmente, as empresas operadoras são remuneradas através da própria arrecadação da tarifa estabelecida nas linhas. Mas, uma nova modalidade deverá ser implantada com o novo sistema racionalizado que se trata, basicamente, da remuneração pela quantidade de quilômetros rodados, sendo o montante arrecadado destinado a um

Fundo de Compensação Tarifária, que remunerará as Empresas pelos serviços prestados.

A cidade de São José dos Campos mostra, claramente, uma estruturação urbana centrípeta e como tal, com fortes tendências ao congestionamento na área central, cuja aproximação se faz em condições de crescente concentração de fluxos em escassos espaços de circulação. (82)

O deslocamento das populações periféricas residenciais ao centro se faz com passagem quase que obrigatória pelos centros de bairros, que constituem pontos nodais da rede viária principal.

Há casos de variantes mas, normalmente, essas são utilizadas pelos automóveis, já que o assentamento da rede de ônibus se direciona, naturalmente, aos locais de maior geração de viagens que são aqueles onde se concentram as atividades terciárias. Atualmente, o eixo com maior número de viagens tem a forma de "Y" interligando as Regiões Sul (Jd. Satélite), Norte (Santana) e Leste (Vila Industrial), sendo que a Região Centro é utilizada como passagem para tais interligações.

Devido ao fenômeno da interação do transporte e uso do solo que espontaneamente estrutura a cidade de São José dos Campos é sintomático de que o problema dos transportes coletivos seja recorrente no município. Ao lado da crise desencadeada pela ausência de concorrência entre concessionárias, surgem, ao longo da expansão da malha urbana, problemas técnicos de adequação e melhoria dos transportes, derivados destas descontinuidades acentuadas na densi

dade de ocupação do solo. A avaliação efetuada pela pesquisa de instrumentação municipal indica, neste sentido, uma significativa elevação do tempo de locomoção ao trabalho da população economicamente ativa do município, mesmo restringindo o período da pesquisa aos anos de 1976 a 1981.

## CAPÍTULO V

## CAPÍTULO - V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Brasileiro, após 64, formulou as novas diretrizes nacionais a serem estabelecidas que, basicamente, se referiam à modernização e à descentralização que o país deveria sofrer com a implantação das reformas administrativa, financeira e tributária; com esta última, especificamente, os Estados e Municípios foram profundamente afetados na capacidade de formular e direcionar as suas políticas e finanças públicas, no momento em que a União centralizou para si um maior volume da arrecadação fiscal. Essas diretrizes, no entanto, em pouco ou nada mudaram a estrutura regressiva - ao contrário processaram uma concentração maior - da distribuição de renda da população.

A atual falência do poder público - seja este federal, estadual ou municipal - para atender e administrar as questões urbana e social, é decorrente de uma estrutura tributária negligente e regressiva que, no âmbito federal, foi corroída pela imensa constelação de incentivos e subsídios e pelos juros da dívida pública em cuja origem muito pouco há de social, e que, no plano estadual e municipal, se viu defrontada com a maior incapacidade contributiva da imensa massa de desassistidos que, contudo, lhe apresenta grandes demandas sociais. É assim que o poder público veio caminhando nas últimas décadas, do caos rumo ao desgoverno absoluto, caracterizando-se, ao invés de uma estratégia totalmente integrada e planejada, por uma intervenção setorial e pontual não atingindo os aspectos estruturais da economia - profundamente e a longo prazo - onde a crise se manifestava com maior intensida

níveis para a ampliação das suas plantas industriais. Em São José dos Campos (beneficiada com condições favoráveis como infra-estrutura urbana, rodoviária e ferroviária) processa-se ao longo do tempo, uma concentração industrial geradora de uma intensa urbanização que acaba envolvendo as próprias indústrias, "sufocando-as" no próprio tecido urbano. As modernas empresas industriais que se instalam no município, pertencentes aos ramos de Metalurgia, Material de Transporte, Química e Eletro-Eletrônica, são justamente aquelas que sentem a necessidade de espaços físicos cada vez mais amplos (já que eles são um dos determinantes da sua expansão econômica) tanto no que se refere ao terreno como à área construída, na medida em que as novas técnicas e mesmo os aparatos produtivos para uma produção em larga escala não comportam mais o antigo padrão de prédio verticalizado. Dois fatos chamam a atenção: a grande área, em termos absolutos, ocupada pelos terrenos industriais quando comparada aos espaços ocupados pelos outros usos urbanos e a baixa proporção entre esses terrenos industriais e as parcelas, ocupadas pelas suas construções. No entanto, a simples disponibilidade de terreno em si não explica a preferência das indústrias pelo município de uma forma absoluta, visto que este fato se repete relativamente em outros centros localizados a uma distância igual e até menor em relação à Cidade de São Paulo; existem outros fatores para São José dos Campos como: a existência de benefícios fiscais (isenção de impostos e doação de terrenos; deste último se beneficiaram a Tecelagem PARAHYBA e a Cerâmica WEISS) por parte da Prefeitura, o CTA e a própria característica intrínseca dos terrenos disponíveis que na opinião dos construtores e de pessoas especializadas apresentam condições topográficas excelentes à natureza da construção industrial - menor custo com ter-

de.

A nível estadual, especificamente, o período está marcado por políticas de instalação industrial sumamente atraentes; os Estados criam núcleos industriais para a instalação de fábricas com o objetivo de aumentar os impostos arrecadados pelos municípios, concluía-se, assim, que iria-se resolver o rombo das finanças públicas municipais sem pensar nos efeitos locais, decorrentes dessas medidas, traduzidos em problemas no meio ambiente (contaminação, poluição, etc.), no atendimento e administração da infraestrutura urbana visto os maiores gastos, etc.

Para um município com características de urbanização acelerada e a conseqüente alteração nos costumes, como São José dos Campos, e que apresenta este processo assentado sobre um crescimento vertiginoso da grande empresa industrial moderna, esta é uma problemática exemplar, já que não se tratam de repercussões indiretas e/ou mediatizadas, como o dinamismo em maior ou menor grau, que a indústria local propicia às atividades urbanas em geral mas, especificamente, a de um verdadeiro papel de comando da própria urbanização - estruturação e vida urbanas.

Um dos traços da moderna empresa industrial refere-se a um processo de "libertação" em relação às antigas forças de inércia (mercado de consumo, matérias-primas, energia, etc) possibilitada pela extensão de infraestrutura e de atuação em mercados cada vez mais em escala nacional; assim, a moderna empresa industrial de grande porte descentraliza cada vez mais suas atividades produtivas visto também a relativa saturação das áreas dispo-

raplenagem e fundações. Incluindo o CTA tem-se, à primeira vista, a impressão de que a área envolvida com as atividades industriais é pelo menos igual ao "restante" do espaço urbanizado.

Não se pode dizer que São José dos Campos seja um mero extravasamento do parque industrial paulistano, porque suas indústrias, ligadas à fase atual de industrialização, são unidades de porte avantajado associadas a um claro processo de diversificação espacial - fenômeno típico do desenvolvimento econômico contemporâneo - do processo de produção da moderna economia industrial (fundamentalmente a estrangeira) a qual, inclusive, trabalha com planejamentos a longo prazo; daí, também, decorre a necessidade de dispor grandes áreas de terrenos, visando a ampliações futuras de suas instalações industriais num processo praticamente contínuo. A esta circunstância pode estar relacionado o fato de que boa parte das grandes empresas (pelo menos 5, principalmente algumas multinacionais) tenham se instalado no município na mesma época em que se instalavam - as sedes - na Grande São Paulo, por exemplo; o que revelaria uma preocupação "a priori" com as limitações a ampliações no futuro, representadas por eventuais congestionamentos na capital do Estado.

Um dos dirigentes de uma grande empresa de engenharia civil, especializada na construção de unidades industriais, corroborou o que foi comentado anteriormente, já que declarou que após ter concluído a instalação original de algumas grandes empresas ligadas aos ramos de Material de Transporte, Material Elétrico e Eletrônico de Comunicação e Diversos, todas instaladas na década de 50, "nunca mais retirou das mesmas as placas da construtora", alu-

dindo ao fato de que tais empresas encontram-se em situação de permanente reforma ou ampliação, e onde as obras em geral destinam-se, por ordem de importância, à ampliação das instalações das linhas de produção, aos edifícios destinados à fabricação de um novo produto (os casos de uma grande empresa automobilística, de uma aeronáutica e de outra de equipamento fotográfico) e às reformas de um modo geral, havendo o caso de uma grande empresa de equipamentos de telecomunicações (a Ericsson) que mudou o local de suas instalações completas, construindo uma nova unidade fabril em terreno mais amplo. Há dois casos, também, de duas grandes empresas que instalaram fábricas de suas subsidiárias em seus próprios terrenos.

Todas as indústrias de São José dos Campos (especialmente aquelas localizadas no trecho - na própria Via Dutra - de maior concentração industrial no município, correspondente a uma distância linear aproximada de 15 Km. que vai desde o limite com Jacareí até o limite com Caçapava) articulam-se direta ou indiretamente com a rodovia, havendo mesmo um caso de grande indústria automobilística (a General Motors do Brasil) que conta com a rodovia à frente e a ferrovia (Central do Brasil) ao fundo, limitando a sua área, o que configura um privilégio muito especial e poucas vezes encontrado em termos de localização industrial.

Fora da concentração ao longo da rodovia (especificamente daquele trecho; todo ele ocupado por grandes estabelecimentos industriais, por atividades de apoio como armazéns, pelo CTA, etc., com a intercalação de terrenos "vazios", alguns já adquiridos por algumas indústrias e outros numa clara "reserva" de tipo especulativo), aparecem algumas indústrias próximas à parte mais

central da cidade (onde originalmente a "mancha" urbana estava concentrada), como as instaladas nas imediações da ferrovia e do rio Paraíba (este último foi um fator importante para a localização de duas indústrias químicas) numa fase pioneira do processo de crescimento industrial local e mesmo brasileiro. Na porção sul da cidade deve-se destacar a Granja Itambi, localizada próxima à estrada São José dos Campos - Caraguatatuba. De qualquer maneira, fica claro que as localizações das principais indústrias do município concentram-se no interior ou, no máximo, na periferia imediata do tecido urbano, com um nível de integração tão elevado que permite afirmar que é a estrutura urbana que está integrada à indústria, e não o contrário.

Sem dúvida que o acelerado processo de crescimento industrial a partir da década de 50 provocou uma rápida mudança na destinação das terras ao longo da nascente Via Dutra, até então ocupadas pelas atividades agropecuárias, em especial por pastagens de gado leiteiro ou senão permaneciam incultas, cobertas por mata ou por vegetação de cerrado; posteriormente, em meados da década de 50 e na década de 60, paralelamente à expansão industrial foram promovidos loteamentos habitacionais operários próximos às indústrias; a cidade também começava a ser extravasada, principalmente para o sul onde se encontravam terras apropriadas, especificamente ao longo da rodovia São José dos Campos - Caraguatatuba.

A maior parte das terras adquiridas pelas empresas industriais pertenciam a alguns fazendeiros que, atraídos pelos elevados preços das mesmas (as quais passaram a ser cotadas em m<sup>2</sup> e não

mais em hectare ou alqueire), promoviam a sua venda através de corretores locais. Esse intenso processo definiu uma dinâmica bastante especial em todas as atividades agrárias do município, com repercussões bastante sérias em termos de mobilidade da população rural (êxodo) e, principalmente, nos usos econômicos do espaço agrário. Foi bastante comum o fato de proprietários rurais desativarem gradativamente as atividades agropecuárias devido à alta valorização das mesmas, preferindo "aguardar" especulativamente (permanecendo as terras "paradas" - sem uso aparente ou arrendadas a baixos preços) a possibilidade de realizar uma transação vantajosa com empresas industriais. Percebe-se que foi neste período que o capital mercantil urbano começou a manifestar-se mais ativamente, consolidando-se, posteriormente, durante a década de 60 onde alimentou e foi alimentado pela "inchação" urbano - industrial, capturando o Estado nas suas várias esferas hierárquicas e em todo o espaço nacional.

Este capital mercantil urbano, que consolidou os setores imobiliário (sumamente especulador) e da construção civil, atualmente mostra-se interessado na privatização dos serviços públicos em detrimento das questões sociais (deve-se ressaltar que o conceito de "questão social" não tem que ser identificado de uma forma absoluta e radical com o de "carências sociais") e na liberação, por parte da Prefeitura local, de uma das últimas terras relativamente "paradas" que é a grande área compreendida pelo "Banhado" visando a ampliação das suas atividades de construção civil, o que provocou muita polêmica e confronto com grupos conservacionistas de São José dos Campos que pretendem destiná-la a uma espécie de reserva ecológica e área de lazer.

Por outro lado, este é um quadro extremamente problemático, na medida em que a maior complexidade da estrutura social, com segmentos médios importantes, convive, nos anos 70, com a ampliação do contingente absoluto da população de renda baixa, decorrente em parte das correntes migratórias inter-estaduais, especialmente, de nordestinos. A base industrial moderna de São José dos Campos comporta, pelos processos de abertura do leque de salários, tanto uma diferenciação social acentuada, que se manifesta na elevação da renda média, quanto a extensão do assalariamento nas faixas de salário de base .

Assim, a generalização de um novo padrão de vida urbano, iniciado no final dos anos 60, surge como consequência do crescimento industrial local e das transformações induzidas no terciário do município pela diferenciação progressiva da estrutura social e do próprio setor produtivo. A este novo padrão de vida urbano se associam novos padrões de consumo e necessidades de equipamentos de uso coletivo imprescindíveis à manutenção ou à melhoria das condições de vida no mundo urbano, e não sempre satisfeitos pela deterioração, em parte, dos padrões de financiamento do setor público. Assiste-se, então, ao início do processo de descompasso entre as condições gerais e estruturais que regem o aumento das demandas sociais e a capacidade do setor público de atendê-las, mesmo considerando-se a ampliação das receitas municipais em decorrência da industrialização acelerada processada em São José dos Campos.

A evolução da área urbanizada - com a expansão linear da cidade de São José dos Campos relativamente "paralela" ao eixo industrializado da Via Dutra - é reveladora da velocidade do pro-

cesso de crescimento da cidade o qual atualmente redefine a utilização de terras próximas ao núcleo urbano, ampliando-se os loteamentos na área rural, tanto os destinados à moradia das populações de baixa renda como aqueles destinados ao lazer dos segmentos de renda média e elevada. Esta é uma evidência, também, dos problemas que traz consigo esse crescimento. Ampliam-se, como costuma acontecer, os vazios no interior do espaço ocupado. A este fenômeno se acrescentam uma série de obstáculos à expansão das áreas residenciais: as várzeas do Paraíba, como o "Banhado", que está conjugado às regiões de maior ocupação do centro urbano; a área ocupada pelo CTA; e os espaços ocupados pelas indústrias, em particular pela Refinaria da PETROBRÁS. Esta horizontalização (em parte, também decorrente da crise do sistema financeiro de habitação cuja política era principalmente a verticalização das construções populares) imposta por esses limites, amplia os custos da urbanização, impele os bairros populares para os interstícios ainda não ocupados (o típico processo de periferação das cidades) e deteriora a qualidade de vida das camadas de baixa renda pelo aumento das distâncias e do tempo de locomoção. A concentração populacional na cidade associou-se, então, a um padrão de urbanização caracterizado fisicamente pela proliferação dos loteamentos e bairros periféricos (onde não necessariamente a população desses bairros está constituída exclusivamente por operários, já que os compradores de imóveis localizados nesses bairros pertencem à chamada classe média; fato que pode ser comprovado pelos elevados valores das prestações mensais e dos aluguéis desses imóveis) em sítios distantes do núcleo central e com os espaços intermediários, comportando enormes áreas vazias (inclusive, as estruturais e institucionais), à espera de valorização pelo capital imobiliário es

peculador.

A ruptura, observada nos últimos anos, nas condições de vida urbana - sob a forma de aumento do tempo de locomoção, de preocupações com a poluição e a segurança, de intensificação do tráfego de veículos, de déficit habitacional, etc. - é decorrente do grau de complexidade que adquirem as cidades paulistas, com o aumento das relações impessoais características dos grandes centros, acrescentando-se as dificuldades crescentes dos mecanismos de financiamento do gasto social, quase todas estruturadas de forma pró-cíclica e inadequadas à conjuntura da década de 80. O endividamento resultante corrói anualmente a capacidade de gasto do poder público municipal. É inegável o reflexo desta situação sobre os serviços públicos, onde se evidencia a consolidação do crescimento das demandas e a incapacidade do setor público de atendê-las.

Assim, as circunstâncias gerais que regem a natureza deste processo de urbanização bastante peculiar, induzem ao fenômeno de arrebentação urbana, como manifestação de desencontro entre a capacidade de oferta de bens e serviços de uso coletivo e as condições que regem o crescimento das carências sociais.

Finalizando, torna-se necessária a consideração da urbanização planejada como um fator regulador das relações entre os agentes econômicos e os agentes sociais. A urbanização planejada não deve ser confundida com um planejamento estático e arbitrário do solo urbano, pelo contrário, ela refere-se a uma discussão generalizada entre todos os segmentos - sem exceção - da sociedade,

visando a obter subsídios, em face aos anseios e demandas colocadas pela sociedade, para antecipar-se aos problemas urbanos futuros. A partir daí, sim, poder-se-á partir para a reformulação de uma legislação que reordene o uso, o parcelamento e a ocupação do solo, sempre associada a uma legislação de utilização racional dos recursos naturais visando a preservar o equilíbrio do meio ambiente dentro do tecido urbano.

NOTAS

NOTAS

- (1) Cardoso de Mello, J.M., "O Capitalismo Tardio"
- (2) Cardoso de Mello, J.M., op. cit.
- (3) Cardoso de Mello, J.M., op. cit.
- (4) Cano, W., "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo".
- (5) Tavares, M.C., "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro".
- (6) Silva, S., "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil".
- (7) Lessa, C., "Quinze Anos de Política Econômica".
- (8) Este período está desenvolvido no Capítulo II, item 2.
- (9) Messias da Costa, W., "O Processo Contemporâneo de Industrialização" (Um Estudo Sobre a Expansão da Produção Industrial em Território Paulista).
- (10) Este conceito refere-se a uma não diversificação na estrutura da indústria. A maioria das indústrias que se instalaram no período pertenciam ao setor Tradicional, basicamente produtor de bens de consumo assalariado ou não durável.
- (11) A exceção neste contexto era a indústria têxtil (a indústria relevante no período) que, nascida grande, alcançava sempre significativos índices de produtividade, associados a uma tecnologia atualizada. Antes do começo do século XX, uma importante parcela desta indústria localizava-se fora da área paulistana - em Sorocaba, por exemplo - devido às carências de energia elétrica que se observavam na cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XIX; este problema se resolverá com a concessão outorgada à LIGHT - Serviços de Eletricidade.

dade S.A., no início do século XX.

(12) O mercado consumidor paulistano dessa época estava associado, basicamente, ao conjunto de atividades inseridas no complexo da economia mercantil agrário - exportadora cafeeira.

(13) Ocorrendo o contrário no início da instalação das plantas da indústria Têxtil, já que estas se espalharam por todo o interior do Estado de São Paulo.

(14) Conceito utilizado por Monteiro Lobato.

(15) A população rural vai para a cidade, em parte, já que não havendo um certo dinamismo urbano, ocorrerá o esvaziamento, mesmo da cidade, através da migração.

(16) Esses melhoramentos urbanos do início do século foram decorrentes de iniciativas privadas.

(17) Müller, N.L., "O fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - São Paulo".

(18) Messias da Costa, W., op. cit.

(19) Se bem que a atração por benefícios fiscais ocorre em inúmeros municípios do Estado; outras hipóteses possíveis para a instalação da "Teceragem PARAHYBA" em São José dos Campos foram: a abundante mão-de-obra a um preço reduzido; a disponibilidade de matéria-prima e energia elétrica; e a existência de uma via de comunicação rodoviária para transportar a matéria-prima e a produção.

(20) Müller, N.L., op. cit. A autora enfatiza, vale a pena notar, o papel dos incentivos fiscais no processo de crescimento industrial do município, até a década de 1960.

(21) Messias da Costa, W., op. cit.

(22) Oliveira, F., "A Economia da Dependência Imperfeita". O autor reconhece que a economia brasileira experimenta a mais

prolongada recessão de sua recente história no período 62 - 67.

(23) Messias da Costa, W., op. cit.

(24) Messias da Costa, W., op. cit.

(25) Nesse setor observa-se uma significativa centralização das políticas tecnológicas e industriais em mãos do Estado, o que certamente confere ao denominado "complexo" um considerável grau de autonomia relativa no interior do parque industrial local. É um caso típico de monopolização estatal, ainda com a participação de acionistas privados.

(26) Já que justamente o grande problema que impedia a constituição de uma indústria aeronáutica estável no país - impedindo a independência desta indústria em relação ao exterior - era a ausência de 2 fatores essenciais: tecnologia e trabalho especializado. A criação do CTA visou a ocupar estes espaços vazios, dedicando-se hoje, inclusive, à pesquisa meteorológica, ao desenvolvimento de satélites, à pesquisa espacial, etc.

(27) Sem dúvida que a criação da EMBRAER muda definitivamente os rumos da indústria aeronáutica do Brasil. Constituída como Sociedade de Economia Mista, a empresa contou com recursos financeiros do mecanismo de incentivos fiscais, através do qual toda empresa poderia destinar 1% do imposto de renda devido à União na aquisição de ações empresariais da mesma. Com essa sistemática de captação de recursos, a empresa pôde crescer rapidamente. O sucesso de vendas da empresa deve ser explicado pelas seguintes razões, entre outras: a existência de linhas específicas de financiamento de instituições financeiras como o EXIMBANK e o FINAME - BNDE, com longos prazos de amortização, além de substanciais subsídios à exportação,

por parte do governo, aumentando assim a competitividade dos seus produtos no mercado internacional e gerando, inclusive, medidas protecionistas por parte do governo norte-americano.

(28) IIIª Região Administrativa.

(29) A divisão administrativa do Estado foi criada em 1967 e revista em 1970. O Grupo de Descentralização Industrial foi criado em 1969. O I PND-Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico foi elaborado pelo governo Médici para o triênio 72/74.

(30) Dados da SEP - SP, Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, "O Exame de Políticas Econômicas Setoriais", Série de Estudos e Pesquisa, nº33.

(31) Dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos - PMSJC.

(32) Precisamente 50,5% dos novos empregos, em 1980, estavam no setor secundário.

(33) Dados da PMSJC.

(34) Messias da Costa, W., op. cit. . A natureza da produção industrial paulistana observada em São José dos Campos diz respeito às características das novas plantas industriais que se instalaram no município: tecnicamente avançadas, produção em larga escala, com um grande poder de desencadeamento de trocas inter-industriais e com um alto grau de concentração de meios de produção. Estas empresas que, a priori, procuram localizar-se junto aos novos eixos de circulação e em áreas com grande disponibilidade de terrenos, são definidoras de um novo padrão de acumulação de capital. Esse processo não deve ser considerado como de descentralização industrial e muito menos como de interiorização da atividade, preferindo-se entendê-lo como uma expansão territorial concentradora em São José dos Campos.

(35) A agricultura brasileira, mesmo crescendo desde o pós-guerra (IIª G.M.) a taxas médias anuais de 4,5%, permaneceu marginalizada no Plano de Metas que acelerou e intensificou a diferenciação e o desenvolvimento industrial num espaço de tempo relativamente curto. Desde o pós-guerra não houve qualquer modificação no padrão tradicional de exploração da terra.

(36) Mombeig, P., "Pionniers et Planteurs de São Paulo".

(37) Mombeig, P., op. cit.

(38) Müller, N.L., op. cit.

(39) Uma pesquisa, a nível do Estado de São Paulo, do Instituto de Economia/UNICAMP observou que no triênio de 1979-1981 ocorreram problemas com as culturas de alimentos pesquisadas (excetuando-se o feijão, arroz, batata e mandioca), as quais sofreram uma redução sensível na participação da área total cultivada em relação ao triênio anterior, e que, em alguns municípios, diminuiu a participação das lavouras na utilização das terras da área rural. O volume de produção dessas culturas reduziu-se sensivelmente, mostrando o impacto sofrido pela produção de alimentos frente à expansão das culturas de exportação (fundamentalmente, soja e café) e de matérias-primas, e acentuando o problema do abastecimento interno do Estado. No caso de São José dos Campos, do triênio de 69 - 71 ao de 79 - 81 houve uma queda nas áreas cultivadas do milho e do arroz, e um aumento nas áreas da cana-de-açúcar e da batata inglesa.

(40) No Estado de São Paulo reduziu-se o plantel de suínos com o deslocamento da atividade para outros Estados. O plantel estava distribuído de forma relativamente desconcentrada, mas no triênio de 79 - 81 iniciou-se uma concentração relativa.

(41) A avicultura no território paulista desenvolveu-se significativamente no período 1960/80. No início da década de 60, o abaç

tecimento do mercado urbano impulsionou os granjeiros e as empresas independentes que produziam ração, realizavam o abate e mantinham os matrizeiros; em meados da mesma década, o sistema intensivo de engorda expande-se com a implantação das empresas comercializadoras de linhagens para engorda que difundiram o pacote tecnológico do novo produto, a assistência técnica e o pacote tecnológico sanitário, esta nova atividade (a nutricional) era atendida basicamente pelas grandes empresas estrangeiras de ração. A demanda para abate industrial surge posteriormente no desenvolvimento desse conjunto; a queda dos preços relativos e absolutos da carne de frango possibilitou a sua disseminação no mercado. A partir dos anos 70, ocorre o sistema integrado de criação, engorda, abate e distribuição de aves apoiado na ampliação do mercado interno e dos benefícios fiscais e creditícios do Estado, enquanto as vendas para o mercado externo são decorrência da estrutura de produção comentada e da política econômica da União de estímulo às exportações. Esse conjunto de condições associado a uma redução de custos via introdução de inovações tecnológicas, elevaram as margens de lucro da atividade permitindo a sua expansão; este movimento expansivo representou a industrialização do processo produtivo de aves sob o controle técnico e de organização, da produção industrial. A subordinação das granjas de engorda à indústria possibilitou uma velocidade muito maior de divulgação do progresso tecnológico. Esse processo levou a uma concentração da produção de rações, matrizes, e pintinhos comerciais, enquanto no sub-segmento de engorda não se observa uma tendência nítida de concentração, o qual, de início, desenvolveu-se em pequenos estabelecimentos onde essa atividade não era exclusiva. Posteriormente, no momento da expansão, os investidores urbanos entraram na produção utilizando

trabalho assalariado. No triênio de 69 - 71, o efetivo de aves estava concentrado nos municípios mais próximos dos grandes centros urbanos de consumo. Posteriormente, no triênio de 79 - 81, o efetivo de galináceos se elevou, em termos absolutos, em relação ao triênio anterior apesar da crise em que se encontrava a atividade avícola - fruto da retração do mercado interno e externo - e que provocou a redução das margens de lucro e a quebra de muitas empresas e estabelecimentos entre os anos de 80 e 81.

(42) A produção pecuária no Estado de São Paulo avançou durante o período 60 - 80, incorporando novas áreas e processos de produção modernos mas deixando intocada a estrutura de uso e posse da terra. Durante esses 20 anos elevou-se o grau de concentração dos estabelecimentos nas grandes explorações.

(43) Além das alterações promovidas na base técnica do primário estadual, ocorre o processo de fusão ou integração de capitais inter-setoriais (diferente da integração técnica setor primário-indústria) que significou a modernização dos complexos agroindustriais preexistentes, onde tanto a agricultura como a pecuária foram dominadas nos seus dois extremos por setores industriais de corte oligopólico: a "indústria para o setor primário" (fornecedora de bens de produção e insumos) e a "indústria do setor primário" (processadora de matérias-primas de origem vegetal e animal). A integração setor primário - indústria conjugou-se ao amparo financeiro do Estado e orientou o processo de modernização do primário.

(44) O comportamento da agricultura brasileira, após as Reformas pós-64, foi modesto, do ponto de vista da produção, com a expansão das fronteiras agrícolas visando fundamentalmente a um aumento expressivo das culturas destinadas ao mercado externo e à consequente retração das culturas alimentares para o mercado interno. As

exportações mantiveram a sua importância histórica para a agricultura brasileira no período, ao mesmo tempo que ocorreram mudanças em sua estrutura através de incentivos e apoio governamental (crédito rural oficial institucional, isenções de impostos, taxa de câmbio com as mini-desvalorizações, subsídios para tornar as exportações não só competitivas como lucrativas, esforço de diversificação das exportações em termos de produtos - procurando incentivar produtos de maior valor adicionado - e de mercado, etc). O crédito rural institucional mudou o caráter da sua política (deslocou-se o eixo da política por produtos para a política da mercadoria rural em geral) para atender às demandas e estimular a modernização do setor primário em geral. Agora, o volume de créditos permaneceu altamente concentrado (em 1978, somente 20 a 25% dos produtores do país tiveram acesso ao financiamento agrícola) assim como a distribuição destes, onde os critérios eram o tamanho dos estabelecimentos e o volume de contrato, beneficiando-se as regiões sudeste e sul que ficaram com as mais altas parcelas do crédito rural. Evidencia-se, portanto, uma concentração do crédito a nível regional aumentando as disparidades estruturais inter-regionais existentes em favor das regiões sul e sudeste, reduzindo-se apenas as desigualdades na forma de produzir. O "modelo econômico" pós - 64 não incluía como variável a reforma agrária, ao contrário, a terra converteu-se em ativo financeiro favorecendo a especulação e o grau de concentração de uso e propriedade da terra. Finalmente, no caso específico da agricultura, a tripla exigência que sobre ela incide (corrigir o atraso do consumo doméstico, contribuir para a substituição de derivados de petróleo, e substituir importações - sustentar exportações), atualmente combinada ao crescente distanciamento físico da fronteira agrícola, exigirá o-

brigatoriamente grandes transformações endógenas neste sub-setor do primário, bem como uma absorção relativa mais considerável de recursos.

(45) A atividade pecuária ampliou-se com a ajuda de financiamentos, onde o principal fator operante foi o crédito rural oficial subsidiado com juros negativos, viabilizando um grau crescente de tecnificação.

(46) A modernização tecnológica no setor primário do país, no período 60 - 80, foi de caráter dinâmico e expansivo, atingindo-o de forma diferenciada. O projeto dessa modernização integrou 3 fatores visando a transformar as bases técnicas do setor primário: a constituição de um sistema de crédito nacional que substitui as antigas fontes ligadas ao capital mercantil (incluindo neste o usuário); a consolidação dos complexos agroindustriais com a instalação do departamento de bens de produção para o setor primário; e o fortalecimento do sistema nacional de pesquisa, com a criação da EMBRAPA e da EMBRATER na extensão rural e que trouxe, embutida, a idéia de uma política tecnológica para o setor. Percebe-se o papel fundamental que o Estado exerceu na instalação do processo de modernização, devido à sua atuação no financiamento e na geração e difusão da tecnologia no setor. A seqüência desse processo é a industrialização do processo de produção do setor primário que incluiu as transformações: mecânicas (crescimento da indústria doméstica de máquinas e implementos agrícolas dentro de um processo de substituição de importações que, sem dúvida, colaborou na elevação dos índices de tratorização), as químicas (maior aplicação de insumos modernos, fundamentalmente fertilizantes de origem estrangeira, situação esta que perdurou até meados da década de 70, quando aumentou o ritmo de instalações de novas indústri

as químicas no país, visando a ocupar o mercado desses insumos importados), e as biológicas (melhoria dos insumos biológicos, novas variedades de plantas e raças de animais, implantação de bancos de sêmen, novas técnicas de inseminação artificial e outras inovações), num novo padrão tecnológico para o setor, generalizado a todas as regiões brasileiras. A modernização do setor primário da nação, além de ter exigido mais do sistema oficial de crédito reformulado para esse fim, substituiu os sistemas tradicionais de comercialização e crédito por sistemas cooperativos ou de venda direta às agroindústrias, aos supermercados - entre outros estabelecimentos comerciais - e ao mercado consumidor constituído pelas famílias, através de feiras. Certamente que nesse período de 60 a 80 a produção agrícola marca os rumos do desenvolvimento e consolidação posterior desse processo de modernização tecnológica, já que as transformações, decorrentes desse processo, na base técnica da agricultura, entendidas como transformações nos processos de produção de várias culturas, acarretaram mudanças positivas na produtividade do trabalho e no rendimento da terra, ao mesmo tempo em que aquela passou a depender mais dos meios de produção gerados pela indústria especializada e menos dos recursos naturais. Este movimento não se deu de forma homogênea ao longo do espaço territorial brasileiro, mantendo assim as disparidades regionais e atingindo de maneira também diferenciada as diferentes culturas agrícolas do ponto de vista da modernização, financiamento e comercialização, sem, entretanto, alterar profundamente o caráter extensivo das mesmas. Os produtos de exportação e as matérias-primas, de modo geral, foram mais beneficiados por causa da política exportadora do Governo - em relação aos produtos alimentares, mesmo considerando que estes últimos sentiram-se estimulados a expandir a

produção com o processo de urbanização intenso, onde a evolução crescente do emprego nos setores secundário e terciário demandava uma resposta positiva (que não acontecia) na elevação da produção de alimentos.

(47) Hoffmann, R. e Graziano da Silva, J.F., "A Estrutura Agrária Brasileira", Série Pesquisa nº31. Especialmente nos grandes estabelecimentos rurais (100 - 500 Ha) ocorre essa situação; além disso, nas últimas décadas vem se observando uma maior participação do trabalho feminino regional no total do pessoal ocupado no setor primário do Vale do Paraíba.

(48) Considerando-se o Brasil como um todo, o rápido declínio da participação da PEA rural na PEA total não foi consequência de um processo generalizado de modernização tecnológica no setor primário. Ao contrário, o primário seguiu se expandindo mais com base no aumento das fronteiras da área rural do que no aumento significativo da produtividade.

(49) A modernização tecnológica processada no setor primário brasileiro transformou também a base social deste, afetando, principalmente na agricultura, as relações sociais de trabalho no sentido do avanço da proletarização no meio rural com o decorrente aumento do confronto capital - trabalho. Nas relações de emprego propriamente ditas, a principal modificação foi a substituição de formas de emprego permanente por temporário e a importância relativamente crescente do trabalho assalariado.

(50) A produtividade do primário brasileiro aumentou apenas lentamente. Na verdade, a capitalização e a modernização tecnológica rurais processaram-se de forma muito pouco dinâmica e bastante desigual entre produtos e regiões.

(51) Com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1960), a industrialização brasileira sofreu transformações estruturais decisivas. Tal avanço caracterizou-se por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado; ele mesmo investindo em infra-estrutura e na produção direta de insumos. Dentro da divisão de tarefas, determinada pelo Estado, entre o capital estrangeiro, as empresas estatais e o capital privado nacional, coube uma proteção especial a este último - que representava a parte mais frágil desse "tripé" - sob forma de abundantes incentivos para sua expansão na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas multinacionais, como foi o caso típico do setor de autopeças para a indústria automobilística. Merece ainda destaque o seu domínio quase exclusivo nos setores não - manufatureiros, como o da construção pesada. Ademais, o capital privado nacional beneficiou-se amplamente da expansão da demanda derivada por bens de consumo não durável. Estes anos, sem dúvida, foram de significativa expansão da economia em geral. Mas, no final do período, o governo JK deixou uma pesada herança: uma crise de superacumulação e altos índices de inflação, entrava-se assim numa fase de desaceleração (que iria até 67) da economia, relacionada à conclusão e ao esgotamento do conjunto de investimentos públicos e privados, e que iria aprofundar-se com as políticas de estabilização do início de 63 e de 65 - 67 (1º trimestre).

(52) A EMBRAER que é instalada em 1969 está dentro do contexto do programa de estabilização e das Reformas pós - 64. O programa de estabilização consistia no corte do gasto público (excetuando os investimentos estatais estratégicos), no aumento da carga tributária, na contenção do crédito e no arrocho salarial. As Re-

formas pós - 64 causaram grande impacto no emprego e no crescimento da renda no período de aceleração seguinte (67 - 73); essa expansão estava baseada no crescimento do setor de bens de consumo durável e bens de capital, na abertura para o exterior com um crescimento rápido das exportações e no abundante fluxo de financiamento externo. A modo de ilustração, no período posterior a 1973, a economia brasileira entra novamente num ciclo de desaceleração, com o recrudescimento da inflação e a queda no ritmo de expansão. O esforço de investimento e o crescimento industrial do período anterior provocaram pressões sobre a balança de pagamentos abrindo um déficit elevado, que se agravava com o crescente endividamento oficial para manter em execução os projetos de interesses do conjunto do Estado e do grande capital internacional (energia elétrica, energia atômica, ferrovias, etc.). O esforço de exportação esbarrava no movimento recessivo da economia mundial e nas políticas de preços internacionais para o petróleo e outros produtos que o país importava. As indústrias de bens de consumo durável e bens de capital estavam com problemas de sobre-acumulação, paralisando-se seus investimentos a partir de 75. Precisamente quando a economia brasileira esgotara a fase expansiva iniciada em 67 e a economia mundial entrava em sua mais severa recessão desde os anos 30 (crise do petróleo em 73 e rompimento do acordo de Bretton-Woods pelos Estados Unidos, com o fim da conversibilidade do dólar em ouro e a sobre-taxa de 10% sobre as importações norte-americanas), o governo Geisel formula e implanta (parcialmente, já que foi desativado após 76) o II PND - 1974/79, que provocou efeitos favoráveis na substituição de importação de bens intermediários e resultados positivos no impulso à indústria nacional de bens de capital, ambos acionados pelas empresas estatais e

apoiados pelo BNDE e CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial).

(53) Tal classificação foi proposta pela primeira vez por Hollis B. Chenery no seu livro "A Study of Industrial Growth", United Nations, New York, 1969; sendo conhecida como "Classificação Chenery".

(54) As principais características das empresas multinacionais na indústria brasileira são as seguintes: elas concentram-se predominantemente na indústria de transformação; dentro da indústria concentram-se nos sub-setores mais dinâmicos, basicamente de bens de consumo durável e de bens de capital, participando também significativamente no de bens de consumo não durável e de bens intermediários; operam com escalas de produção, intensidade de capital, grau de oligopolização, complexidade tecnológica e produtividade mais elevadas do que as empresas nacionais; predominam na exportação de produtos manufaturados. Para atenuar os possíveis conflitos entre a expansão das multinacionais e os "interesses nacionais" concorreram as seguintes circunstâncias : a. O alto grau de complementaridade entre as atividades das multinacionais e das empresas privadas nacionais do setor industrial. A complementaridade é mais óbvia em relação ao conjunto da economia pois, apesar de crescente, é ainda reduzida a participação do capital estrangeiro na construção civil, no sistema financeiro, na prestação de serviços, na agricultura e na mineração. b. A tendência de associação com as empresas nacionais, privadas ou estatais, que aparece como atraente do ponto de vista tecnológico (incluindo a diferenciação de produtos, marcas e marketing), financeiro e de garantia de mercados para exportação. c. As dificuldades do balanço de pagamentos constituem um fator persuasivo na justificação de uma política governamental permissiva com relação às multinacionais. d. A importância cru

cial da relativa fragmentação de interesses das multinacionais, que provêm de países distintos, atuam em setores industriais diferentes, obedecem a uma dinâmica de acumulação diferente e não reagem da mesma forma face às conjunturas econômicas favoráveis ou adversas ou a controles e limitações impostos pela política econômica governamental. A referida fragmentação tem como contrapartida a multiplicidade e a diferenciação dos nexos das multinacionais com as empresas brasileiras (privadas ou estatais), fragmentando também os interesses nacionais frente ao capital estrangeiro.

(55) Se bem que São José dos Campos foi uma alternativa espacial para a desconcentração industrial da Grande São Paulo a partir dos anos 50 e, especialmente, dos anos 60, já que nesta década se evidenciaram os altos custos financeiros do congestionamento urbano da cidade de São Paulo e, principalmente, do alto custo dos terrenos disponíveis para a expansão industrial. Esta vinculação inicial do município com a expansão do parque industrial paulistano, deve-se às condições ideais da região na qual está inserido: próxima de grandes centros consumidores, próxima das indústrias de base, ou pela presença de várias vias de acesso rodoviário, que foram modernizadas.

(56) Essas empresas (dentro dessas, as da fase mais recente da industrialização) pelo seu porte, possuem uma inquestionável liderança no município quanto à capacidade de absorção de força de trabalho industrial. A estrutura do emprego industrial local contraria, de certa forma, uma tendência clássica da atividade industrial, pois é bastante sabido o fato de que, a par de sua liderança econômica e tecnológica, as grandes indústrias modernas não apresentam uma estreita correlação entre o seu desempenho produtivo e econômico e a quantidade de empregos gerados. Sem dúvida que

estas empresas possuem um inegável poder de investimento e de produção em larga escala, ultrapassando em muito o desempenho individual de qualquer outra empresa, e é neste nível de análise que deve ser examinado o processo de concentração.

(57) Tavares, M.C., "Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira". Sem dúvida existe um acordo tácito entre os membros do oligopólio para o controle dos preços de venda.

(58) Tavares, M.C., op. cit. (1978)

(59) As empresas multinacionais exportam, para a Europa e os E.E.U. principalmente, componentes para suas outras fábricas e, no caso de produtos acabados em especial, para a América do Sul. As empresas de capital nacional exportam produtos acabados principalmente para os chamados "países do terceiro mundo" (América do Sul, em especial) e, no caso das têxteis, para países de praticamente todos os continentes, com destaque aos países capitalistas mais adiantados (tradicionalistas importadores de tecidos, roupas e calçados brasileiros).

(60) Dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos - PMSJC.

(61) Se o comércio de São José dos Campos ainda não tinha se tornado um forte pólo regional - digno da sua indústria moderna e tecnologicamente avançada a nível regional - devido à evasão de recursos provenientes da falta de criatividade do comércio local em promover e divulgar as potencialidades do município, com a construção do novo Shopping Center às margens da Via Dutra se vira, em parte, esta situação.

(62) As lojas "Paiol" são unidades de menor tamanho físico que as lojas "MAKRO".

(63) Reynaldo Ramos no seu livro "Indicadores do nível de saúde,"

São Paulo, 1962, USP, classifica a mortalidade infantil em 4 categorias: fraca, quando o coeficiente é inferior a 50; moderada, quando oscila entre 50 e 70; forte, quando varia entre 70 e 100; e muito forte, quando o coeficiente atinge a mais de 100 óbitos por 1.000 nascidos vivos. Neste trabalho preferiu-se usar os termos muito alta em vez de muito forte e relativamente baixa em vez de fraca.

(64) Em 1984, o coeficiente local, que já era baixo, se tornava preocupante quando comparado aos de cidades de porte parecido ao de São José dos Campos; por exemplo, nesse ano, São José do Rio Preto teve o maior índice do Estado de 8,1 leitos gerais/mil habitantes, no entanto, sua taxa de mortalidade infantil, no mesmo ano, foi de 56,50, muito acima da registrada no município estudado. Isto coloca em dúvida a validade de certos indicadores de saúde.

(65) Dados da PMSJC.

(66) Informações fornecidas pela PMSJC.

(67) Considerações colocadas por Hésio de Albuquerque Cordeiro na sua "Política Sanitária".

(68) Considerando-se que, nesse mesmo ano, a taxa de urbanização estadual atingia 80%, conclui-se que a cobertura de água era altamente insatisfatória.

(69) Especialmente da área metropolitana - o ABC, Guarulhos, Osasco e Jundiaí - da cidade de São Paulo, como se observa na Tabela 1

(70) A Superintendência Regional do Vale do Paraíba da SABESP tem a sua sede na própria cidade de São José dos Campos.

(71) A rede de esgoto, em relação à água encanada, significa, normalmente, maiores gastos na sua infra-estrutura; agora, para estender a rede de esgoto aos pontos mais afastados da cidade (periferias) precisar-se-ia de um montante de investimentos ainda mais

elevado.

(72) Plano Regional do Macro - Eixo Paulista, Anexo 2, pág. 110.

(73) No começo da década de 70, a quantidade de fossas sépticas e rudimentares - como alternativa à rede de esgoto - era particularmente considerável em São José dos Campos. A fossa séptica em relação à rudimentar, oferece um mínimo de segurança à não contaminação do lençol freático (em última instância, do solo, podendo atingir as águas subterrâneas). Naquele ano predominavam as fossas rudimentares em relação às sépticas, portanto, considerando-se essa expressividade, a contaminação das águas era uma evidência preocupante.

(74) Um fato digno de nota refere-se à tendência de diminuição de vazões naturais mínimas no Rio Paraíba; em correspondência, processou-se o aumento das cheias na Bacia. Estes fenômenos são atribuíveis, sem dúvida, à remoção contínua da cobertura vegetal, com a diminuição da recarga do lençol subterrâneo.

(75) A poluição, de rios, é um dos agentes integrantes do quadro de degradação das condições do meio ambiente local devido à atuação de vários tipos de agentes. Estão também os problemas ocasionados ao ar, principalmente pela PETROBRÁS, Rhodia e Monsanto. Outro problema ecológico importante é a atividade descontrolada de extração de areia que ocasiona problemas como erosão. Entre outras alterações de menor grau - no meio ambiente local estão: o desmatamento da região serrana e das faixas de fundo do Vale, a degradação dos solos e da vegetação (desbaste da cobertura vegetal). Como se observa, o uso dos recursos naturais se dá de forma predatória sem maiores preocupações com a proteção ambiental quando o ideal seria a formulação de um planejamento integrado verificando as percussões inter-regionais do controle e aproveitamento do

sos - especialmente, os hídricos.

Em 1986, as principais atividades desenvolvidas em São José dos Campos visando à defesa do meio ambiente, por parte da CETESB, foram as seguintes: monitoramento da eficiência das estações de tratamento de esgotos e fornecimento de projeto padrão para fossas sépticas rurais (esgotos domésticos), tendo em vista que as instalações para tratamento de esgotos geralmente não tratam todos os esgotos gerados na cidade; início de operação do sistema de tratamento de águas residuais industriais da National do Brasil Ltda. (esgotos industriais); monitoramento das águas do Rio Paraíba avaliando suas condições a cada dois meses através da estação de amostragem na ponte do Bairro Sinimbura (águas superficiais); análise da água consumida nas chácaras reunidas, a de poços espalhados na cidade, a de irrigação da horta comunitária municipal, a que abastece a favela da SERVENG, além da análise das nascentes de seminário com implantação de sistemas de cloração (assistência aos sistemas municipais de água); conscientização do executivo municipal para a adoção de soluções adequadas de disposição final de lixo, como a elaboração de projetos de aterros (resíduos sólidos domésticos); assistência à Empresa Ecossistema-Gerenciamento de Resíduos Industriais S/C Ltda. - firma constituída com a finalidade de dar destino adequado a resíduos industriais-que implantou um aterro para areia de fundição e iniciou a implantação de um aterro para resíduos perigosos, visando à atender diversas indústrias da região, no transcorrer do ano muitos problemas ocasionados por resíduos sólidos industriais foram equacionados, podendo-se destacar a implantação do aterro industrial para os resíduos da General Motors do Brasil S.A. (resíduos sólidos

industriais); verificação de que foram eliminadas as emissões decorrentes da Siderúrgica FIEL-Mannesmann, os odores da Rhodia passaram a ser controlados através da implantação e início de operação do sistema de lavagem de gases, trabalho detalhado de levantamento das principais fontes de poluição do ar na Refinaria da PETROBRÁS, exigindo-se da empresa um cronograma de implantação das medidas de controle de poluição (controle da qualidade do ar); fornecimento de subsídios para o disciplinamento do uso e ocupação do solo e políticas de localização industrial (planejamento territorial).

A ação desenvolvida pela CETESB, no controle da poluição das águas decorrente das atividades industriais, no quadriênio 83-86, permitiu reduzir a carga poluidora de origem orgânica. Tratamentos de despejos líquidos industriais foram implantados e aperfeiçoados, permitindo que indústrias de grande porte como: Johnson & Johnson, Kodak, Ericsson e National, passassem a enquadrar seus efluentes de acordo com o estabelecido na legislação em vigor.

Todos têm direito ao equilíbrio do meio ambiente, bem de uso comum da sociedade e essencial à sadia qualidade de vida. Impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e controlá-lo no momento em que o aparato legislativo é ineficiente para esse fim.

(76) Trabalho feito pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica -DAEE, fins de 1977.

(77) Prefeitura Municipal de São José dos Campos-PMSJC, dado de outubro de 87.

(78) Vários autores, "Crescimento e Pobreza".

(79) Dados do DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

(80) É uma realidade o adensamento das vias de tráfego ao longo do vale do médio-paraíba, onde localiza-se São José dos Campos, com entradas transversais de ligação com o litoral e a Serra da Mantiqueira.

(81) PMSJC - Todo este diagnóstico corresponde ao ano de 85.

(82) Sem dúvida que além dos bairros que se desenvolveram em áreas próximas à rodovia, também alterou-se bastante aquela urbanização mais antiga, nos arredores do centro onde hoje se fazem presentes numerosos estabelecimentos comerciais varejistas. Efetivamente, dentro do setor terciário a necessidade de descentralização se torna imediata em direção aos bairros, devido a que a área central já não suporta a conurbação ao longo da Via Dutra, com os problemas de intenso tráfego nas vias centrais e nas que dão acesso ao centro. Isto, em parte, é uma consequência do elevado número de pessoas que diariamente se dirigem ao centro, sendo uma situação típica das cidades que concentram na sua área central a maioria das atividades do terciário referentes basicamente ao comércio e à prestação de serviços. Também, pondo-se de lado as relações inter-industriais que se verificam entre São José dos Campos e a capital paulista, os fluxos de toda ordem existentes entre elas é bastante intenso, contribuindo para que o tráfego na Via Dutra se torne caótico com os consequentes efeitos na área central da cidade. Este fato pode ser ilustrado pela alta freqüência dos ônibus regulares que cobrem o trajeto entre as duas cidades (de 30 em 30 minutos) e pela grande procura da Capital por aqueles segmentos da população local interessados e em condições de adquirir artigos industrializados e de utilizar serviços mais sofisticados.

ANEXO  
MAPAS E GRÁFICOS



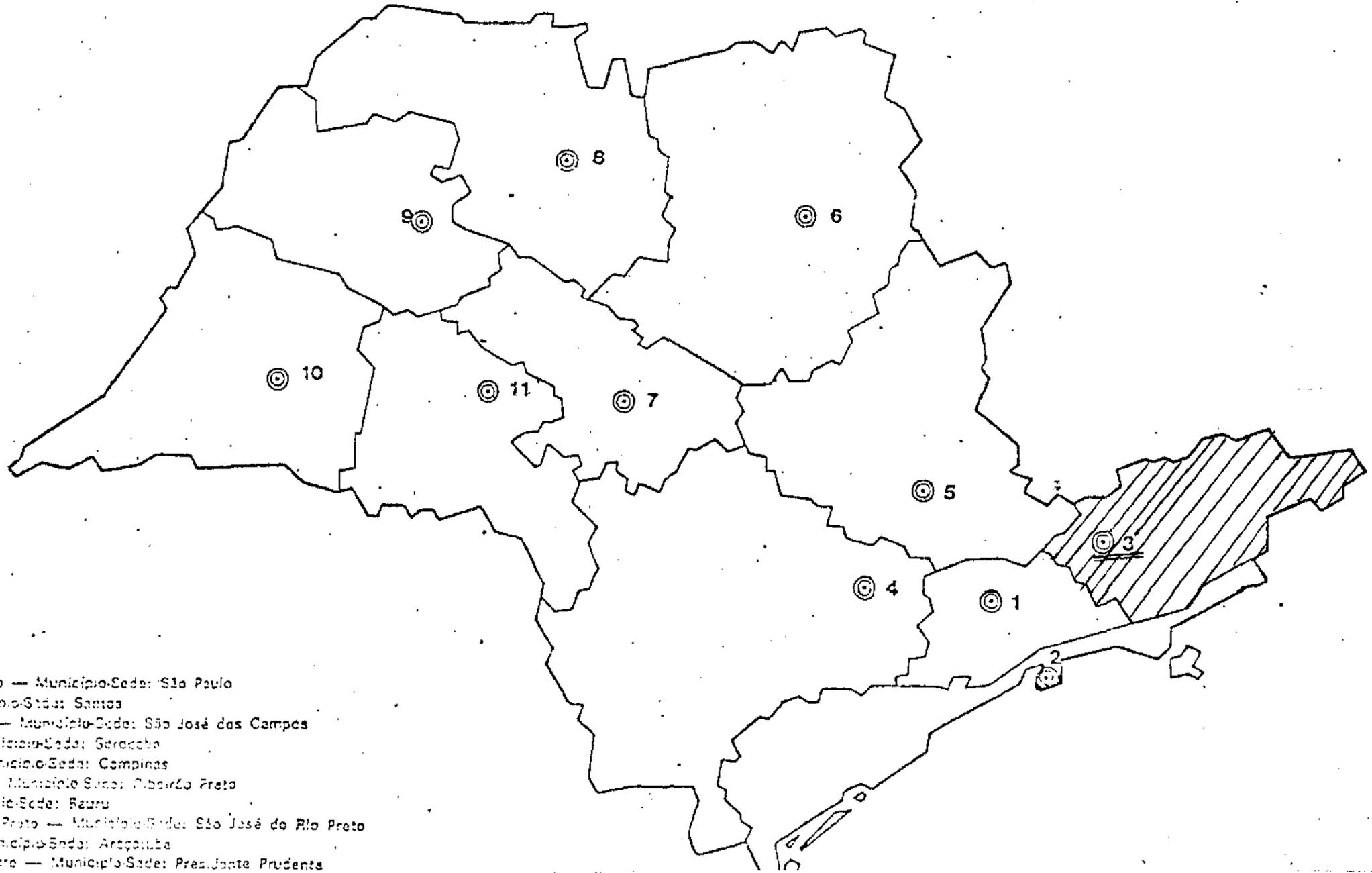
**REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Região Adm. da Grande São Paulo — Município-Sede: São Paulo
2. Região Adm. do Litoral — Município-Sede: Santos
3. Região Adm. do Vale do Paraíba — Município-Sede: São José dos Campos
4. Região Adm. de Sorocaba — Município-Sede: Sorocaba
5. Região Adm. de Campinas — Município-Sede: Campinas
6. Região Adm. de Ribeirão Preto — Município-Sede: Ribeirão Preto
7. Região Adm. de Bauru — Município-Sede: Bauru
8. Região Adm. de S. José do Rio Preto — Município-Sede: S. José do Rio Preto
9. Região Adm. de Araçatuba — Município-Sede: Araçatuba
10. Região Adm. de Presidente Prudente — Município-Sede: Presidente Prudente
11. Região Adm. de Marília — Município-Sede: Marília

**NOTA: NOVAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS**

- Região Administrativa de Araraquara, criada pelo decreto n.º 16881 de 12/05/82
- Região Administrativa Especial do Vale do Ribeira, criada pelo decreto n.º 20529 de 10/02/83
- Região Administrativa de Parretos, criada pelo decreto n.º 20530 de 10/02/83

Oportunamente estas modificações serão incorporadas ao sistema.



- 1 — Município-Sede: São Paulo
- 2 — Município-Sede: Santos
- 3 — Município-Sede: São José dos Campos
- 4 — Município-Sede: Sorocaba
- 5 — Município-Sede: Campinas
- 6 — Município-Sede: Ribeirão Preto
- 7 — Município-Sede: Bauru
- 8 — Município-Sede: São José do Rio Preto
- 9 — Município-Sede: Aracatuba
- 10 — Município-Sede: Presidente Prudente
- 11 — Município-Sede: Marília



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Economia e Planejamento

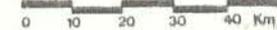
SEP/CAR

# PLANOS REGIONAIS

PLANO REGIONAL DO MACRO EIXO

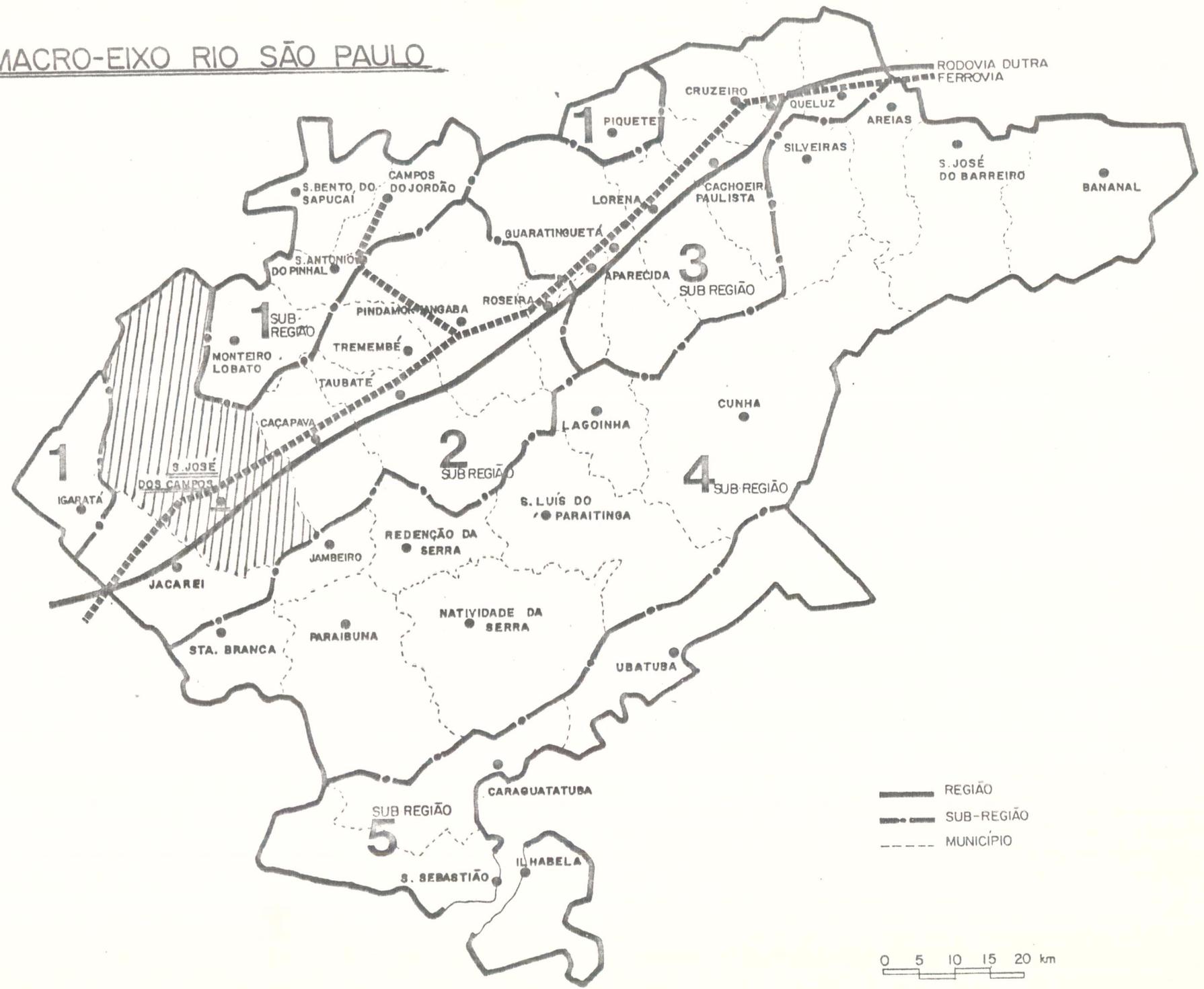
LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO MACRO EIXO PAULISTA

ESCALA

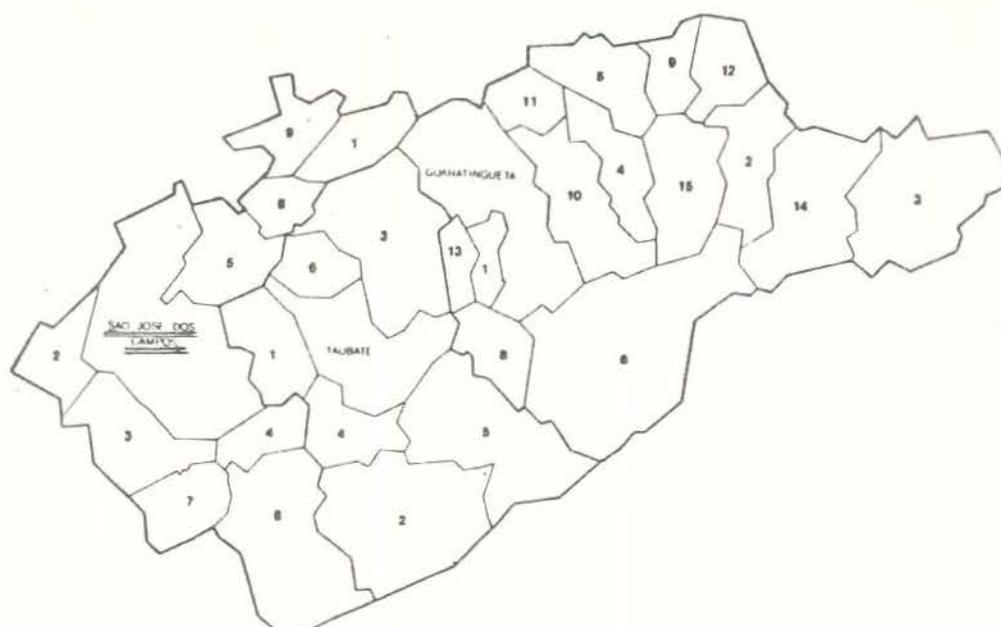


DATA 1978

# REGIÃO MACRO-EIXO RIO SÃO PAULO







**3.**  
Região do Vale do Paraíba

**3.1.**  
Sub-Região de São José dos Campos

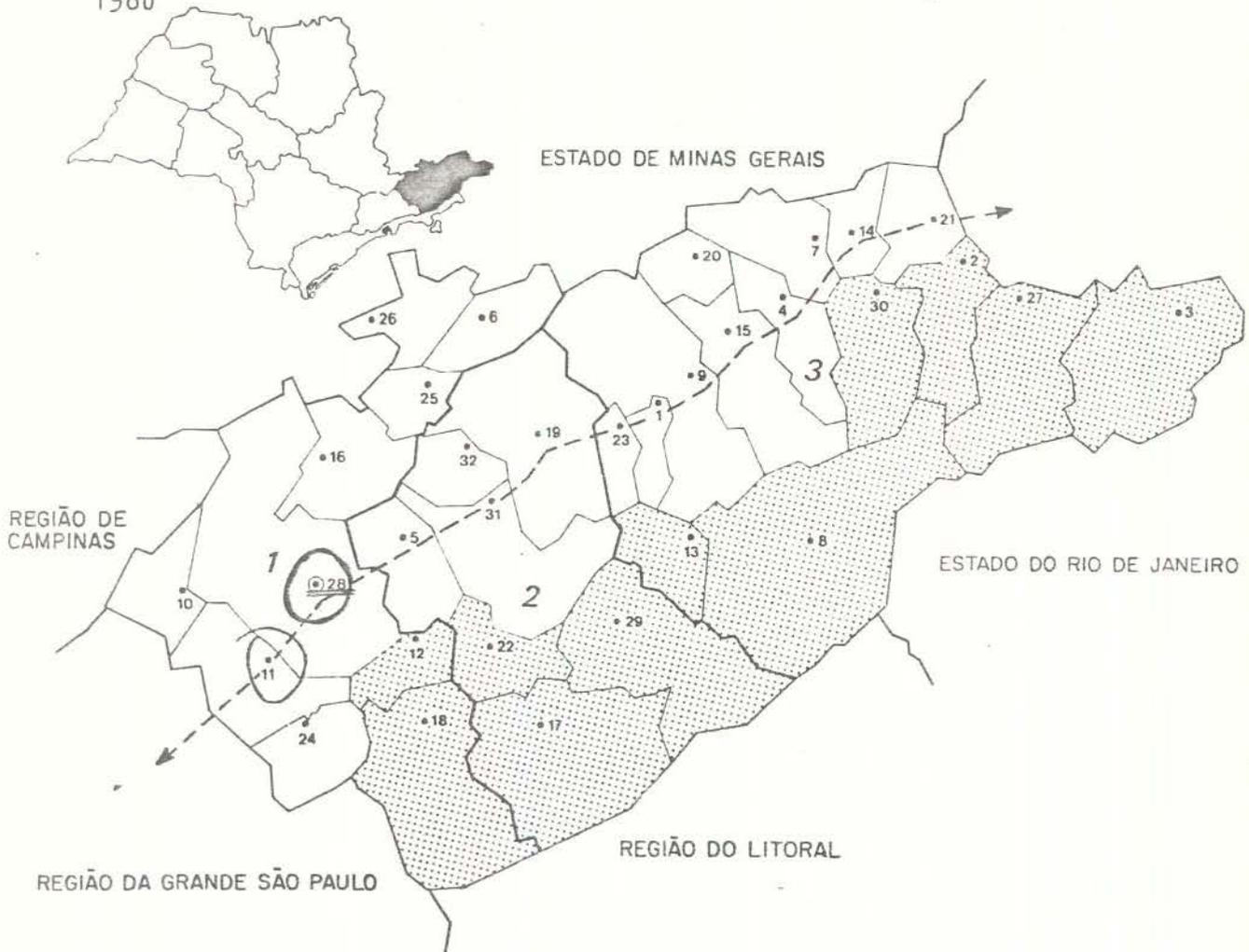
1. Campos do Jordão
2. Igaratá
3. Jacareí
4. Jambuí
5. Monteiro Lobato
6. Paraibuna
7. Santa Branca
8. Santo Antônio do Pinhal
9. São Bento do Sapucaí
10. São José dos Campos

**3.2.**  
Sub-Região de Taubaté

1. Caçapava
2. Natividade da Serra
3. Pindamonhangaba
4. Redenção da Serra
5. São Luiz do Paraitinga
6. Taubaté
7. Tremembé

**3.3.**  
Sub-Região de Guaratinguetá

1. Aparecida
2. Areias
3. Bananal
4. Cachoeira Paulista
5. Cruzeiro
6. Cunha
7. Guaratinguetá
8. Lagoinha
9. Lavrinhas
10. Lorena
11. Piquete
12. Queluz
13. Roseira
14. São José do Barreiro
15. Silveiras

Região do Vale do ParaíbaQuadro territorial, administrativo e divisão micro-regional  
19801. Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratá
- 11. Jacupiranga
- 12. Jambuí
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraibuna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

2. Sub-região de Taubaté

- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

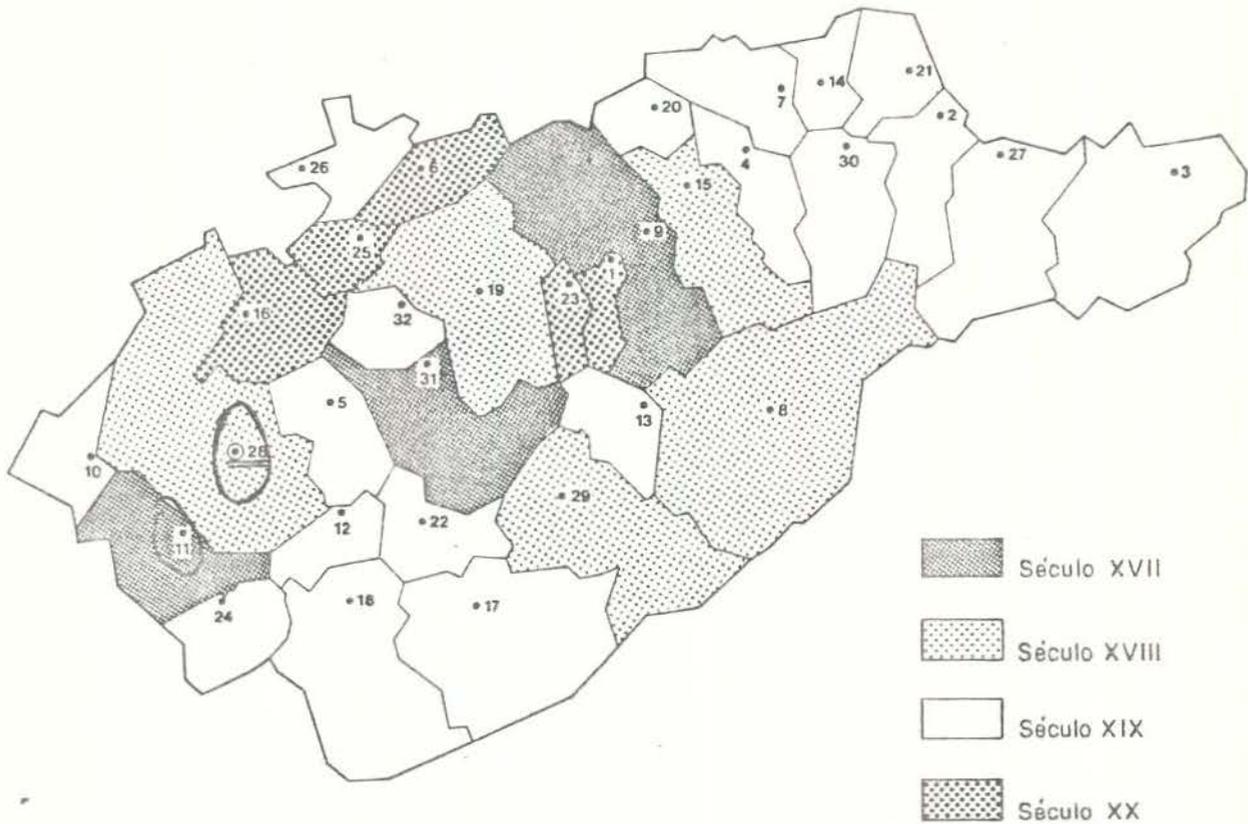
3. Sub-região de Guaratinguetá

- 1. Aparecida
- 2. Areias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

- Micro-Região do Vale do Paraíba Paulista
- Micro-Região do Alto Paraíba
- Limites entre as sub-regiões
- - - Via Dutra

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1980. São Paulo, Fundação SEADE, 1981.

Região do Vale do Paraíba  
Períodos de criação dos municípios

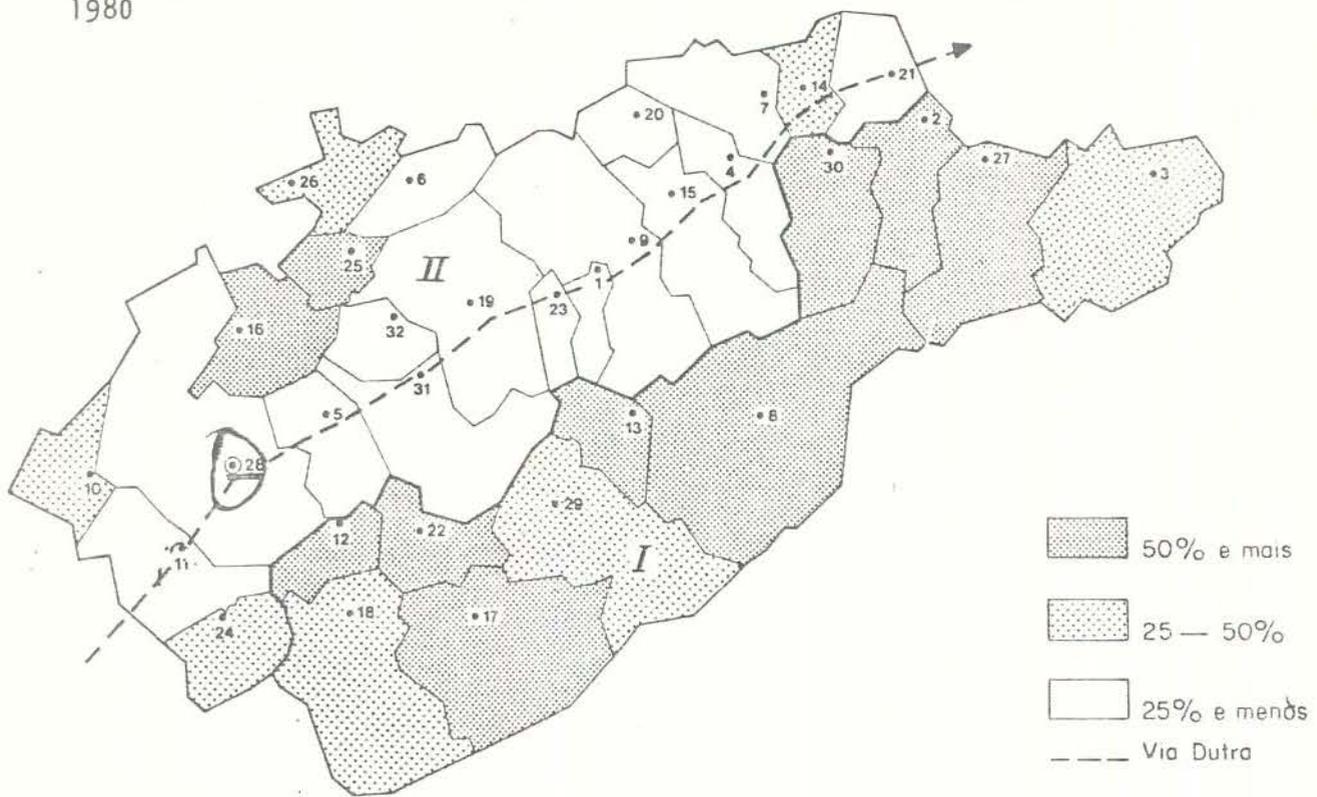


- |                       |                             |
|-----------------------|-----------------------------|
| 1. Aparecida          | 17. Natividade da Serra     |
| 2. Areias             | 18. Paraíba                 |
| 3. Bananal            | 19. Pindamonhangaba         |
| 4. Cachoeira Paulista | 20. Piquete                 |
| 5. Caçapava           | 21. Queluz                  |
| 6. Campos do Jordão   | 22. Redenção da Serra       |
| 7. Cruzeiro           | 23. Roseira                 |
| 8. Cunha              | 24. Santa Branca            |
| 9. Guaratinguetá      | 25. Santo Antônio do Pinhal |
| 10. Igaratá           | 26. São Bento do Sapucaí    |
| 11. Jacareí           | 27. São José do Barreiro    |
| 12. Jambeiro          | 28. São José dos Campos     |
| 13. Lagoinha          | 29. São Luis do Paraitinga  |
| 14. Lavrinhas         | 30. Silveiras               |
| 15. Lorena            | 31. Taubaté                 |
| 16. Monteiro Lobato   | 32. Tremembé                |

FONTE: SÃO PAULO. Departamento Estadual de Estatística. Quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios, 1949-1953. São Paulo, s.d.

Região do Vale do Paraíba

Percentual da PEA ocupada no setor primário, por município  
1980



I. Micro-região do Alto Paraíba

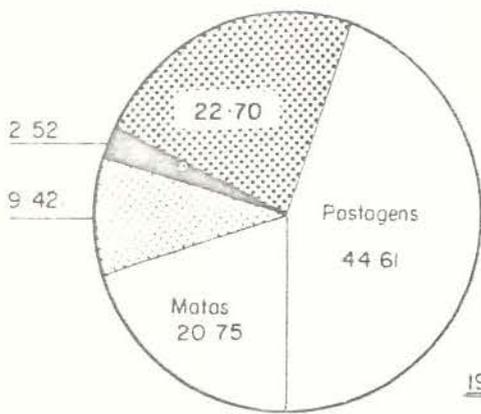
- 2. Areias
- 3. Bananal
- 8. Cunha
- 12. Jambeiro
- 13. Lagoinha
- 17. Natividade da Serra
- 18. Paraibuna
- 22. Redenção da Serra
- 27. São José do Barreiro
- 29. São Luís do Paraitinga
- 30. Silveiras

II. Micro-região do Vale do Paraíba Paulista

- 1. Aparecida
- 4. Cachoeira Paulista
- 5. Caçapava
- 6. Campos do Jordão
- 7. Cruzeiro
- 9. Guaratinguetá
- 10. Igaratá
- 11. Jacareí
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 16. Monteiro Lobato
- 19. Pindamonhangaba
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

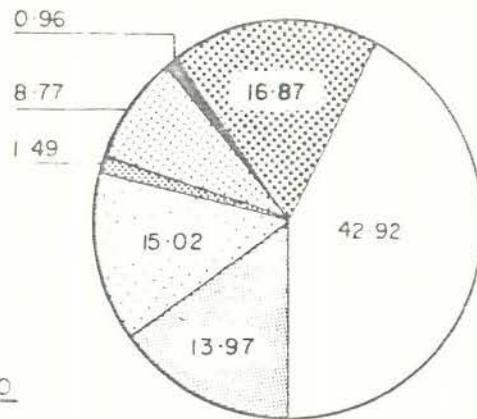
FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: mão-de-obra. Rio de Janeiro, 1983. (Recenseamento geral do Brasil, 9, v.1, t.5).

Região do Vale do Paraíba  
Evolução do uso do solo  
1940-1980



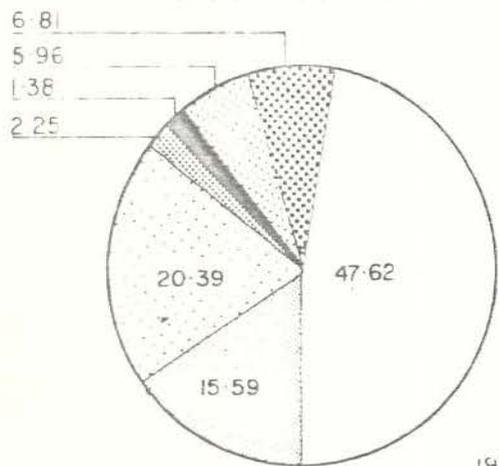
1940

Área total = 968.879 ha



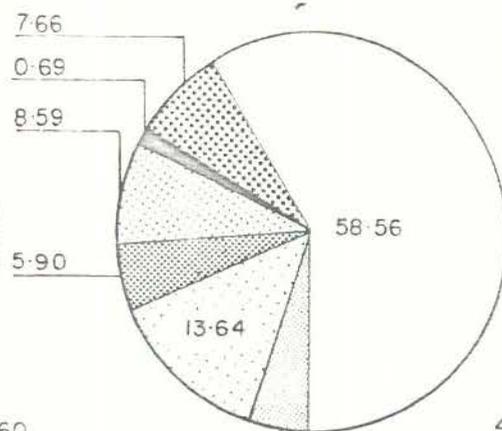
1950

Área total = 1.009.587 ha



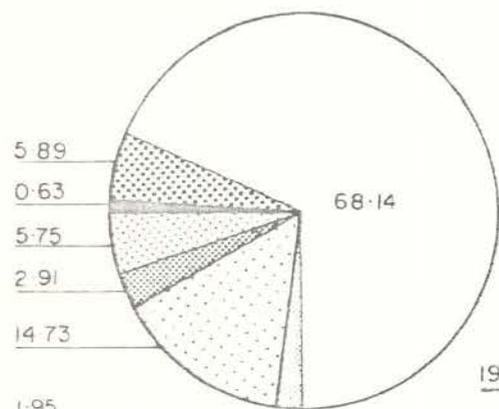
1960

Área total = 1.055.212 ha



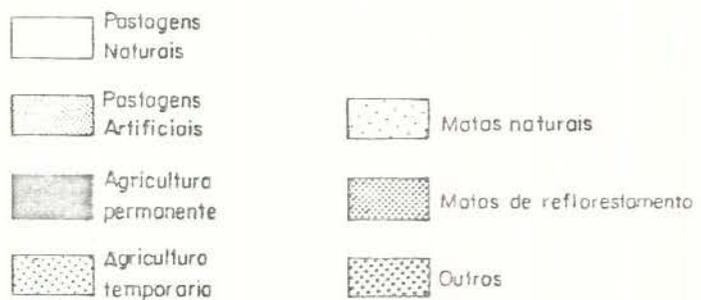
1980

Área total = 1.053.048 ha



1970

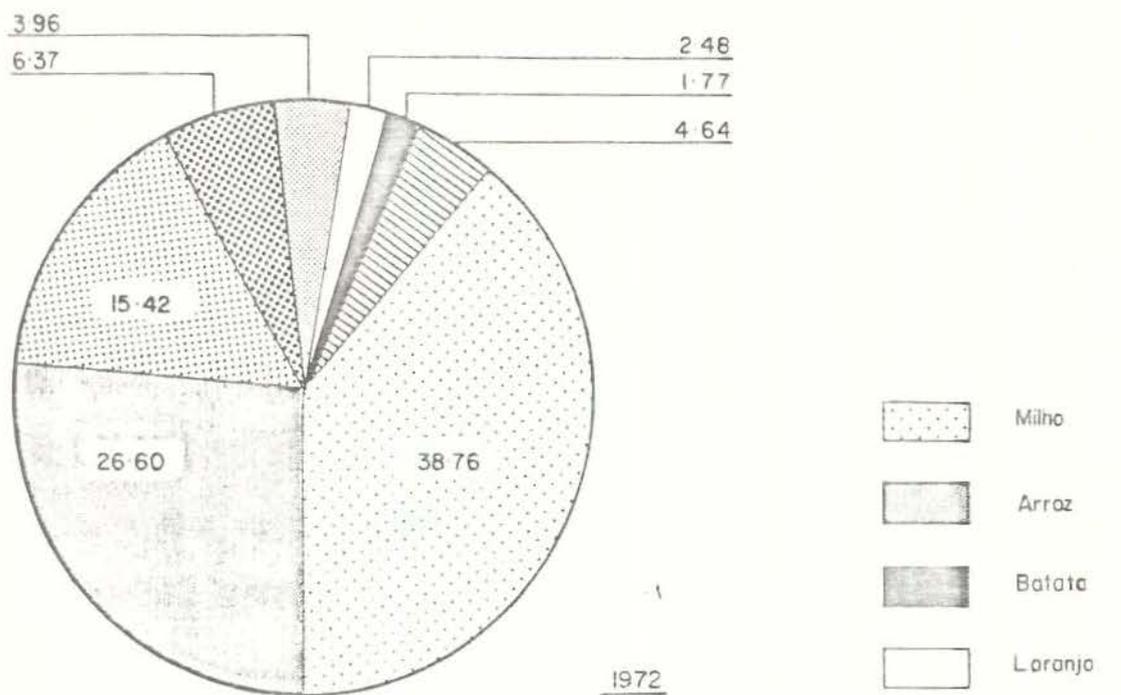
Área total = 1.205.721 ha



FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos agropecuários do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1940 a 1980.

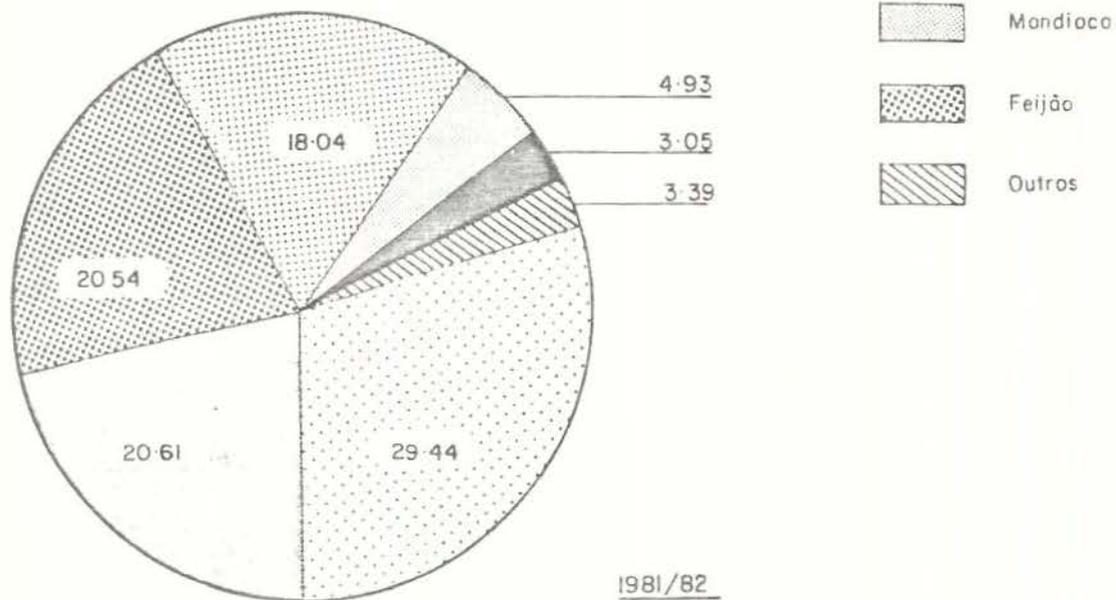
Região do Vale do Paraíba

Áreas ocupadas pelos principais produtos agrícolas (%)  
1972-1982



Área total = 70 686 ha

1972



Área total = 81 508 ha

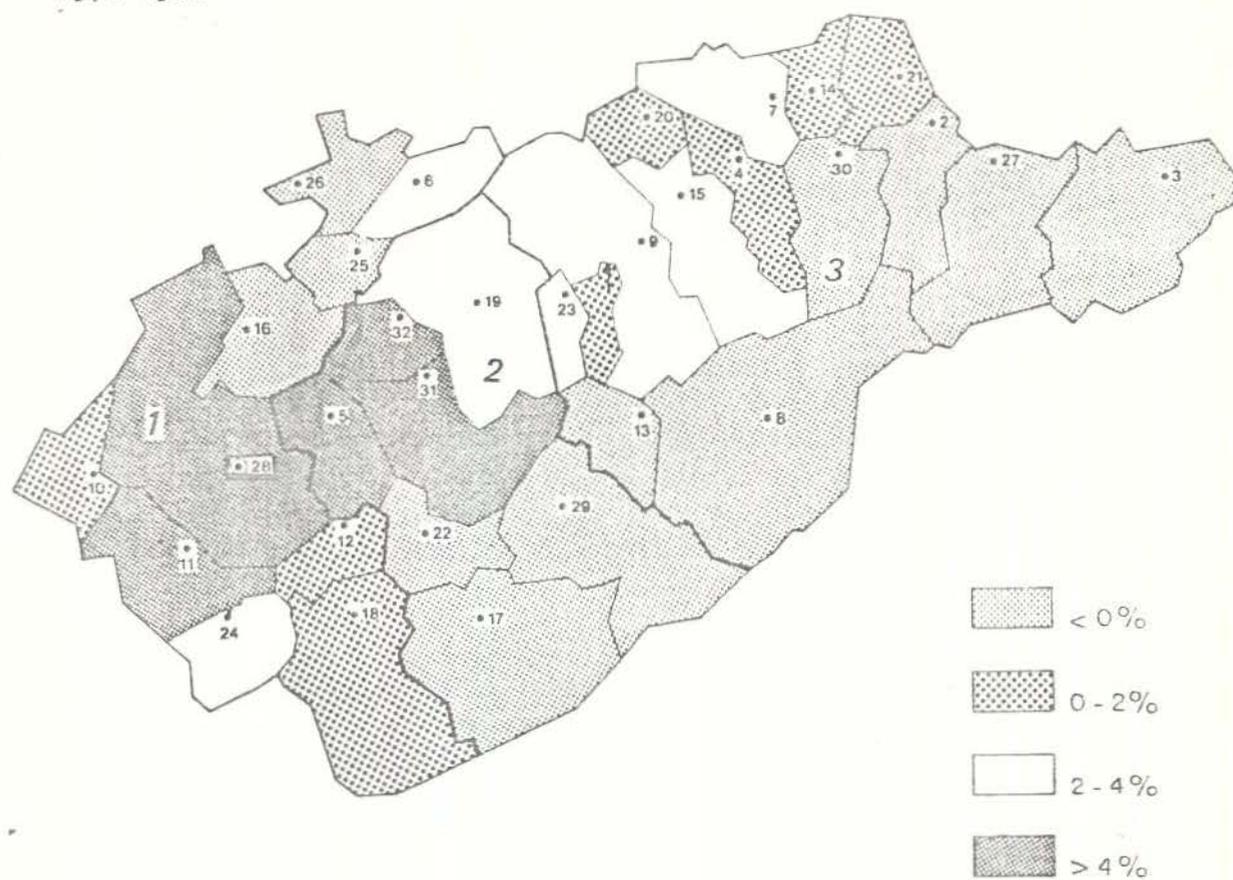
1981/82

FONTE: BOLETIM DE DADOS CONJUNTURAIS. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Análise de Dados, v.1, n.3, jul/set. 1978.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1982. São Paulo, Fundação SEADE, 1983.

## Região do Vale do Paraíba

Taxas anuais de crescimento populacional dos municípios (%)  
1970-1980

1. Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratá
- 11. Jacareí
- 12. Japoiçu
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraibuna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

2. Sub-região de Taubaté

- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

3. Sub-região de Guaratinguetá

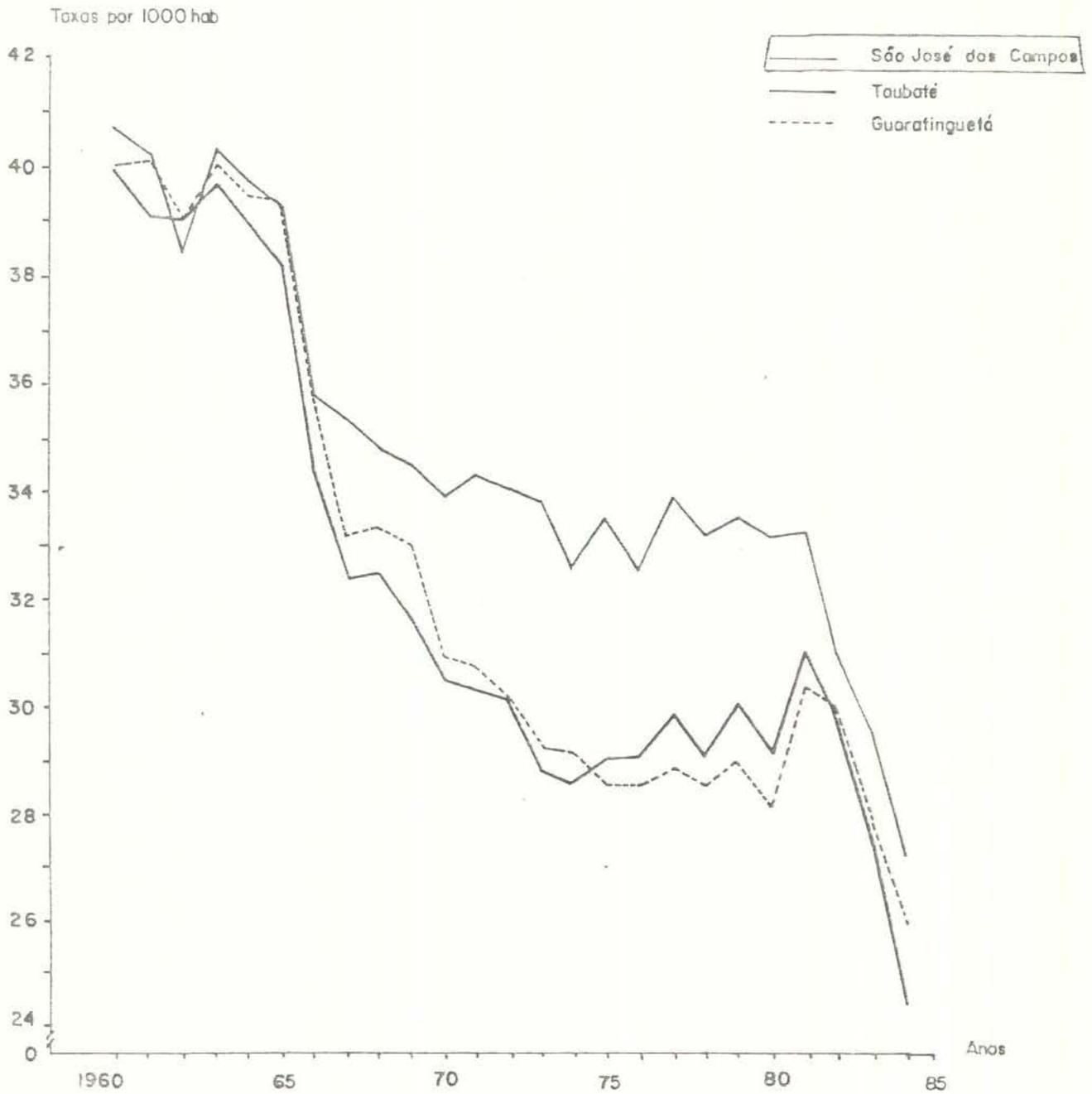
- 1. Aparecida
- 2. Areias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1970 e 1980.

Estado de São Paulo e Regiões Administrativas  
 Taxas brutas de natalidade de algumas regiões  
 1960-1984

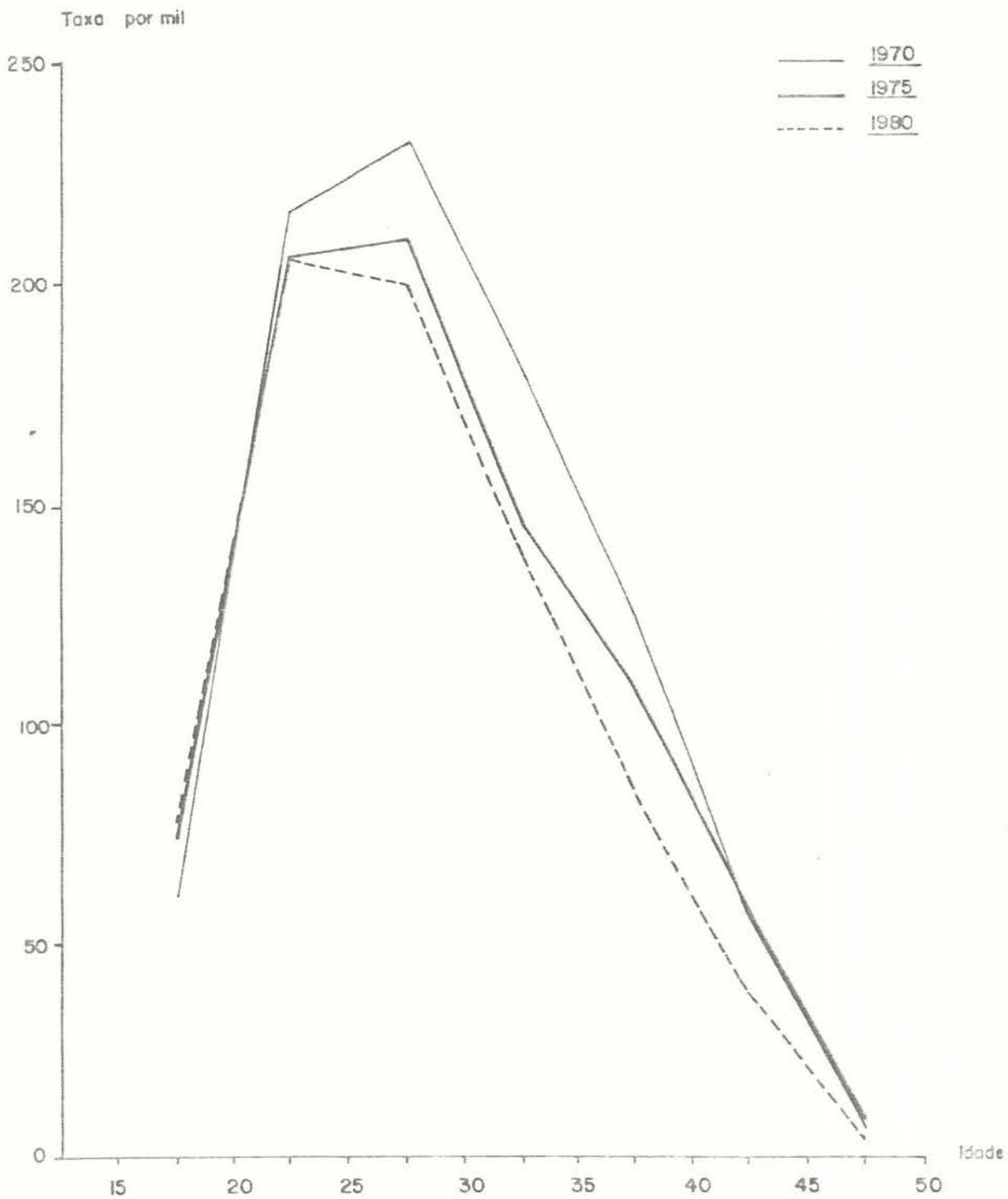


FONTE: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Movimento do registro ci vil. 1960-1984.

Região do Vale do ParaíbaTaxas brutas de natalidade, por sub-regiões  
1960-1984

FONTE: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Movimento do registro civil. 1960-1984.

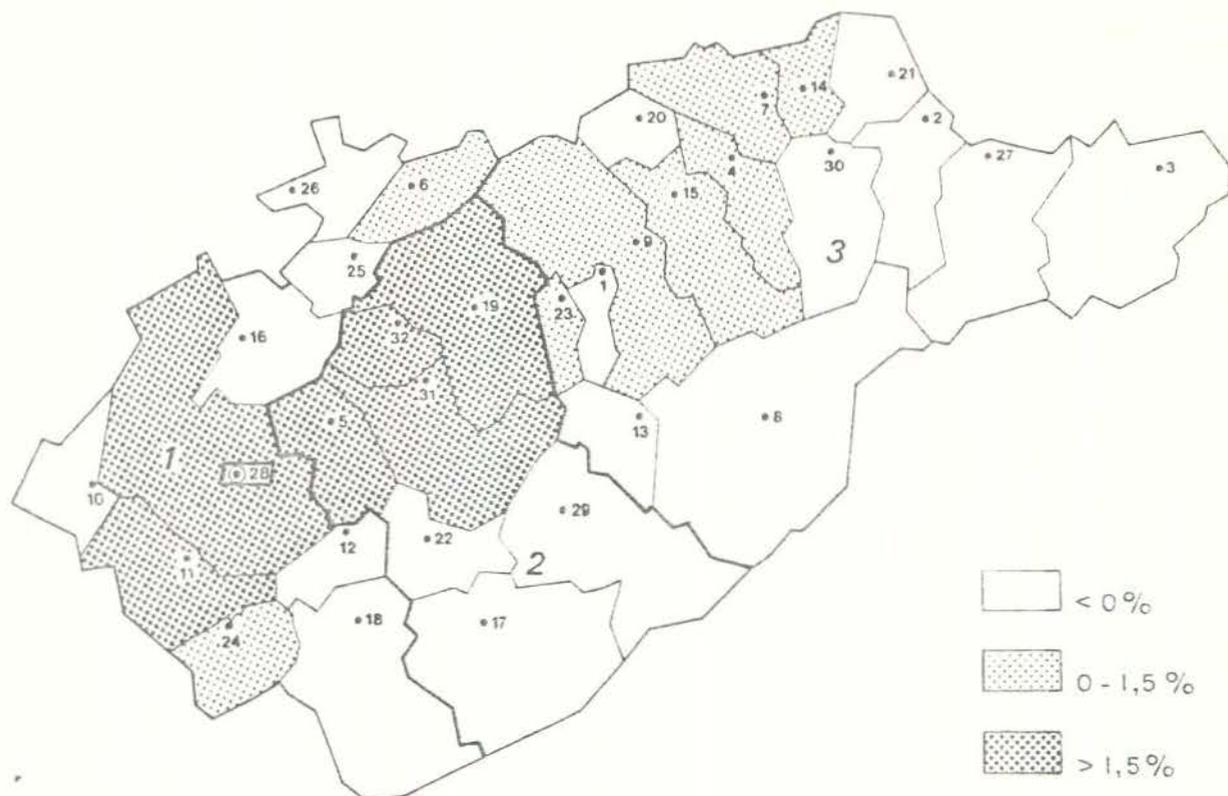
Região do Vale do Paraíba  
 Taxas de fecundidade por idade  
 1970-1980



FONTE: RODRIGUEZ WONG, L. Tendências e perspectivas de fecundidade no Estado de São Paulo, 1984 (mimeo).

Região do Vale do Paraíba

Taxas de Migração Líquida anuais por municípios (%)  
1970-1980



1 Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratá
- 11. Jacareí
- 12. Jambuí
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraibuna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

2 Sub-região de Taubaté

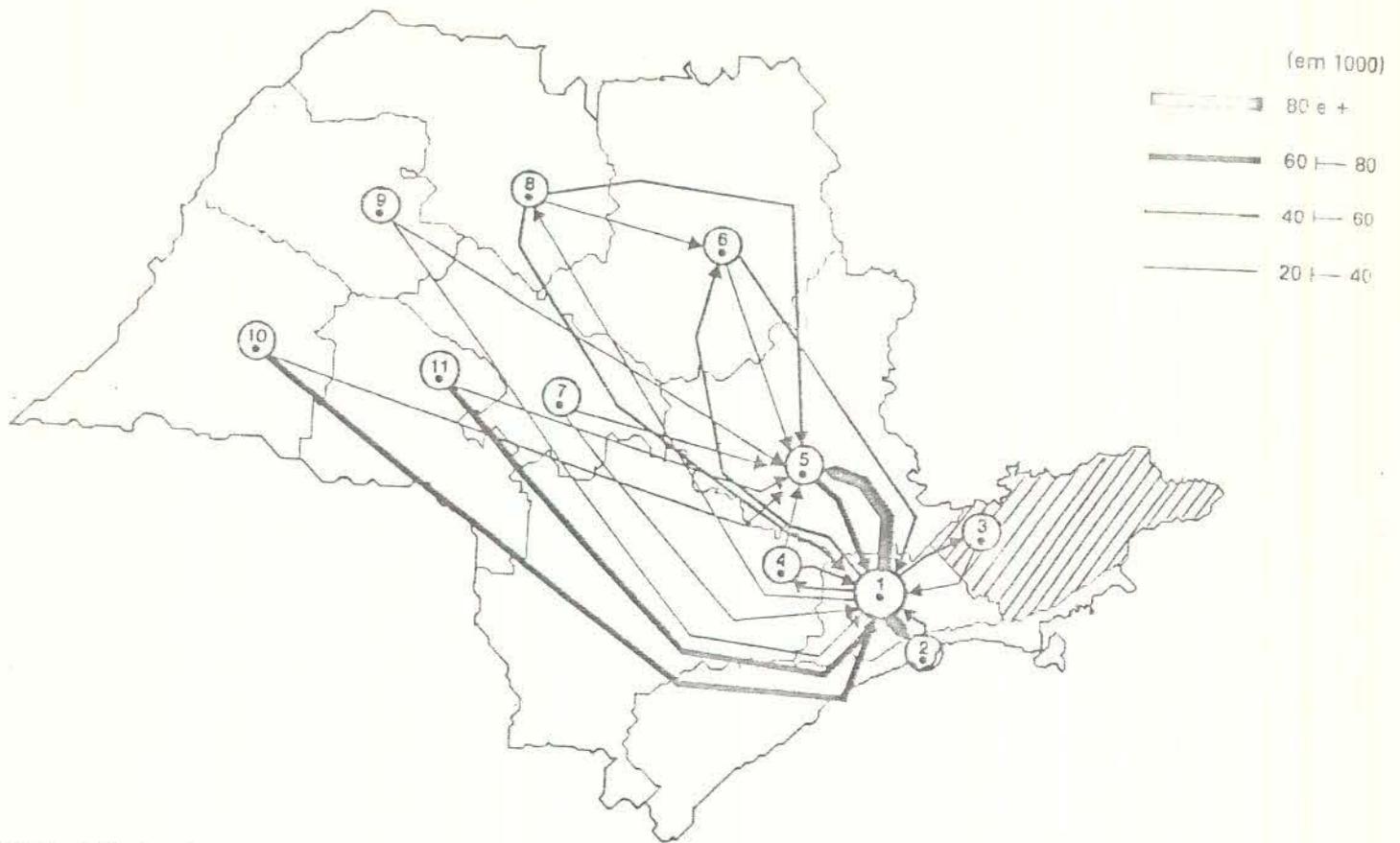
- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

3 Sub-região de Guaratinguetá

- 1. Aparecida
- 2. Aréias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Quetuz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

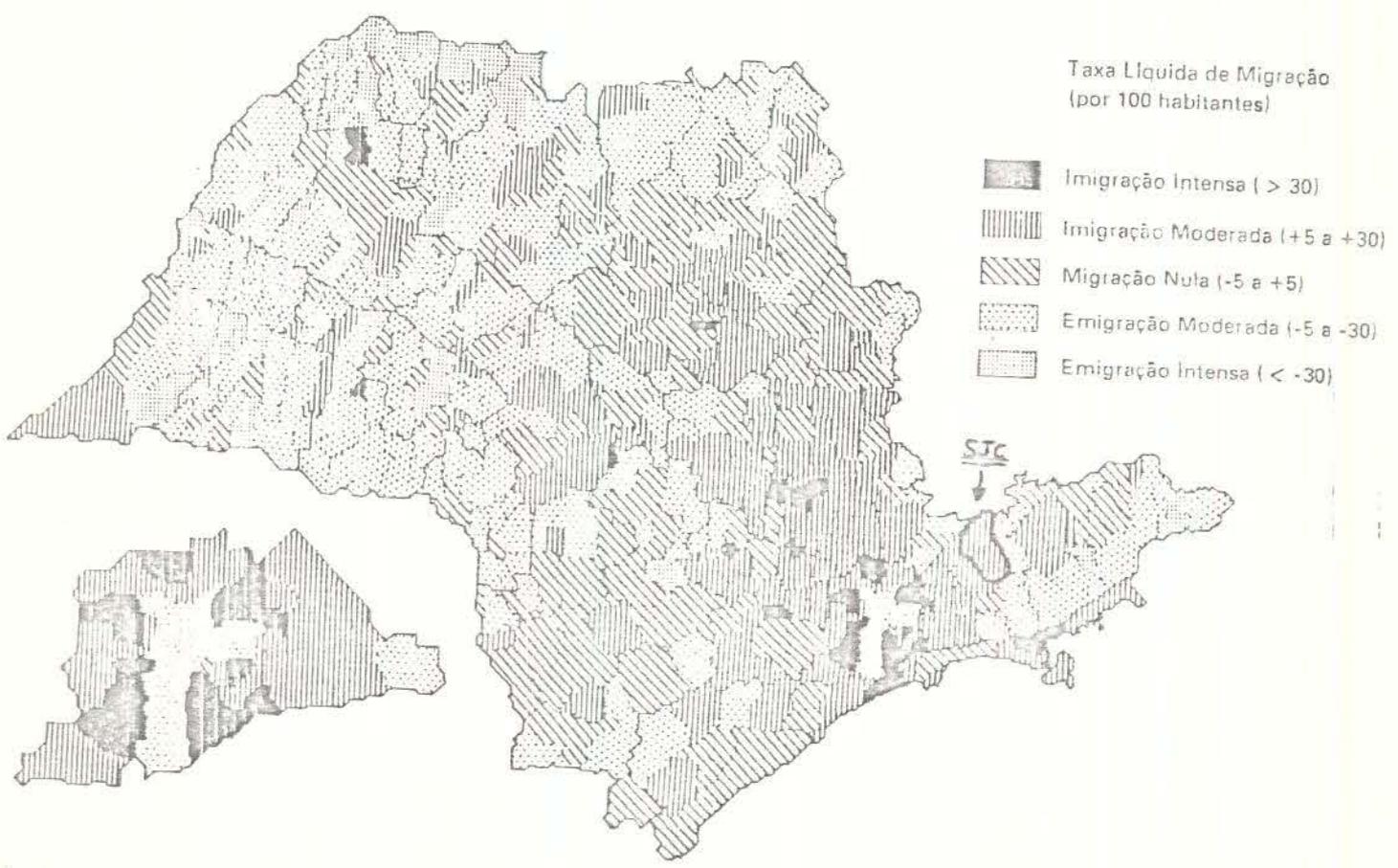
FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1970 e 1980. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - Movimento do registro civil, 1970 a 1980.

CORRENTES MIGRATÓRIAS INTER-REGIONAIS MAIS SIGNIFICATIVAS, SEGUNDO O NÚMERO DE MIGRANTES  
REGIÕES ADMINISTRATIVAS  
1980



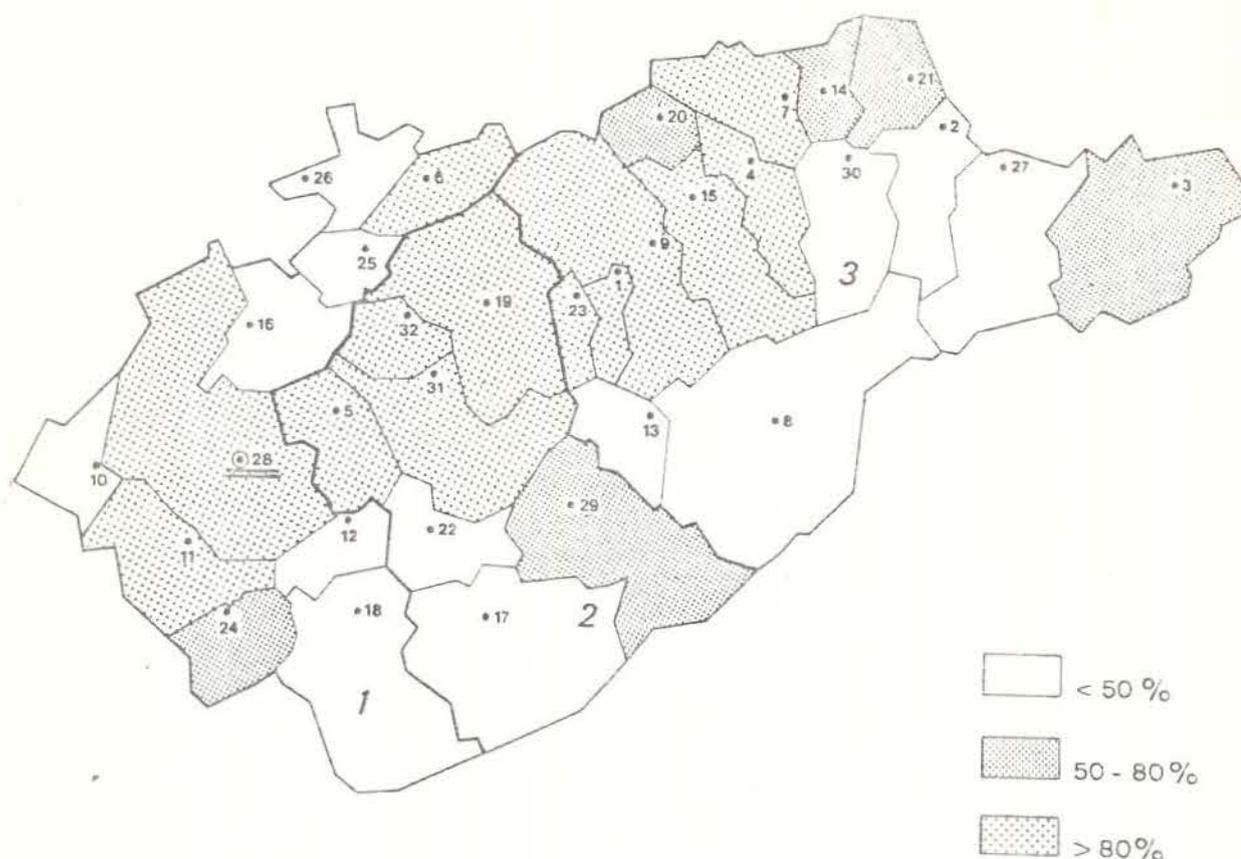
FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO A INTENSIDADE DA MIGRAÇÃO  
MUNICÍPIOS DO ESTADO  
1980



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

## Região do Vale do Paraíba

Índices de urbanização por municípios (%)  
19801. Sub-região de São José dos Campos

- 6. Campos do Jordão
- 10. Igaratá
- 11. Jacareí
- 12. Jambuí
- 16. Monteiro Lobato
- 18. Paraíbauna
- 24. Santa Branca
- 25. Santo Antônio do Pinhal
- 26. São Bento do Sapucaí
- 28. São José dos Campos

2. Sub-região de Taubaté

- 5. Caçapava
- 17. Natividade da Serra
- 19. Pindamonhangaba
- 22. Redenção da Serra
- 29. São Luís do Paraitinga
- 31. Taubaté
- 32. Tremembé

3. Sub-região de Guaratinguetá

- 1. Aparecida
- 2. Aréias
- 3. Bananal
- 4. Cachoeira Paulista
- 7. Cruzeiro
- 8. Cunha
- 9. Guaratinguetá
- 13. Lagoinha
- 14. Lavrinhas
- 15. Lorena
- 20. Piquete
- 21. Queluz
- 23. Roseira
- 27. São José do Barreiro
- 30. Silveiras

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1980.



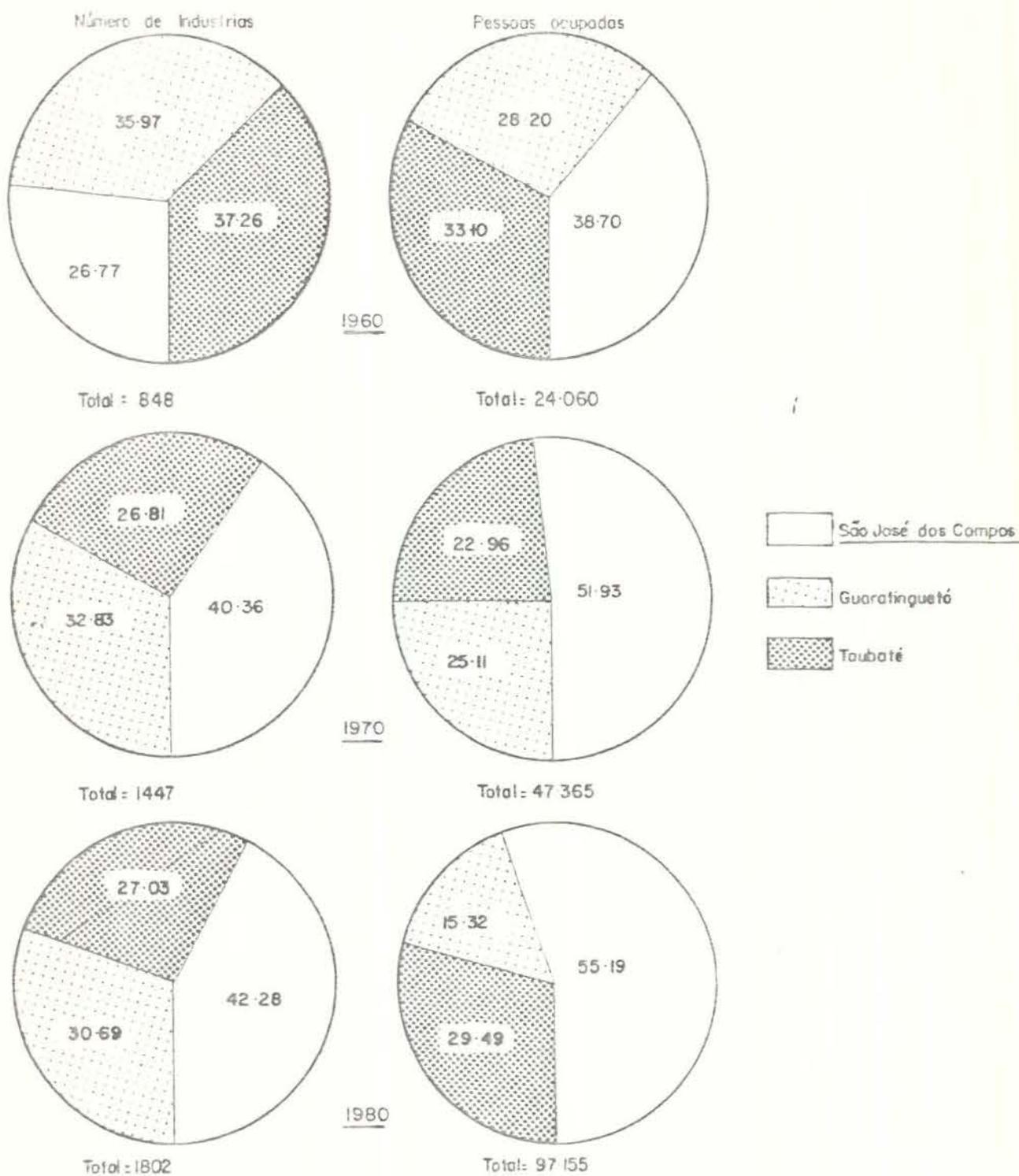
PLANTA DE SETORIZAÇÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
1985  
DIVISÃO DE PESQUISA E TEORIA

BITUAÇÃO SEM ESCALA

● ESTAB.

Região do Vale do Paraíba

Número de indústrias e pessoas ocupadas por sub-regiões (%)  
1960-1980



FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos industriais do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1960 a 1980.

## BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

- AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (coords.): A Economia do Subdesenvolvimento. trad. portug., São Paulo, Ed. Forense, 1969.
- ANDRADE, Rogério Pereira de: A Construção Aeronáutica no Brasil - 1910/1976. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.
- AZZONI, Carlos Roberto: Incentivos Municipais e Localização Industrial no Estado de São Paulo. São Paulo, FIPPE-USP (Ensaio Econômico nº 6), 1981.
- BAER, Werner: A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1966.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (orgs.): Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, v. 2.
- CALDEIRA, Nelson Mendes: Aspectos da Evolução Urbana de São Paulo. "Boletim do Departamento Estadual de Estatística", São Paulo, junho de 1939.
- CAMPOS, Cândido Malta: Poder Local nas Grandes Aglomerações Urbanas: Participação, Regionalização e Metropolização. São Paulo, 1985, (mimeo).
- CANO, Wilson: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1977.

----- Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global Ed., Campinas, Ed. da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1985.

----- Urbanização: Sua Crise e Revisão de seu Planejamento. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, dezembro de 1986. (mimeo). Texto elaborado para o Seminário "A Cidade e a Nova Ordem Econômica", EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A..

----- Subsídios para a Reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização no Estado de São Paulo. Campinas, Relatório de Pesquisa nº 2/8, Convênio FECAMP/SEP-SP, Instituto de Economia, UNICAMP, abril de 1987. (mimeo).

CARDOSO, Fernando Henrique: Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1972.

----- "População e Crescimento Econômico: Notas sobre a Estrutura Sócio-Econômica de São José dos Campos". In: CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO - CEBRAP: São José dos Campos, Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, Atuação das Instituições. São Paulo, 1978. V. 1, pp. 1-24.

CARDOSO de Mello, João Manuel: O Capitalismo Tardio - Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. 5ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

- CASTELLS, Manuel: Problemas de Investigación em Sociología Urbana. 2ª ed., Buenos Aires-Argentina, Ed. Siglo Veintiuno, 1972.
- CASTRO, Antonio Barros de: 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1969.
- CASTRO, Antonio Barros de e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de: A Economia Brasileira em Marcha Forçada. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- CESP - Companhia Energética de São Paulo: Relatório-Pesquisa: Interiorização da Indústria (Planos do Setor Privado), Setor de Pesquisa Mercadológica. São Paulo, 1973. (mimeo).
- CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, Superintendência Regional do Vale do Paraíba: Relatório Anual de Atividades - 1986. Taubaté, fevereiro de 1987. (mimeo).
- CINTRA, A. Octávio e Haddad, P. Roberto (orgs.): Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1979.
- COSTA, Emília Viotti de: Da Senzala à Colônia. São Paulo, DIFEL, 1966.
- CTA: IPI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial. São José dos Campos, 1981.
- DELFIM NETTO, Antonio: O Problema do Café no Brasil. 2ª reimpressão, São Paulo, 1966.

DEAN, Warren: A Industrialização de São Paulo (1880-1945). 2ª ed., São Paulo, DIPEL, 1972.

DRAIBE, Sonia Miriam: Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil - 1930/1960. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

FARIA, Vilmar: "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos". In: Almeida, Maria Hermínia Tavares de e Sorj, Bernardo (orgs.): Sociedade e Política no Brasil Pós 64. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

FORACCHI, Marialice Mencarini e Martins, José de Souza: Sociologia e Sociedade (Leituras de Introdução à Sociologia). 8ª reimpressão, Rio de Janeiro, LTC - Livros Técnicos e Científicos Ed., 1983.

FRANCESCONI, L.: A Mão-de-Obra Ocupada na Atividade Industrial em São José dos Campos e Jacareí: Movimentos Migratórios e Movimentos Pendulares. Tese, USP, São Paulo, 1978. (mimeo).

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Enciclopédia Brasileira de Municípios. Rio de Janeiro, 1957. V. XXX, pp. 192-196.

\_\_\_\_\_ Anuário Estatístico do Brasil: 1930-1980.

\_\_\_\_\_ Censo Demográfico do Estado de São Paulo: 1960, 1970 e 1980.

\_\_\_\_\_ Censo Comercial do Estado de São Paulo: 1960, 1970 e 1980.

\_\_\_\_\_ Censo Industrial do Estado de São Paulo: 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

\_\_\_\_\_ Tabulações Especiais dos Censos Industriais : 1960, 1970, 1975 e 1980.

\_\_\_\_\_ Indicadores Sociais para Áreas Urbanas. Rio de Janeiro, FIBGE, 1977.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: vários anos.

\_\_\_\_\_ Informe Demográfico: vários anos.

\_\_\_\_\_ Perfil Municipal: vários anos.

\_\_\_\_\_ Análise Demográfica Regional: Vale do Paraíba. São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_ SIM - Sistema de Informações Municipais. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_ Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista. Texto SEADE, São Paulo, 1987.

FURTADO, André: Desconcentração Industrial. Fundação SEADE, Série São Paulo 80, V. 3, São Paulo, 1986.

PORTADO, Celso: Formação Econômica do Brasil. 21ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1986.

..... Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

..... Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

..... Formação Econômica da América Latina. 2ª ed., Rio de Janeiro, LIA - Editor S.A., 1970.

HAUSER, Philip M.: La Investigación Social en las Zonas Urbanas. Barcelona-España, Ed. Labor, 1972.

HOFFMANN, Rodolfo e GRAZIANO da Silva, José: A Estrutura Agrária Brasileira. Série Pesquisa nº 31, ESAIQ - USP, Piracicaba, 1975.

IANNI, Octávio: Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

..... Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

JÚNIOR, Agê: São José dos Campos e sua História. Monografia, 3ª ed., São José dos Campos, Publicação da Prefeitura Municipal, 1979.

LANGENBUCH, Juergen R.: A Estruturação da Grande São Paulo - Estudo de Geografia Urbana. FIBGE, Rio de Janeiro, 1971.

LESSA, Carlos: Quinze Anos de Política Econômica. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas (mimeo), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.

LOPES, Juarez Rubens Brandão: Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1964.

LUZ, Nícia Villela: A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo, DIFEL, 1961.

MARTINS, José de Souza: Conde Matarazzo - O Empresário e a Empresa. 2ª ed., São Paulo, Ed. HUCITEC, 1974.

---

A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1973.

MESSIAS da Costa, Wanderley: O Processo Contemporâneo de Industrialização (Um Estudo sobre a Expansão da Produção Industrial em Território Paulista). Tese de Mestrado, USP, São Paulo, 1982. (mimeo).

MOMBEIG, Pierre: Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris - France, Librairie Armand Colin, 1952.

MOTA, Carlos Guilherme (org.): Brasil em Perspectiva. 8ª ed., São Paulo, DIFEL, 1977.

MÜLLER, Nice Lecocq: O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba  
- Estado de São Paulo. FIBGE, Rio de Janeiro, 1969.

NEGRI, Barjas: A Interiorização da Indústria Paulista → 1920  
- 1980. Campinas, Relatório de Pesquisa nº 5/8, Convênio  
FECAMP/SEP-SP, Instituto de Economia, UNICAMP, 1987. (mimeo).

NEGRI, Barjas e CANO, Wilson: A Interiorização da Indústria Pau-  
lista nos Anos 70. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP,  
dezembro de 1987. (mimeo). Texto apresentado na ANPEC - Asso-  
ciação Nacional de Pós-Graduação em Economia.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora e CANO, Wilson: O Processo  
de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Es-  
tado de São Paulo: 1920-1980. Campinas, Relatório de Pesqui-  
sa nº 1/8, Convênio FECAMP/SEP-SP, Instituto de Economia,  
UNICAMP, 1987. (mimeo).

NERY, F.: O Fim do Leite no Vale do Paraíba?. Jornal da Tarde,  
São Paulo, 09/01/1984.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de: O Processo de Industrializa-  
ção - Do Capitalismo Originário ao Atrasado. Tese de Douto-  
ramento, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, s.d. (sem  
data).

OLIVEIRA, Francisco de: A Economia Brasileira: Crítica à Posição  
Dualista. Seleções CEBRAP, São Paulo, (1), 1975.

..... A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro,  
Ed. Graal, 1977.

OLIVEIRA, Osvaldo Luiz e FARIAGLIA, José Carlos: Agricultura Feudalista e sua Dinâmica Regional: 1920-1980. Campinas, Relatório de Pesquisa nº 4/8, Convênio FECAMP/SEF-SP, Instituto de Economia, UNICAMP, 1987. (mimeo).

PACHECO, Carlos Américo: Estado de São Paulo: Indicadores Demográficos. Campinas, Relatório Parcial de Pesquisa, Convênio FECAMP/SEF-SP, Instituto de Economia, UNICAMP, 1986. (mimeo).

\_\_\_\_\_ São José dos Campos. Campinas, Relatório de Pesquisa, Instituto de Economia, UNICAMP, 1988. (mimeo).

PAVIANI, Aldo: "Urbanização na América Latina: Periferização em Áreas Metropolitanas". In: Universidade de Brasília - UnB: Revista Humanidades. Publicação Trimestral, maio/julho, Brasília, 1987. ano IV, pp. 106-114.

PELÁEZ, Carlos Manuel: História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, APEC Ed., 1972.

PEREIRA, Luiz (org.): Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1973.

\_\_\_\_\_ Urbanização e Subdesenvolvimento, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1973.

\_\_\_\_\_ Ensaio de Sociologia de Desenvolvimento. São Paulo, Livreria Pioneira Ed., 1970.

PRADO Jr., Caio: História Econômica do Brasil. 8ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.

- ..... Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). 13ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.
- PREBISCH, Raúl: Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. 2ª ed., Fundo de Cultura (Brasil), 1968.
- PREB, Allan: Sistemas de Cidades em Economias Adiantadas. trad. portug., Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1979.
- RATTNER, Henrique: Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo. Rio de Janeiro, FGV, 1972.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal) - Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente: Código de Edificações - Lei nº 3039 de 01.11.85, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal) - Secretaria de Planejamento Territorial e Urbano, Divisão de Pesquisa e Teoria: Informações Turísticas e Corográficas de São José dos Campos, São José dos Campos, 1986.
- ..... Cadastro Industrial: 1977, 1982, 1984, 1985 e 1986.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal) - Boletim do Município, ano XVIII, nº 609 de 01.07.88: Projeto de Lei nº 026/88 de 28 de junho de 1988. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São José dos Campos, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado) - Secretaria de Economia e Planejamento - Coordenação de Planejamento e Avaliação: O Exame de Políticas Econômicas Setoriais. Série de Estudos e Pesquisas nº 33, São Paulo, 1979.

SÃO PAULO (Estado) - Secretaria de Economia e Planejamento - Coordenação da Ação Regional: Diagnóstico da 3ª Região Administrativa: Vale do Paraíba. São Paulo, janeiro de 1972.

SÃO PAULO (Estado) - Secretaria de Economia e Planejamento - Coordenação da Ação Regional: Plano Regional do Macro-Eixo Paulista e Anexos. São Paulo, 1978.

- Anexo 1 - "Proteção aos Mananciais do Macro-Eixo Paulista". Convênio SEP-CAR/EMPLASA.
- Anexo 2 - "Condicionantes Sociais".
- Anexo 3 - "Caracterização Setorial/Espacial do Crescimento do Setor Secundário na Região do Macro-Eixo".
- Anexo 4 - "As Transformações e a Escala de Produção das Atividades Agrárias na Região do Macro-Eixo". Convênio SEP-CAR/IBGE.

SÃO PAULO (Estado) - Secretaria de Economia e Planejamento: Política de Desenvolvimento Urbano e Regional. 2ª ed., São Paulo, 1976.

SADEM - Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios da SEPLAN (Presidência da República) e CAR - Coordenação de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo: Hierarquia das Regiões e dos Municípios

do Estado de São Paulo. São Paulo, SINERG, 1987.

SERRA, José: "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata (orgs.): Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, v. 1.

SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da: No Limiar da Industrialização: Estado e Acumulação de Capital (1918-1937). Tese de Doutorado, Campinas, IFCH, UNICAMP, 1976.

SILVA, Sérgio: Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul: Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969.

Economia Política da Urbanização. São Paulo, Ed. Brasiliense e Ed. CEBRAP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck: Formação Histórica do Brasil, 3ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.

STEIN, Stanley J.: Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley J. e STEIN, Bárbara H.: Herança Colonial da América Latina - Ensaio de Dependência Econômica. trad. portug., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976.

SUZIGAN, Wilson: Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento.  
São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição: Da Substituição de Importações ao  
Capitalismo Financeiro. 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Eds.,  
1977.

\_\_\_\_\_ Acumulação de Capital e Industrialização no  
Brasil. Tese de Livre-Docência, UFRJ, Rio de Janeiro, 1975.  
(mimeo).

\_\_\_\_\_ Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industriali-  
zação. Tese de Professor Titular, UFRJ, Rio de Janeiro,  
1978. (mimeo).

VÁRIOS AUTORES - São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza. 4ª ed.,  
São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

VELHO, Otávio G.A. (org.): O Fenômeno Urbano. 2ª ed., Rio de  
Janeiro, Zahar Eds., 1973.

WEBER, Max: Economia e Sociedade. 2ª ed., Ciudad de México - Méxi-  
co, Fondo de Cultura Económica, 1964.